





Digitized by the Internet Archive  
in 2007 with funding from  
Microsoft Corporation





35-  
A (16)  
João Chagas

# Bom-Humor

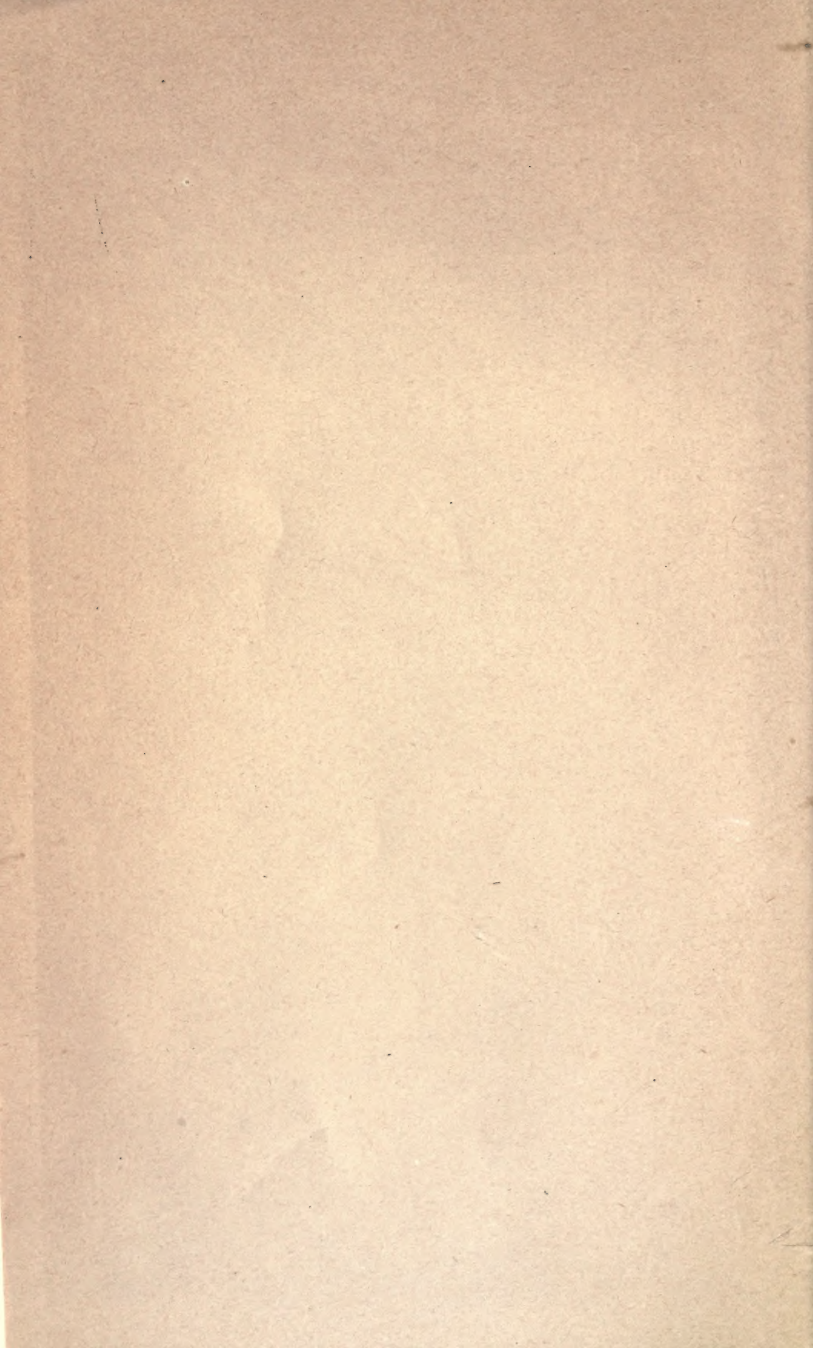


LISBOA: FERREIRA & OLIVEIRA, LIM-  
TADA, EDITORES. 132, R. DO OURO, 138  
1905









Augusto Esaguy  
918

BOM-HUMOR

Livraria Particular
N.º .....
Augusto I. Esaguy





JOÃO CHAGAS

# Bom-Humor



LISBOA

FERREIRA & OLIVEIRA, L.<sup>DA</sup> — EDITORES

*Rua do Ouro, 132 a 138*

—  
1905



AC  
75  
CH75

A

RAPHAEL BORDALLO PINHEIRO

*Tres annos de camaradagem  
e collaboração.*

1902 — 1903 — 1904





1902

---

*V*erifica-se a existencia de uma liga n'um cofre á prova de fogo— Sua Santidade e a clinica cirurgica— Em que se espera vêr a tuberculose no Tribunal de Contas— Emilio Zola na imprensa de Lisboa— Baudelaire e uma estroinice do sr. Conde de Valençás— Denuncia ao fisco de uma industria nova: a «intellectualidade».— Averigua-se que, como o sr. Ribeiro Seabra, Nossa Senhora tem uma quinta— Patriotismo e arroz carolino— Pede-se licença a el-rei para não o felicitar pela sua chegada— O Municipio e a Rua— A moral christã e o peru christão— 1902-1903.





*Setembro, 24*

A intervenção de uma mulher n'um duro caso de interesses veio trazer de novo ao debate o problema do feminino na sociedade moderna, e o que, apalpando a opinião publica, se verificou mais uma vez, é que a mulher não está sufficientemente madura para concorrer com todas as attribuições do homem na sociedade civil.

Toda a invasão d'essas attribuições é, por via de regra, -pessimamente acolhida.

Tal, pelo menos, o effeito do ultimo successo feminino, minuciosamente referido na imprensa periodica (1). A opinião publica deu inequivocas

---

(1) Duas senhoras fizeram transacções de dinheiro, em virtude das quaes uma d'ellas chamou a outra aos tribunaes.

mostras de descontentamento e desassocego, e, implicitamente, condemnou com aspereza a intervenção da mulher no que o commum dos homens habitualmente chama—*negocios*.

Já as primeiras tentativas de emancipação feitas pela mulher, não foram vistas com um'olho benevolo. As primeiras medicas estiveram longe de ser acolhidas com regosijo. Duvidou-se do seu saber, chegou-se mesmo a duvidar do seu sexo. Acreditou-se na existencia de um novo hermaphroditismo, munindo-se do salvo-conducto de um diploma para lançar a devastação nos domicilios.

Quando se soube que uma mulher, M.<sup>elle</sup> Paquin, diplomada pela Faculdade de Paris, se dispunha a disputar com arrogancia o copo d'agua da oratoria tribunalicia, foi um longo e lento encolher d'hombros no fôro universal. A mulher a pleitear pareceu logo a todas as becas; um caso infinitamente jocoso.

As primeiras engenheiras fizeram tremer as pontes. Logo a corporação dos engenheiros de todos os ramos fez propalar que as construcções d'esses seus novos confrades eram apenas... alinhavadas.

A admissão das mulheres nos cargos da administração—nos correios, nos telegraphos, nos telephones, não teve entre os homens um exito

mais sympathico. O Estado appareceu immediatamente ao vulgo como um vasto serralho.

Mas se o exercicio d'estas funcções civis surpreendeu e affectou o amor-proprio do homem, a sua limitação nos dominios de certas classes teve mão nos descontentamentos, mostrando-lhes um grande numero de attribuições ainda isemptas da concorrência feminina.

Taes os *negocios*.

Sobrevem, no entanto, o advento da saia na vida viril do dinheiro, a lettra ingleza faz a sua appareção nas lettras de cambio, pelos escriptorios dos Bancos começa a correr um aroma suspeito de *Sherry Blossom*, o *London and Brazilian Bank* encontra uma liga no seu cofre á prova de fogo. Estabelece-se o panico, e a presença da mulher, assignalada como a de um inimigo, nos arraiaes do Negocio, põe em armas Toda a Gente, porque não é já d'esta vez uma classe, mas em verdade toda a gente que se sente affectada.

Medicos, advogados, engenheiros são corporações.

Negociante é todo o homem.

O ultimo caso a que vimos alludindo determinou um serio movimento de opinião masculina.

Mas elle explica-se. E explica-se solidamente



pelo facto das mulheres, que já estão no professorado, nas letras, nas sciencias, nas artes, não terem sido ainda admittidas, nem pela moral nem pelos costumes—nas regras de juro.

Nas mãos da mulher, o unico dinheiro com que lhe é permittido negociar é — o das compras.





*Outubro, 19.*

O dr. Lapponi, bem conhecido medico do Papa, acaba de ser operado pelo dr. Mazzoni.

Antes de fazer a operação, este illustre professor, que ha annos operou tambem Sua Santidade, esteve no Vaticano a informar Leão XIII da enfermidade do seu medico particular e da intervenção cirurgica a que ia proceder.

Leão XIII — referem de Roma, — disse-lhe então textualmente:

«—Anime-o, diga-lhe da minha parte que suporte com coragem e com fé a operação e *accrescente que eu lhe asseguro que tudo correrá bem.*»

As seguranças do Santo Padre são tudo quanto ha de mais desnorteador.

Se Sua Santidade se julga com o privilegio de poder garantir o bom exito das operações cirurgicas, não vemos motivo para que não exerça esse privilegio antecipando-se a ellas na cura das lesões que ellas são chamadas a prevenir.

Sua Santidade assegura aos operados da sua amizade que tudo correrá bem.

Perfeitamente.

Que Sua Santidade seja um pouco mais amavel e os poupe á operação.

O que é a operação?

Uma contingencia humana.

O que são as seguranças de Sua Santidade?

Um penhor divino.

Logo, Sua Santidade que tem o poder divino de substituir pelos seus designios pessoaes os designios da natureza humana, pode não só corrigir a operação, como a propria enfermidade que a tornou necessaria.

Mas nós comprehendemos.

O poder do Santo Padre tem limitações, como os medicos tem especialidades.

A especialidade do Santo Padre é a clinica cirurgica.

Não importa! Para as futuras operações, como para os casamentos, pediremos a benção de Sua Santidade—pelo telegrapho.

\*  
\*   \*  
\*

Depois do romance historico, é, sem duvida, a tuberculose a enfermidade mais litteraria que ultimamente tem grassado em Portugal.

Tivemos a tuberculose na poesia lyrica, com abundantes hemoptyses em 8.º francez. Ninguem ignora que, durante algum tempo, no Parnaso portuguez, não se ouvia senão tossir.

Tivemos a tuberculose no jornalismo. Foi o caso do sr. Lambertini Pinto, dando-nos periodicamente a *reportage* da sua tysica, a qual, como se sabe, pôde ser debellada, mercê d'esta therapeutica exclusivamente litteraria. Pensou-se mesmo, depois da cura excellente do sr. Lambertini, em installar um sanatorio no *Diario de Noticias*.

Tivemos a tuberculose no theatro, onde ultimamente se manifestaram alguns symptomas em tres e mais actos, com debilidade extrema.

A proposito da tuberculose, os medicos, que até então, só faziam receitas, passaram a fazer litteratura. Alguns, excedendo-se, fizeram mesmo boa litteratura.

A tuberculose sahiu dos hospitaes e invadiu tudo: a Academia das Sciencia, a Associação

dos Jornalistas, o Parlamento, o Pulpito, a Sociedade de Geographia, as salas dos theatros. Fez discursos, fez conferencias, fez ditos, fez beneficios. N'uma palavra, grassou em todos os dominios e em todos os refugios do espirito contemporaneo, com tal vehemencia, que a todos nós foi forçoso comprehendel-a, estudal-a, e, até certo ponto, tel-a.

Iá isto n'este pendor, quando agora nos surge, no congresso da tuberculose em Vienna — quem?

O sr. Fuschini!

Faltava áquella illustre enfermidade a chancellã do antigo ministro de 1892 para que ella, tendo grassado na litteratura, passasse a grassar na politica.

Agorá, é de vez e não nos deixa mais. Não entrou ainda na rotação, visto ter entrado pela porta travessa do sr. Fuschini, mas entrou já na orbita constitucional.

Dentro em pouco constituirá partido, terá um programma, fundará um centro, irá á camara, será governo, nomeará governadores civis, dará empregos, fará empréstimos. Humildemente nascida na Assistencia Nacional, a Tuberculose fará carreira, viverá longos annos e morrerá de velha no Tribunal de Contas.





*Outubro, 30.*

NÃO acompanharemos a imprensa periodica na crise de desespero de que foi acommettida ao ter conhecimento da morte de Emilio Zola.

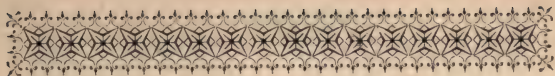
O homem tem sempre infinita coragem para supportar o infortunio dos outros, e no caso do fim desastroso do grande homem de lettras da França, quem deve verdadeiramente soffrer é sua mulher, arrastada com elle á beira da morte que o levou, deixando-a a ella para attestar do minuto de angustia que poz na fronte do apostolo tão combatido de tantas causas generosas, um palôr de martyrio.

Quanto a nós, para quem elle realmente não morreu, não o devemos prantear. As lagrimas são um tributo domestico de dôr. Um heroe,

um artista não se chora como a um parente que nos morreu em casa e nos deixou um vacuo no nosso coração e na nossa sala de jantar. Elles não são individualmente coisa alguma. Não os conhecemos, nunca os vimos, não sabemos muitas vezes em que parte do mundo param. A sua obra, que lhes sobrevive, é que é tudo, e essa, pela qual os amamos, não desce á terra entre salvas de artilharia e discursos officiaes, mettida n'um caixão de cedro, como o seu corpo putrefacto. Fica e não fica para ser pranteada, mas para ser estudada e julgada.

Os jornaes de Lisboa choraram a morte de Emilio Zola como a morte de um tio. Esta manifestação de pezar pelo desaparecimento de um homem de letras, que nem proxima, nem remotamente mostrou ter com elles qualquer genero de parentesco, affigura-se-nos eivada de exaggeração e destempero.

De bom grado quizeramos pois, associar-nos ao desgosto causado no nosso mundo litterario pela morte do romancista dos *Rougon-Macquart*, mas não sabemos em verdade se devemos dar o nosso pezame á França, se ao sr. Brito Aranha.



*Novembro, 4.*

UMA noticia que nos surprehendeu chega-nos de Paris: um dos subscriptores do monumento que acaba de ser erigido a Baudelaire, no jardim do Luxemburgo, é o sr. conde de Valenças.

Digamos desde já porque nos surprehendeu a noticia.

O concurso do sr. conde de Valenças á obra de glorificação do poeta das *Flores do Mal* tem, á simples vista, todo o character de uma pura extravagancia; e na idade da vida em que sua ex.<sup>a</sup> se encontra, na posição social que occupa, pela sua religião e pela sua philosophia, essencialmente conservadoras, pelo córte absolutamente orthodoxo das suas sobrecasacas e dos seus prin-

cípios, pela risca do seu penteado conduzindo tão directamente ao cocuruto do seu occipital, como o seu genio o tem rectamente conduzido ás eminencias do conselho de Estado, sua ex.<sup>a</sup> estava, a nosso vêr, fóra das suggestões do que commummente chamamos — o Peccado.

Sua ex.<sup>a</sup> tinha em materia de religião, como de politica, como d'arte, feito voto de castidade. Podia amar a Deus sobre todas as coisas, com-tanto que o fizesse sem excesso e dentro dos limites da Carta Constitucional da monarchia. Era-lhe licito tomar activa parte nos destinos politicos da nação, desde que o fizesse de harmonia com o Regimento e na altura da palavra. Era-lhe permittido amar a Arte, porém recatadamente e nas suas representações mais castas. A Arte que lhe era dada, como conde de Valenças, era a arte official, a arte moço-fidalgo, a arte-digno par.

Como se comprehende, n'estes termos, que sua ex.<sup>a</sup> se associasse, na sua qualidade de representante de principios strictamente conservadores, á glorificação de uma arte que as es-colas litterarias qualificaram de satanica, pela porção de diabolismo radicalista que trouxera nas veias? A que vem este bilhete de visita — *Conde de Valenças — Digno par*, aos pés d'este Mephistopheles — *Baudelaire*?

Associar á gloria d'este poeta corrosivo a auctoridade do systema liberal e das instituições parlamentares, é inquestionavelmente cahir n'um reprovavel desfallecimento que apenas Paris, com as suas instigações capitosas, levemente explica.

O sr. conde cahiu no abysmo que conhecem todos os que alguma vez estiveram em Paris — isto é, para que assim o digamos o sr. conde cahiu na estroinice. Subcreveu para Baudelaire, mas no dia seguinte — não o negue! — estava com olheiras. !







*Novembro, 19.*

S<sup>A</sup>HIRAM ao encontro de M.<sup>elle</sup> Bartet dois jornaes portuguezes, um e outro animados do mesmo vivo desejo de bem servir o publico, servindo-lhe antes que nenhum outro a societaria da *Comedia Franceza*, tão fresca quanto era licito esperar de uma longa e fadigosa viagem; e o primeiro que se lhe dirigiu, ao mesmo tempo que declinava os seus titulos e alguns verbos da primeira conjugação, exprimia-se assim:

«— Eu não fiz mais, com isto, do que vir antecipadamente dizer-lhe que é esperada com impaciencia pelos intellectuaes portuguezes e —segundo creio — pelo publico de Lisboa».

Esta formula de saudação, claramente ex-

pressa n'uma folha diaria, suggere-nos as seguintes considerações.

A intellectualidade é uma descoberta toda moderna, como a telegraphia sem fios e o sôro anti-diphtherico.

Ha pouco tempo ainda, as superioridades mentaes definiam-se pelas palavras — *genio*, *talento*, *aptidão*, e bem assim *habilidade*. Dizia-se: — A minha filha tem muita *habilidade*.

Pela palavra *intelligencia* pretendia se significar não somente a posse, como o exercicio d'essa faculdade. Dizia-se: — O meu filho é muito *intelligente*, ou: — O meu filho é um burro.

Em nenhum caso, porém, estes vocabulos serviam para dividir essencialmente os homens em cathogorias, ou classes.

A intelligencia era um attributo commum a todos os individuos da especie, como a sensibilidade e a vontade, que uns exerciam mais vigorosamente que outros, mas que inalteravelmente se subentendia pertencer a todos.

Dizia-se certamente: — os marceneiros, os sapateiros, os alfayates, os oleiros. Ninguém ousaria dizer — os Genios. O estar na posse da intelligencia não significava estar na posse de um modo de vida. Todos os homens gosavam o bem da intelligencia e o distribuiam com profusão por todos os mistéres.

Em resumo, a intelligencia não aggremiava.

Sobrevem esta febre de renovação que faz com que nós mudemos de casa e de opinião todos os semestres, e a intelligencia, deixando de ser um attributo commum a todos os individuos, passou a ser o privilegio de alguns e a denominar-se — *intellectualidade*.

Forma-se immediatamente debaixo d'esta invocação, uma classe — a classe dos *intellectuaes*, e a especie humana encontra-se de um momento para o outro despojada da sua mais bella attribuição, em beneficio de meia duzia de monopolisadores. A sociedade industrialista dos nossos dias inventa, com o *trustee* do aço, o do petroleo e o do carvão — o *trustee* da intelligencia. O Espirito organisa-se em syndicato, e, mais uma vez, a humanidade se divide em *possuidores* e *não-possuidores*, em *capital* e em *trabalho*.

Os intellectuaes representam para a economia do espirito — o *capital*. O resto é proletariado.

— Eu não fiz mais — disse, como vimos, o portador dos cumprimentos da cidade a M.<sup>elle</sup> Bartet — do que vir antecipadamente dizer-lhe que é esperada com impaciencia pelos intellectuaes portuguezes e — *segundo creio* — pelo publico de Lisboa.

Aqui está!

Não já diante de uma questão patriotica, mas

dianete do *On ne badine pas avec l'amour*, a sociedade portugueza mostra-se dividida: d'um lado os intellectuaes, do outro lado o publico; isto é, d'um lado o espirito, do outro a cegueira, d'um lado a fortuna, do outro a penuria, d'um lado o engrandecimento pelo genio, do outro o aviltamento pelo arreio.

Como se aggreliaram os intellectuaes?

Por afinidade de interesses?

Por accões?

Por obrigações?

Eis o que profundamente ignoramos.

A intellectualidade appareceu um dia, com o theatro d'Ibsen e a camisola Jæger, embrulhada n'uma capa curta de casimira.

Como o sr. Burnay, ella teve principios modestos. Exactamente como o sr. Burnay, ella prosperou. Luctou, bebeu até ás fezes o *bock* da amargura, foi, como todas as audazes iniciativas humanas, incomprehendida pelos seus contemporaneos.

Eil-a solidamente organisada em empresa, forte, prospera, dando já dividendo.

Perfeitamente.

A intelligencia é uma profissão, a intelligencia fez sociedade. E' a *Marcenaria 1.º de Dezembro*, é a *Companhia Fabril* do genio,


Admiravel!

A intelligencia explora uma industria. A intelligencia faz pilulas purgativas, a intelligencia faz oleo de figado de bacalhau.

Maravilhoso !

A intelligencia deixou de estar sob o patronato de Deus e passa a estar sob a acção do Fisco. Que a intelligencia pague, pois. Que pague, como nós o Publico, que não fazemos profissão de intellectualidade e nos limitamos a ser jornalistas, escriptores, artistas, medicos, advogados, mas como tal tributados.

Não sabemos o que pense d'este assumpto o sr. conselheiro Jeronymo de Vasconcellos, ou quem as suas vezes faça. Nós, desde já denunciámos ao fisco os intellectuaes, e propomos que, d'ora avante, a intelligencia entre no gremio e pague decima, entre os donos de hospedarias e casas de pasto e debaixo da rubrica : *Homens de genio*.







*Novembro, 24.*

Os jornaes publicam o seguinte annuncio :

## **Água de Lourdes**

**AUTHENTICA** da quinta de Nossa Senhora,  
em garrafas de litro.

**75, Rua do Carmo, 75**

O annuncio da agua de Lourdes não nos sur-  
prehende.

A milagrosa agua de ha muito que disputa o  
favor publico, por meio da publicidade mais ap-  
paratosa, pondo-se em franca concorrência com  
as aguas mineraes, chamadas de mesa, e ainda  
com as aguas medicinaes. Se não na fé, no ou-  
vido do publico, as aguas de Lourdes, como as  
de Vichy, as de Loeches e as mesmas aguas de

Carabaña, anti-biliosas, anti-hepeticas e anti-escrophulosas, veem do mesmo reservatorio.

Lourdes tem de ha muito a sua analyse chimica, os seus certificados medicos, as suas etiquetas, o seu lacre, o seu carimbo proprios, talqualmente as aguas suas congéneres.

Não sendo, pois, o annuncio o que nos surprehende, é a nova, inteiramente original, de que N. S. possui uma quinta, onde vende a retalho agua de Lourdes, o que nos enche da maior admiração, porque — confessemol-o desde já — ignoravamos absolutamente que, como o sr. Ribeiro Seabra, N. S. possuisse uma quinta.

Por outras palavras, nós ignoravamos que N. S. fosse proprietaria.

Para a nossa ingenua fé, N. S. era apenas possuidora da Graça, de que o avido interesse humano não conseguira fazer ainda esse artigo tão caracteristico da industria moderna, que se chama — a Reliquia.

Do agiologio, a Egreja conseguira extrahir todo um bazar de quinquilharia. Na côrte do ceu, santos ha que dão dividendos fabulosos. S. Francisco Xavier, S. Bento, Santo Ignacio accusam um saldo que faria inveja ás mais poderosas emprezas humanas. A Santa Luzia, de Sevilha, tem uma clientella superior á do Dr. Gama Pinto.

De N. S., as industrias extractivas da devoção não mostravam um pedaço da tunica, uma vertebra, ou um fio de cabello. Ella estava irreductivel e intacta — na graça do mytho e na poesia da lenda.

Eis senão quando desce do seu ceu povoado de cabeças de cherubins loiros, apeia-se do seu crescente de prata como de uma carruagem e apparece-nos, na sua quinta, vendendo agua *authentica* de Lourdes, em garrafas de litro, com um deposito na rua Nova do Carmo e annuncios nos jornaes.

E' de confundir a natureza mais impassivel.

Até hoje, é certo, viramos já com alguma surpresa, o Almanach de Gotha vender queijos, manteiga e bem assim melões.

Já o tempo das cruzadas vae longe, o que não impede que algumas vezes, passandô pela praça da Figueira, nos detivessemos, suprehendidos, em frente da manteiga, puro leite, de Godofredo de Bouillon. Os mesmos queijos de ovelha do antepassado não nos encontravam frios.

Mas, em summa, a civilisação, as revoluções politicas, a Grande Carta, Robespierre e os immortaes principios de 89 explicavam senão justificavam o queijo de ovelha.

Já mesmo a linda e estouvada Maria Anto-

nietta iniciára o principio das vaccarias aristocraticas batendo a nata no Trianon, de manga arregaçada e saia à *paniers*, mostrando o fino artelho.

N'estes personagens, porém, nada de divino os impedia, como presentemente não impede, de fazerem o seu negocio. A manteiga do sr. marquez da Praia, por exemplo, não faz outro milagre que não seja o de não subir de preço, mantendo-se firme na honrada intransigencia dos doze tostões o kilogramma. Os melões do sr. duque do Cadaval ainda não se recommendaram á christandade senão pelo seu excellente sabor.

Em N. S. estas circumstancias não concorrem.

Ella não está no Almanach de Gotha e está na folhinha como Immaculada Conceição, o que quer dizer que está no Dogma, isto é, fóra do alcance da vida e do mundo.

A sua quinta é o seu dogma. Não pode ter outra.

Sobre isto vender agua a retalho, é uma violação da divindade, que nos enche de espanto e desolação.

Comtudo, é o que succede.

N. S. vende em Lisboa agua de Lourdes, em garrafas de litro, da sua quinta.

Breve — quem sabe? — a venderá a copo, nos estancos, de parceria com a agua da Sabuga, a do Arsenal e a de Valle de Cavallos.



*Novembro, 30.*

**A**CABA de dar-se em Lisboa um caso excessivamente curioso.

O commercio em peso, como que movido por uma mola occulta, para nos servirmos de uma expressão consagrada em todos os relatorios de successos surprehendentes, lançou-se n'um movimento como ha muito tempo não provocam em Portugal, nem as mais graves questões politicas, nem as mais graves questões economicas.

Promoveu reuniões, redigiu manifestos, juntou n'um comicio publico milhares de pessoas, perorou tribunicamente; transpirou, exaltou-se, assoou-se e, resvalando aos excessos dos dias mais revolucionarios, deu votos de louvor ao



commendador Antonio Santos e agitou furiosamente uma campanha de cobre.

N'uma palavra, o commercio levantou-se.

Averiguada a causa d'este movimento authentic, que já subiu até aos poderes publicos em ondas revoltas e ameaçou transbordar para a praça publica e pôr em perigo a inalteravel ordem, que é um dos mais bellos apanagios dos nossos costumes, verificou-se que tanta celeuma era devida ao facto de ter chegado a Lisboa um allemão munido de alguns despertadores garantidos e meia duzia de candieiros de latão.

Em presença d'este inimigo terrivel, o commercio ergueu-se a alturas ainda não attingidas nos anteriores movimentos de character civico, em que collaborou com o seu patriotismo e as suas meias portas; e uma voz, interpretando o sentir geral de tão numerosa quanto prestimosa classe, declarou no solemne comicio da rua Nova da Palma, não querer a «administração estrangeira em casa».

A este protesto, uniram-se os brados da Baixa e de uma parte da Alta commercial, e milhares de vozes, arripiadas pela commoção dos melindrosos momentos historicos, conclamaram: «Não! Não queremos a administração estrangeira em casa!»

Iniciado o movimento com um tão valente ar-

ranque, o allemão e bem assim os seus despertadores garantidos parecem estar para sempre confundidos e o commercio de Lisboa pode ufanar-se de ter ganho uma bem decisiva victoria.

E' portanto o momento de ter uma opinião e emittil-a, não diremos já em acções, como conviria ao character eminentemente mercantil da insurreição de interesses a que nos vimos referindo, mas em palavras, visto ella ter entrado no dominio puramente verbal da historia.

Aqui temos nós uma classe numerosa e poderosa que declara não querer a administração estrangeira *em sua casa* e que, para o declarar, se levanta em massa, sem a instigação ou a peita de quaesquer elementos de sedição, e eis aqui justamente uma classe, por igual poderosa e numerosa, que frequentemente instigada pelos partidos de opposição ao throno e opposição aos governos, pela imprensa, pelo livro e pela brochura, pelo pamphleto e pelo manifesto, pela oratoria do parlamento e pela oratoria dos comicios a declarar se deseja a administração estrangeira *em sua patria*, ainda não se pronunciou a este respeito nem com um copo d'agua, nem com um erro de prosodia, nem com um simples voto de louvor ao commendador Antonio Santos.

E eis o que profundamente surprehende no movimento de rebellião contra o bazar de tres

vintens da rua da Prata: é a conducta viril do commercio diante da ameaça da administração estrangeira *em casa*, contrastando com a sua molle indiferença diante da imminecia da administração estrangeira *no paiz*, o que nos dá a entender que o commercio funda a noção social de patria na noção exclusivamente juridica de propriedade, interessando-se pela patria que está para o lado de dentro do seu balcão e sob as vistas dos seus marçanos, mas desinteressando-se absolutamente da que está da banda de fóra.

Que haja uma administração estrangeira, por exemplo, no Chiado, eis o que não importa, comtanto que não a haja em casa de Jeronymos, Martins & Filhos. Tal o que é licito deduzir-se da logica do activo movimento despedido contra o *Bonus Universal*.

O commercio levantando de tal maneira o diapasão da sua voz perante um allemão engenhoso que afinal não lhe pede senão uma pequena percentagem nos seus rendimentos, a troco de beneficios que podemos discutir, mas que não temos o direito de reputar uma calamidade publica, e reduzindo-se a um silencio consternador perante uma carrada de allemães que lhe vem pedir as colonias e os rendimentos das alfandegas, dá-nos uma idéa bem curiosa da sua

confusa noção dos deveres do homem, na nacionalidade e na loja.

O que parece, no entanto, assente, é que onde a administração estrangeira não póde decididamente entrar é nas mercearias. N'estes reductos sagrados do patriotismo e do arroz carolino, a autonomia portugueza está garantida, o que já é uma consolação para aquelles que declàravam tudo perdido.





*Dezembro, 17.*

**E**STAMOS convencidos de que, ao regressar ao reino, o primeiro movimento d'el-rei terá sido o de um homem que profundamente se resigna, não por certo ao seu paiz, que seguramente ama, e que, a despeito da concorrência das brilhantes civilisações, permanece attrahente e amavel no agasalho do seu clima suave e na hospitalidade dos seus benignos costumes, mas ao seu throno, cujas escadas, apesar de todos os fastigios, lhe devem parecer bem menos gratas ao subir do que a molle e tapetada escada do Hotel Bristol.

Elle volta de umas ferias admiraveis e vae de novo —reinar, oh! despertar amargo de todos os sonhos! oh! ámanhã inadiavel de todos



os dias de ventura! oh! realidade! oh! es-  
piga!

Reinar!

Já ao avisinhar-se da fronteira, elle lentamente principiou desabotoando o seu ultimo *veston* de cheviotte, atirou com desalentado gesto para cima do divan do *sleeping*, a *casquette* que viu as densas mattas de França e os prados nevados de Inglaterra, despojou-se do derradeiro par de botas de coiro da Russia, ainda humidas da rica terra dos Castellane e dos Beauvoir, pediu o sceptro, a coroa o seu ar constitucional, enfiou as luvas brancas, disse mentalmente, como quem recorda as palavras de uma velha lição — *Dignos pares do reino e senhores deputados da nação portugueza...*

Não é a patria que ahi vem, não, com o seu céu sempre de cara na agua, as suas tepidas virações embalsamadas pelas resinas dos pinhaes, a sua paysagem virgiliana, as suas terras lavradas, os seus olivedos, os seus oiteiros, os seus quintaes e o Tejo derramando-se pela leziria, onde os bois bravos param com um fio de baba na bocca, a olhar o trem que passa como uma bicha de rabiari — *Eh real!*

Não é a patria — não!

E' o ministerio, no Entroncamento, já de saca e botas de polimento na manhã radiosa,

entre os eucalyptos da *gare*, a levar os seus cumprimentos e um rolo de decretos; são as camaras municipaes, é o Hymno — o hymno, que nunca mais o abandonará, e, finalmente, no Rocio, é já, em toda a sua magnitude, o «arduo officio de reinar» — o governo, o municipio, as corporações, o foguetorio, a guarnição em armas, o povinho nas ruas, as madamas ás janellas dando á lingua, mexericando, devassando com os seus olhares e as suas palavras o rei que torna a ser rei e que volta ao seu reino para deixar de ser o que tão gratamente foi durante dois doces e fugidios mezes, isto é — um homem!

Um homem!

Eis o que elle foi! Eis o que elle vae deixar de ser!

Durante dois mezes elle reentrou na sua condição humana e poudé gosar com delicia o prazer de não ser — ninguém!

Elle poudé alhojar-se n'um hotel, onde não o receberam com o hymno da Carta e onde não encontrou — felicissimo facto! — o sr. Jayme Arthur da Costa Pinto.

Poudé finalmente dispôr do seu tempo. Pela manhã barbeado e lavado, as mãos nos bolsos e um charuto nos dentes, poudé sahir á rua, só e a pé, dar uma volta pelos *boulevards*, fazer

um alvo *chez Renette*, entrar nas lojas, apreçar coisas, levar encontrões, desviar-se dos carros, tomar solitariamente um *amer* na *terrasse* do Americano, e recolher ao almoço depois d'este banho d'ar, de liberdade, de livre arbitrio e de democracia, sem sentir uma só vez no seu encalço, o major Dias e a policia.

Poude, n'uma palavra, reapossando-se da sua individualidade d'homem, conhecer o anonymato e, no anonymato, o principio salubre da Igualdade.

Reintegrado na sua situação privilegiada de rei que passa, estamos certos que sua magestade se encontrará muito menos á vontade do que na obscura, porém deleitosa situação de «transeunte que passa», em que podemos, com satisfação, surprehendel-o nas ruas de Paris.

Em Paris, S. M. era um homem sadio e forte, que gosava sem apparato os beneficios de uma civilisação excepcionalmente brilhante.

Em Lisboa, S. M. é o Poder Moderador arastando um manto pesado, no meio de uma civilisação pesada.

Estamos convencidos de que S. M. vae ter saudades de Paris e pedimos licença para não o felicitar pela sua chegada.





*Dezembro, 20.*

N'UMA das suas ultimas sessões, a Camara Municipal de Lisboa resolveu baptisar um grande numero de ruas novas, dando-lhes os nomes de grande numero de vultos contemporaneos, alguns dos quaes recentemente mortos e outros em pleno goso de vida, em plena actividade de serviços e em plena discussão. Entre estes, apraz-nos registar os nomes dos srs. Hintze Ribeiro e José Luciano de Castro, os dois conhecidos estadistas da rotação.

Diriamos que, glorificando memorias que ainda não estão sufficientemente de escabeche em gloria e, por outro, consagrando reputações que ainda não tiveram tempo de se consolidar na opinião dos homens, o municipio praticou acto

de incontinencia e excedeu as attribuições dos seus pelouros, nenhum dos quaes é o pelouro da Fama.

A singela observação dos factos mostra-nos, porém, que o municipio não exorbitou, limitando-se ao contrario a conciliar os interesses da civilisação e do progresso, com as contingencias de uma historia tão abundante em successos gloriosos, como falha em nomes proprios.

Vejamos:

Quando Portugal pertencia aos frades, as ruas pertenciam ao agiologio. Todos os santos tiveram ruas em Lisboa e alguns, tiveram-n'as em duplicado. S. Joaquim teve uma rua em Santo Amaro e outra em Santa Isabel. Atropelavam-se. Viver em Lisboa era viver na côrte do céu. A bemaventurança andava estampada em todas as fronte e em todas as esquinas. A praça publica era o logradouro da Igreja, que ahi consagrava os seus heroes, passeiava as suas imagens, accendia as suas fogueiras, queimava os seus herejes.

Sobrevem o liberalismo, substancialmente mata-frades, e, os santos, se não desaparecem dos altares, começam a desaparecer das esquinas. D. Pedro IV, o Saldanha, o Duque da Terceira apossam se da praça publica.

Eis-nos em plena pompa constituccional e o



que devia succeder, succedeu. O systema parlamentar secularisou a Rua. Poz-se em contribuição a historia, o periodo das descobertas, em seguida o das conquistas. Condecorou-se o Passado com uma rua, como hoje se condecora o Presente com uma commenda.

Mas emfim dava-se isto: sobravam homens, faltavam ruas, quando, com o progresso e os bairros novos, surgiram as novas ruas.

Foi primeiro o bairro de Barata Salgueiro. Depressa o municipio distribuiu a esmo os primeiros nomes illustres que lhe occorreram: Rodrigo da Fonseca, Alexandre Herculano, Castilho, o Duque de Palmella. Mas se até então faltavam ruas, eis que começaram a abundar, e então o municipio põe ordem n'este systema tumultuario de glorificação, divide a historia liberal em periodos, ou epochas, dá a cada uma o seu bairro. O novo bairro da Estephania é consagrado ao Setembrismo; Passos Manuel tem uma rua, José Estevam outra.

Já os factos liberaes parecem exgotados. As ruas de outro bairro novo são condecoradas com nomes de senhoras. — *D. Maria Andrade, D. Alice, D. Palmyra*. Com esta nova dependencia da cidade, tem-se a impressão de se estar no bairro privativo de uma familia — a familia Andrade, e algumas pessoas, forçadas a

transitar por elle, não deixam nunca de perguntar «se as senhoras estão», quando as obras chamadas — do prolongamento da Avenida, dão origem a novos bairros e a um tão grande numero de ruas novas, que a camara, pela primeira vez, reconhece ter um deficit de gloria.

Que fazer?

Abandonar a historia e lançar mão do Almanach Palhares.

Foi o que a camara fez.

Já em apuros ella decidira dar a carta de conselho a uma rua — a Rua do Conselheiro Pedro Franco. Condecorou todos os conselheiros mortos, e, esgotados estes, condecorou os vivos. Assim nos apparecem, entre os consagrados da via publica, os nomes viçosos dos srs. Hintze Ribeiro e José Luciano de Castro.

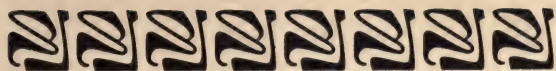
Tal o facto.

N'esta ordem de successos, o que acontecerá se na corrente vertiginosa dos melhoramentos publicos, novos bairros se succederem áquelles?

Não o sabemos, mas receiamos muito que se tal succedor, o municipio na ausencia de novas glorias contemporaneas, se veja coagido a consagrar pela Rua os ultimos acontecimentos theatraes, dando lhes designações como estas: *Rua do Ali á-Preta, Rua das Agulhas e Alfi-*

netes, *Rua do Burro do sr. Alcaide*. Ou ainda :  
*Rua da Viagem á roda do mundo em oitenta dias*, o que não parecerá fastidioso á enunciação e á leitura, se tivermos em vista que já existe a *Avenida Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello*.





*Dezembro, 25.*

O MUNDO christão celebra mais uma vez o nascimento do Christo, ou seu salvador, com abundantes ingestões de alimentos solidos e liquidos; e esta pratica é por tal fôrma a unica que accusa no meio das idéas e dos costumes humanos a existencia do christianismo, que, reflectindo bem, perguntámos a nós proprios se a doutrina christã é com effeito uma velha religião, ou apenas uma velha receita para assar perús.

Da sua influencia como religião vemos pouquissimos vestigios.

O christianismo prégou a Egualdade.

Onde está ella?

Tendo conseguido introduzir no Direito um bem sophismavel principio de egualdade, os homens continuaram mantendo-se depois do christianismo, como antes d'elle, divididos por todo

o genero de privilegios. Ao lado dos fortes continuaram existindo os fracos, ao lado dos poderosos os humildes, ao lado dos ricos os pobres. Affirmar a egualdade é affirmar a mais impudente mentira. Os homens não são eguaes e não trabalham para o ser. Christo era collectivista e o homem cada vez é mais individual. Emquanto soffre não geme pelas dores alheias. Quando as suas proprias cessaram, torna-se tão avaro da sua felicidade, quanto indifferente á felicidade dos outros. O christão d'hoje é o phariseu d'amanhã.

A egualdade está nos principios christãos, em estado abstracto de theoria. Na pratica christã ella não só não existe, como é constantemente negada. Tudo desnivela os homens, a sua força, o seu poder, a sua fortuna, os mesmos dotes da natureza, como a intelligencia, e tudo em sociedade lhes marca logares differentes, que correspondem a differentes regalias.

O mundo christão, onde Christo prégo a egualdade, está todo dividido por tabiques e só n'isto elle se parece com a obra do filho de um carpinteiro.

O christianismo prégo a tolerancia, e desde quando observa este principio a sociedade christã?

Ao contrario, Christo tem sido imposto a ferro e fogo. A Igreja arma-se militarmente para o de-



fender e Christo, que prégou a paz, desencadeou a guerra.

Os homens, divididos pela condição, permanecem divididos pelo pensamento. Pullulam os dogmas e são aos milhares os hereticos, seus inimigos. A religião é um dogma, a sciencia outro e ha tantos dogmas como philosophias.

O mundo christão, ao qual o christianismo aconselhou tolerancia, é uma vasta agglomeração de partidos de todo o genero, que se entrecocam, que se combatem, que se massacram.

Christo ensinou o perdão—e quem perdôa? Quem estende a outra face?

Christo ensinou a resignação—e quem se conforma? Ao contrario, a impaciencia é o que caracteriza todos os esforços humanos. A resignação christã não existe senão no estado de vil hypocrisia.

Finalmente, Christo prégou a paz, e em que se fundam a força, a grandeza e o orgulho das sociedades christãs?

Na guerra!

A sociedade christã é fundamentalmente homicida.

Não matarás! disse o Christo, e estes christãos que hoje se sentam á meza para celebrar o advento da sua palavra de ha dois mil annos, ha dois mil annos que não fazem outra coisa

que não seja — matar, em guerras de castas, de ambições, de partidos, de famílias.

A palavra de paz do christianismo triumphante foi tão pouco escutada pela humanidade christã, que para que ella, dois mil annos passados, uma ou outra vez se faça ouvir no fragor das guerras, foi preciso que se organisasse uma associação sentimental de philantropos, não mais numerosos do que os membros de um club de jogadores de xadrez.

A paz christã não é ainda um facto christão. Depois de tão esplendorosamente annunciada ao mundo, é apenas o vago ponto do vago programma de uma sociedade de recreio. Não ha ainda paz no mundo e, para que um dia ella venha a existir, os homens não fazem mais esforços do que o de reunir periodicamente uma assembleia geral, lavrar uma acta, pagar uma quota.

Em vista d'estes resultados, o que devemos concluir?

Que o christianismo é uma religião de que se mantém escrupulosamente os ritos, sem excepção dos ritos de meza redonda, mas de que não se observaram ainda os principios e mandamentos.

Tudo quanto o mundo christão faz hoje para se mostrar verdadeiramente christão é — comer perú.



*Dezembro, 31.*

1902 — Que horas são?

1903 — Onze e meia, meu pae...

1902 — Onze e meia?... não temos tempo a perder. Está muito frio lá fóra?

1903 — Assim, assim. Em Nova-York é que está a 10 abaixo de zero.

1902 — Tens ahi a divida?

1903 — Está aqui, meu pae.

1902 — Deixo-t'a consideravelmente augmentada. Que não esqueça o convenio... deu-me agua pela barba... A proposito, recommendo-te muito particularmente o Carrilho. Passa-me por elle como gato sobre brasas. E' o que se chama um excellente amigo. Nunca faz senão annos economicos... Tambem ahi te fica o contracto Williams.

1903 — Williams?

1902 — Sim. . E' um inglez muito sympathico que me trouxe de Londres um caminho de ferro.

1903 — Já feito?

1902 — Não... por fazer... Entende-te com elle e segura-te... Mette-te no conselho d'administração... Agora, outra coisa... Ficam aqui n'esta caixa os editaes do Carnaval. Sobre este assumpto é preciso que estejas absolutamente a cavallo nos principios... Carnaval? — á antiga portugueza... Entende-te com o Pereira e Cunha. E' um homem necessario. Legu-t'o. Tem pouco cabello. Respeita-lh'o. Ah! tambem te deixo o Veiga, has de ter ouvido... O Veiga...

1903 — Sim... o Veiga...

1902 — E' um personagem immensamente decorativo. Escola italiana. Boa voz de barytono. Faz os tyrannos. Terás com elle um ar archaico, que não te ficará mal. Convém cultural-o. Visita-o. Recommendo-te o seu *Museu dos Horrores*. Muita ferragem velha e algumas mulheres novas. Sê benigno. Deixa-te roubar. Quantas?

1903 — Onze e quarenta e cinco...

1902 — Oh! diabo! Embrulha-me esta papelada...

1903 — Que é isto?

1902 — São peças originaes... E' para a via-

gem... Ficam-te ahí as traducções. São todas do Mello Barreto. Dá-lhes uma vista d'olhos (*Pausa. Commoção.*) Agora, escuta-me. Estas são as minhas ultimas recommendações. Não te agites. Não empurres. Deixa-te ir. Legote um grande numero de problemas: o problema do Direito, o problema da Fé, o problema da tysica, o problema dos vulcões, o problema dos balões, o problema da carne mais barata. Não lhes bulas. Não os procures resolver. O papel do tempo é essencialmente conservador e rotativo. Foge de transformações, foge de revoluções. Se te mettes n'isso, ficas apontado a dedo na historia. Toma-me especialmente cautella com o João Franco...

1903 — ?

1902 — Não conheces? Tanto peor! E' um dissidente e traz-te talvez debaixo d'olho. Essencialmente perigoso. Está em desaccordo. Segue os systemas, segue os governos. E' a boa tactica. Deixo-te o Hintze no poder. Mantem-n'o. E' necessario aos principios. E' uma estaca. Conserva-te os feriados e retoca-te o discurso da corôa. Apanhas um parlamento novo. Eu ainda funcionei nos pares. E' uma regalia. Mostra-te grato. Apparece na abertura. Distribue alguns apertos de mão. Encosta-te á maioria. Lá encontrarás o Alberto Bramão... dá-lhe



*dom.* Elle gosta e não custa nada. Vae aos theatros. Deixo-te uma arte um pouco escaveirada. Foi a que encontrei. Não reprovés. Applaude sempre. Tambem não custa nada e contribue para a harmonia geral. Afina a tua opinião pela opinião alheia, e, sobre tudo, não tenhas mais espirito do que os outros. Não t'o perdoariam. Serias um anno execravel. Faz de vez em quando um livro de versos. Faz tambem uma casaca. Faz mesmo duas. Convém. Sahes da obscuridade. Entrás no noticiario e nos *foyers* dos theatros. Mas que é isto? Meia noite? Adeus. Dá cá um abraço... dá cá outro... Passa-me o *couvre-pieds*...

1903 — Meu pae!...

1902 — Adeus! Ah! é verdade! já me esquecia... Recommendo-te os Humbert. Trata-m'os bem... Já dei ordem... Todas as despesas pagas... Adeus!



1903

---

*E*spectaculos para hoje: S. BENTO, «Resposta ao discurso da Corôa» Liberdade ás colheres, ou liberdade de pharmacia — Arevolução de cima ou o fim dos trens virados — O nariz do sr. Fuschini acolhe-se ás classes inactivas: reconhece-se que elle ganhou o seu justo repouso — A Bernarda: lojas maçonicas e lojas de bebidas — O rei de Inglaterra em Lisboa, o ceu, a alliança ingleza e o regimento de cavallaria 3 — Outros tempos e outros costumes, Walter Scott, o Gaspar da Viola e a «Prece de uma virgem» — A Arte e a Mulher: um molho de razões e um molho de chaves — O telephone entre Lisboa e Porto, ou as iniquidades do Progresso — Estomagos vazios e consciencias revoltadas: adduzem-se razões, afim de demonstrar que a fome do Porto não é paga

*pelo sr. Lima Junior para deitar abaixo o governo — O sr. Samagaio, nós e os immortaes principios de 89 — Em que se espera ver pedir o Milagre e em que se vê pedir caldos — O Estado e o café de grão de bico — A rotação no «boulevard» dos Italianos e a senhora Liane de Pougy no Ministerio do Reino — A Honra: cita-se Crébillon e o Codigo Administrativo — O general Azcárraga em Lisboa, ou as vicissitudes da «reportage» — O culto das apparencias — Um jantar na sala do Risco e alguns pontos de interrogação — A morte do equilibrista — A «interview», o que ella devia ser e inconvenientes do conselho de Estado — A Alma e o Corpo, ou philosophia de uma escorregadella — As festas ao rei de Hespanha, Deus, o governo e o sr. Queiroz Velloso.*



*Janeiro, 5.*

**A**BRIRAM as Camaras.

O quê? Ninguém deu por isso?

Pois é certo: abriram as Camaras.

Abriram um d'estes dias, não sabemos bem quando: se antes, se depois dos Reis, mas o certo é que abriram e já funcçionam no seu edificio novo.

Ninguem teve ahi a curiosidade de ir ver o edificio novo?

Ninguem.

E' singular!

O systema parlamentar tornou-se tão pouco interessante que nem mesmo para o ver funcionar não já em molas novas, mas em cadeiras novas se desloca gente!

Antigamente, ia-se á Rethorica. Era no tempo

em que o Fontes fazia silvar a «*locomotiva do Progresso*» e o Manuel d'Assumpção cavalgava com galhardia o «*cavallo branco de Napoleão*». O systema liberal envelhecia, encerava os bigodes á Luiz Bonaparte, pintava o cabello com Agua Circassiana; á Oratoria juntava-se já um forte pigarro, mas essas vozes roucas tinham ainda uma vibração do Passado. O liberalismo falava já por um grande numero de boccas sem dentes e parecia ainda falar pelas boccas dos canhões. A Carta Constitucional tinha o perfume e o viço de uma carta de namoro. A mesma Liberdade era um derriço. A Camara estava cheia de poetas e trovadores. Um pouco de ideal rimado misturava-se á Politica. Em rigor não se faziam discursos: faziam-se glosas. Os ministros sahiam da assignatura com olheiras, sobraçando a pasta e a lyra. Com os ultimos decretos discutiam-se as ultimas endeixas. Foi assim que, durante muito tempo, sobre o problema colonial, pairou — a *Judia*.

A Camara tinha um interesse verdadeiramente romantico. O systhema parlamentar era um folhetim.

Hoje, o parlamento deixou de ter ideal, mesmo rimado. Entregue não sabemos se aos filhos, se aos netos da Revolução, elle tornou-se infinitamente prosaico.



Quebrou-se a tradição.

O Romantismo insuflado e ribombante cedeu o lugar ao frio e rígido Naturalismo. A Rethorica, modernisada pelos costumes, cortou o cabelo á escovinha. A Oratoria cahiu, como cahiu o Improviso -- seu filho dilecto. Adeus idealidade! adeus poesia! adeus paixão!

Por outro lado, se se quebrou a tradição, extinguiu-se a geração que parecia ter o apanagio da grandeza parlamentar.

Foi se o Verbo e foi-se o Homem.

Ao brilho do systema parlamentar andava inherente o brilho de certas physionomias. — A Camara era um vivo pantheon de glorias nationaes, que o publico ia ver, como a uma exposição de figuras de cera. As *Farpas* atiravam para baixo bolinhas de pão, o *Antonio Maria* atirava settas de papel. Não importa! — Eram os grandes homens.

Com a morte do ultimo grande homem, reduziu-se de commum acçordo a estatura da nação. Ficámos todos pequenos, de forma que, ainda sob este ponto de vista, não ha interesse em ir a S. Bento: somos todos do mesmo tamanho.

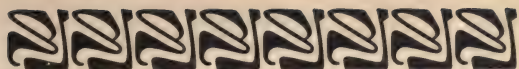
De vez em quando levanta-se do seio das instituições parlamentares um ligeiro rumor. O publico não se inquieta. Já sabe o que é. Não é

nada. — E' o sr. deputado Cayolla que pede a palavra sobre o modo de propôr. No dia seguinte, a imprensa refere o successo e o publico fica inteirado.

De resto, o parlamento é a imprensa. Sem ella, elle não existiria já senão no *Diario das Camaras*, muito vagamente. Sabe-se que o parlamento abriu — pela imprensa. Sabe-se que o parlamento funciona — pela imprensa. — Sabe-se que o parlamento fechou — pela imprensa. As instituições parlamentares vivem, como os theatros, do favor da imprensa. Sem os serviços de publicidade que ella lhes presta, as instituições parlamentares estariam, pelo menos, esquecidas.

Assim não. Assim, pega-se no jornal e lê-se: S. CARLOS, *André Chénier*; GYMNASIO, *O papão*; AVENIDA, *A Filha do Inferno*; S. BENTO, *Resposta ao Discurso da Corôa*, e fica-se ao menos sabendo que S. Bento existe, embora não se vá lá.





*Janeiro, 20.*

DAS opiniões conjunctas dos dois partidos liberaes que na passada semana debateram no parlamento a questão substancial da liberdade, resulta esta noção positiva: dê-se a liberdade, porém ás colheres.

O partido regenerador preconisa o regimen das colheres de chá.

O partido progressista reivindica o principio das colheres de sopa.

Ambos, porém, estão no fundo d'accordo em que da liberdade não se faça senão um uso moderado e — ás colheres.

Com effeito, emquanto o partido regenerador estabelece especiosas distincções entre *liberdade* e *licença*, o partido progressista severamente separa a *liberdade* da *diffamação*, a *liberdade*

da *calumnia*, e ambos se concertam em dosar a liberdade como um medicamento.

O objectivo d'esses dois partidos liberaes não consiste pois em *dar* liberdades, mas em *receitar* liberdades.

Quer dizer, a liberdade para o systema liberal é um veneno. Elle receita. O juiz Veiga avia. O Governo Civil é a pharmacia da liberdade. Ali a manipulam, a pisam, a clarificam, a passam por filtros de papel pardo. Por isso a liberdade de que gosamos é uma liberdade de pharmacia. Não podemos fazer uso d'ella senão em virtude de uma receita do medico — que é o Governo.

Pobre liberdade!

Correste já sob a forma de sangue generoso, foste bebida como um vinho embriagador, estancaste ardentes sêdes!

Eis-te na therapeutica!

Eis-te no receituario!

Eis-te em frascos!

Não és sangue. Não és vinho. E's uma droga funesta e temida.

E' o que se deduz do debate parlamentar, breve, mas persuasivo. Nenhum dos dois partidos que reivindicam a liberdade, quer a liberdade. — Ambos querem o regulamento.

Não se discutiu na camara se deveria ser res-

tabelecida a liberdade da Constituição. Da liberdade da expedição de Belle-Isle e da Ilha Terceira, da liberdade trazida pelos sete mil e quinhentos e desembarcada no Mindelo, da liberdade que está no Porto em um frasco, mettida em alcool, não se falou.

Do que se falou, isso sim, foi de uma liberdade sujeita á postura e que, de tão regulamentada, não se sabe já se é a liberdade de pensar se a liberdade de verter aguas.

A mesma Constituição não se invoca já:

O que vigora?

O Codigo Administrativo.

O Codigo Administrativo é um *post-scriptum* á Constituição, *vade-mecum* do arbitrio, breviario de todas as dictaduras, manual portatil que os governos levam no bolso para a Camara com os rebuçados de althéa e que folheiam com as pontas dos dedos, enquanto a opposição pede responsabilidades e copos d'agua.

O accordo é completo no sentido de considerar a liberdade um contrabando, como a isca.

Os partidos, tanto os do poder, como os da opposição, querem a liberdade-Régie, devidamente cancellada pelo Estado, com um sêllo e uma policia de fiscalisação. Quanto á liberdade isempta de um *contrôle*, elles unanimemente a consideram fraudulenta.



Foi isto o que ambos claramente disséram.

Toda a liberdade, mas toda a responsabilidade!

O que é a responsabilidade no regimen do monopolio?

E' o defezo.

A liberdade em Portugal está no regimen do defezo.





*Fevereiro, 15.*

DEPOIS do inopinado successo da princeza de Saxe, a noticia de que uma princeza de Inglaterra mostrara o pensamento de desposar um simples filho de lord Chamberlain, lançou no espirito publico não a maior confusão, como seria de suppor, mas uma grande somma de ordem e uma grande somma de luz.

Estes dois ruidosos rompimentos tiveram desde logo a seguinte significação: a Igualdade vem, e vem pelo amor.

O espirito publico immediatamente comprehendeu.

Sobre a obra dos philosophos, sobre a dos philantropos, sobre a dos revolucionarios, sobre a dos politicos, uma mulher veio dizer a decisiva palavra e o que aquelles não tinham feito

ainda, ella o fez. A Igualdade estava apenas nas leis. Nos factos não estava ainda. A princeza de Saxe installou-a definitivamente nos factos.

O que fez a princeza de Saxe?

Uma revolução.

O espirito publico percebeu e saudou na princeza de Saxe a revolução.

O que fez a princeza de Inglaterra?

Como o Senhor Sebastião, ella adheriu.

Assim, a revolução vem de cima — das dynastias, dos privilegios, das castas. Commoda e comportavel situação social! Não mais insurreições, não mais rebelliões, não mais barricadas! Adeus a era do martyrologio politico! Adeus carceres onde a liberdade jazeu opprimida, ao lado do seu quarto de pão e da sua bilha d'agua! Adeus heroicos cidadãos morrendo com espalhafato na praça publica, sobre trens virados! Adeus carbonarios! Adeus conspiradores! Adeus redimidores!.

Não sois já precisos. Podeis recolher a vossas casas e garantir a vossas mulheres que te-reis juizo, porque d'ora ávante, quem deixou de o ter foram os vossos inimigos.

A velha sociedade começa a cahir pela cupula. E' inutil minal-a.



*Fevereiro, 19.*

O outro dia correu este boato: o sr. Fuschini tinha sido reformado.

Reformado a que titulo?

Como homem d'Estado?

Como ministro de 1892?

Como auctor das *Liquidações Politicas*?

Como conservador?

Como revolucionario?

Como monarchico representativo?

Como socialista?

As interrogações choveram. Afinal, o sr. Fuschini, que fôra realmente reformado, obtivera a reforma como chefe dos armazens da Companhia Real.

A principio ninguem comprehendeu.

A reforma do sr. Fuschini n'um logar de

chefe d'armazem pareceu suspeita. A' idéa de chefe d'armazens ligou-se a idéa de capataz, á idéa de capataz a idéa de carroto. Por um momento viu-se o sr. Fuschini, de bonnet, a rolar pipas de Torreano, na estação do Rocio.

O publico, que ha longos annos acompanha o sr. Fuschini com tão vivo interesse, — torceu o nariz.

A proposito do sr. Fuschini torcer o nariz é ter uma opinião, como n'elle proprio torcer o nariz é ter outra. Pode mesmo dizer-se que entre o publico e este homem politico só tem existido comunicação pelo nariz.

O nariz do sr. Fuschini é, por este facto, movel, como convém a todo o orgão de comunicação.

O sr. Fuschini é um homem politico essencialmente desassocegado. — O seu nariz tambem.

O sr. Fuschini é um homem politico excessivamente instavel — O seu nariz tambem.

Quando o sr. Fuschini está do lado da Ordem, o seu nariz dilata-se além de toda a medida e escancára as fauces da Reacção. Quando o sr. Fuschini está do lado do Progresso, o seu nariz rabeia como a propria hydra revolucionaria.

Por outro lado, o nariz do sr. Fuschini, ao



mesmo tempo que faz parte integrante da sua individualidade, tem uma individualidade autonoma. E' um Estado no Estado. Quando, assumindo a gerencia da pasta da fazenda, no anno tão lembrado de 92, o sr. Fuschini entrou pela primeira vez no poder, o que primeiro lá entrou não foi na realidade o sr. Fuschini, mas o seu nariz.

Foi com o nariz que o sr. Fuschini administrou a fazenda publica. Foi com o nariz que o sr. Fuschini escreveu as *Liquidações Politicas*.

O seu nariz foi e tem sido evidentemente o seu mais prestimoso collaborador, tanto na politica, como na litteratura.

Na politica, afinal, o que tem elle sido?

O homem que coopera?

Não. Simplesmente o homem que mette o nariz.

E na litteratura? Tem elle sido por acaso o homem que esclarece?

Tambem não. Elle tem sido sempre, na litteratura, como na politica, um nariz buliçoso, inconstante e indiscreto.

Diante de todos os principios, como diante de todos os partidos, que faz em resumo o sr. Fuschini?

Funga.

O sr. Chancelleiros toma rapé.

O sr. Baracho espirra.

O sr. Fuschini, sythematicamente — funga.

E' monotono, porque não é já um homem que não está d'accordo: é um homem que tem um defluxo e não tem um lenço. O anno passado, o paiz teve a impressão de que elle ia assoar-se. Foi quando, pela Camara, passou o golpe d'ar da discussão do Convenio. Equivoco! O sr. Fuschini não se assoou e, mais uma vez — fungou.

Avèrigua-se agora que a sua reforma é afinal a reforma do seu nariz. O sr. Fuschini encontra-se válido. O seu nariz é que já prestou os serviços que tinha a prestar. Está na decrepitude. Já uma verruga aponta. E' a idade do pingo. Justo é que se acolha ás classes inactivas.

Digamos-lhe todos adeus! Era talvez o momento de lhe offerecer um jantar. Mas não! Uma festa ruidosa não conviria á indebellavel melancolia d'esta separação.

O nariz do sr. Fuschini deixa a vida publica. Embora!

Elle ganhou o seu justo repouso.



*Março, 20.*

A semana passada, rebentou em Coimbra — a Bernarda.

Immediatamente, este sestro todo moderno de inquirir, que leva o homem dos nossos dias a querer penetrar nas origens de todos os successos, assim dos suicídios como das revoluções, lançou a imprensa — no Inquerito e do inquerito resultou que, acima de todos os descontentamentos, acima de todos os agravos, acima de todos os vexames, duas associações secretas, a dos *Carbonarios* e a dos *Invisiveis*, tinham armado o braço da revolta, nos dias sangrentos de Coimbra.

Portanto, nenhum mal-estar, nenhum desasoscego, nenhuma impaciencia publica. Apenas isto : — romance.

Os *Carbonarios*.

Os *Invisiveis*.

D'onde veio esta poderosa contribuição para o inquerito sobre os acontecimentos de Coimbra?

Da livraria França Amado?

Da casa Bertrand?

Da Bibliotheca Amena?

Do sr. Faustino da Fonseca?

Do sr. Rocha Martins?

Ignora-se.

O que ficou estabelecido pela curiosidade dos investigadores e pela tagarelice dos transeuntes é que, acima das razões todas economicas dos impostos, existiram, para que os successos de Coimbra se déssem, as razões, todas novellescas, dos *Carbonarios* e bem assim as dos *Invisiveis*.

Immediatamente, o espirito publico preoccupou-se em saber quem poderiam ser os *carbonarios*, assim como os *invisiveis*; mas a imprensa, de ordinario gárrula, foi a este respeito muda.

Porquê?

Porque nem os *carbonarios*, nem os *invisiveis* se deram ao incommodo de contribuir para o seu inquerito, — já com um facto, já com uma meia-mascara de velludo preto, já com um punhal d'aço de Toledo, já com um simples lenço

esquecido e onde houvesse uma gota vermelha de sangue. N'uma palavra, porque nem *carbonarios*, nem *invisiveis* appareceram a depôr, tendo comtudo apparecido nas ruas de Coimbra a empurrar as tricanas de S. Martinho do Bispo para o frio seio das bayonetas caladas.

*Carbonarios*, *invisiveis* são pois, simples successos de imaginação?

Tudo o leva a crer.

O character, assim como os costumes nacionaes são essencialmente benignos. Nós constituimos — isto é sabido — uma nacionalidade de parceiros. Alliciamos-nos facilmente para uma sociedade de recreio. Para uma sociedade secreta — raramente. Na ordem politica o nosso maximo de tensão civica é o Centro. Normalmente, porém, todas as orthodoxias nos repugnam. — O nosso ideal de partido é, por exemplo, aquelle em que possam caber — todas as opiniões.

Conspirar !

Conspirar é ser solidario.

Quaes são as nossas solidariedades ?

As dos nossos commodos.

Nós somos solidarios pelas nossas profissões, pelos nossos gostos, pelas nossas manias. A Associação dos Empregados de Commercio, a dos Lojistas, a dos Jornalistas, a dos Cosinheiros é um typo de solidariedade. A dos Caçadores — ou-



tro. A dos Jogadores do whist — outro. A sociedade, em geral, quando se associa em nome d'outros interesses que não sejam aquelles, faz monte-pios. O nosso typo de associação secreta é o Monte-pio Geral. Nós, em resumo, não sabemos conspirar sem um presidente, uma mesa de assembleia geral e uma campanha.

Admittamos, por um momento, que em Coimbra existiram ou existem duas associações secretas d'este modo intituladas — os *Carbonarios*, os *Invisiveis*. Pois bem! Se essas associações existem, nós iamos jurar-o, ellas tem... um bilhar. Interrogado por um jornalista, uma testemunha ocular declarou tel-as percorrido *a todas*, na occasião dos acontecimentos. Não eram clubs secretos; não eram lojas maçonicas: eram lojas de bebidas.

*Carbonarios*, *invisiveis* são portanto affectações do espirito nacional, imitações do italiano, imitações do russo — a Hydra traduzida pelo sr. Mello Barreto.



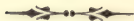


*Abril, 1.*

DIZ-SE que o rei de Inglaterra chega amanhã; mas ainda não é certo. Ha, por isso, especção e indecisão. Entretanto, seguem os preparativos para a recepção — dizem os jornaes — mas esses preparativos não vemos quaes sejam. As ruas estão desguarnecidas. Apenas no Terreiro do Paço se martella furiosamente n'uma especie de patibulo, voltado para o mar e de costas para a estatua de D. José, onde não sabemos ainda o que poderá passar-se á chegada do rei. O Caes das Columnas foi reconstruido. Cremos que por um scenographo. Assim as antigas columnas de pedra foram substituidas por duas columnas de madeira pintada, que serviram na ultima magica da Rua dos Condes. Por este motivo fala-se em que haverá tambem surpresas e que o sr. conde

de Avila, no *maillot* flamante da *Filha do Inferno*, sahirá de um alçapão, afim de lêr a mensagem ao rei, no Terreiro do Paço.

Estes ruidos não fazem senão augmentar a anciedade do publico e a leitura dos jornaes da tarde, que, por motivo das suas avultadas tiragens, estão começando a sahir de manhã. Alguns mastros aguardam na rua do Ouro que os levantem, mas até á meia noite, que foi quando por ali passamos, não lhes tinham bulido. Estão certamente de prevenção, assim como as tropas, á espera de telegramma da barra. Consulta-se entretanto o ceu, que está pavoroso.





*Abril, 2.*

O tempo afinal, bom : um d'esses dias azues, de que a imprensa nos faz quotidianamente a revelação e a *réclame*. Emfim, um dia que não nos envergonha, porque é sabido que nós tornamos absolutamente solidarios — o patriotismo e o bom tempo. A unica coisa que, em verdade, profundamente nos affecta em Portugal não é que a nação caia em ruinas, ou que o imperio colonial se desmorone, mas tão somente — que chova. A unica coisa que authenticamente reivindicamos é o ceu. Gastamos o Brazil, gastamos a India, gastamos a Africa. O ceu é o unico patrimonio que não temos podido gastar. E' por isso tambem o unico de que incondicionalmente nos orgulhamos. Quando o ceu nos atraiçoa, nós succumbimos. O que nos vae ficar ? Um dia

de chuva reduz-nos á condição de um povo desditoso. O que pensarão os estrangeiros? O que pensará a Europa? O que dirá de novo o sr. Chamberlain, ou será Portugal realmente uma nação moribunda? Se o bom tempo volta, volta a esperança. A imprensa celebra este doce clima de Portugal. Com a brisa tepida, penetra-nos a convicção de alguma indisputavel superioridade. Por um momento, as nossas imaginações pensam oppor á civilisação expoliadora, á diplomacia astuta, aos fortes exercitos e ás fortes armadas, este unico instrumento de defeza e ataque — o Ceu. A certeza do ceu dá-nos a certeza de uma força invencivel. Venham! Venham os estrangeiros! Se o estrangeiro vem e o ceu não está em termos, nós encavacamos, pedimos desculpa, como de uma falta de ordem na administração ou uma falta de aceio nas ruas; desabafamos nos jornaes, accusamos o municipio, incriminamos os observatorios meteorologicos e os seus boletins, que andam sempre a annunciær inconstancia, trovoadas, chuva.

O dia d'hoje é, pois, por todos os motivos, um dia de regosijo para nós. O ceu, que é afinal, depois do regimento de cavallaria 3, unicamente aquillo com que entramos na alliança ingleza, não faltará á revista de forças nacionaes que vae ser logo passada pelo rei de Inglaterra.





*Abril, 2.*

LISBOA prepara-se para estar em plena festa, o que tanto mais facilmente se explica quanto a melancolia das coisas e um certo numero de posturas prohibitivas tornaram de ha muito ausentes d'esta agradavel cidade todo o aspecto e todo o ruido festivos.

As procissões, que outr'ora foram outras tantas festas, tornaram-se raras e perderam esplendor. O culto abandona definitivamente a rua, de que fez o luzimento, e a multidão, de que fez o regosijo.

A diversão essencialmente popular das feiras acabou. A feira das Amoreiras, que os contemporaneos da Amelia Pincha ainda rememoram com saudade e gula, era uma verdadeira *kermesse*. Definhou. Finalmente, saiu dos costumes. A feira

de Belem, depois que Affonso d'Albuquerque se apossou dos terrenos do Tejo, fronteiros ao palacio real, entrou em via de fallencia. A sociedade aristocratisou-se. Hoje, a feira é do Quarto Estado.

Em outras eras o lugar de reunião, de poeira e de vento que foi o Passeio Publico, em cujo apagado recinto pompeia agora a Avenida da Liberdade, constituia uma diversão methodica, acompanhada de luz e ruido — inseparaveis elementos de todo o prazer colectivo. Lisboa encontrava ali, com regularidade, aos domingos e quintas, musica de banda e gaz de illuminação, que ainda então illuminava.

Por outro lado, a rua emmudeceu.

As ruas de Lisboa, antigamente, eram musicas. Um côro alegre enchia o ar. Vendia-se a agua, vendia-se o azeite, vendia-se o peixe, a fructa, o pão, o mexilhão, o tremço, — cantando. O pregão tornava Lisboa uma das cidades mais ruidosas, embora das menos populosas da Europa. Despertava-se de manhã ao ruido de mil gritos angustiosos. Corria-se inquieto á janella. Eram mulheres da hortaliça e vendedores d'agua apregoando ao desafio. Subito, rompia uma cavatina do *Trovador*, ou da *Traviata*. Era o realejo. Verdadeiramente, os realejos infestavam a cidade. Não importa! Era muitas vezes grato, do

leito, ouvir a voz de Violeta, exhalar a tremer o  
*Adio del passato.*

Os violinistas cegos tambem campeavam, mas a nota verdadeiramente vibrante da alegria das ruas era o *solo de cornetim*, que não sabemos porque predestinação da natureza, ou que disposição das coisas, era quasi sempre tocado por uma mulher, moça e algumas vezes formosa.

O Romantismo emmagrecia, creava olheiras, deixava crescer as unhas e o cabelo. Lia-se Walter Scott. A poesia lyrica devastava os lares. Appareceu nas ruas um trovador. Foi o Gaspar, mais commummente conhecido pelo *Gaspar da Viola*, por se fazer acompanhar de um violão. O *Gaspar de Viola* era um tenor velho e lanzudo, munido de uma gaforina grisalha e accommettido de uma irreparavel rouquidão, que cantava de sol a sol por todas as ruas de Lisboa.

Nas janellas cantavam os canarios e os grilos. Os pianos tocavam todos a um tempo a mesma *Prece de uma virgem*. A vida era monotonica, mas harmoniosa.

Sobreveio, porém, a Disciplina. O regimen da Disciplina veio oppôr-se ao regimen da Brandura. A liberdade em Portugal campeava, como antigamente se dizia, infrene. Havia illimitada liberdade em todos os ramos da actividade na-

cional. Tudo se fazia sem estorvo: os jornaes, os poemas lyricos, as revistas d'anno, o mesmo amor, que se praticava a escancaras, da janella abaixo. Não havia regulamentos. O unico que ainda estava em vigor era a Carta Constitucional, que fazia ao mesmo tempo as vezes de uma constituição do Estado e de uma postura municipal.

Achavam-se as coisas n'este pé quando a Disciplina teve o seu advento e meia duzia, uma duzia de reformadores pozeram um travão na liberdade.

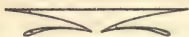
A Carta Constitucional foi considerada insufficiente, desmazelada, fracalhona e papa-assorda. Immediatamente fizeram-lhe erratas, codicillos, *post-scripta*, — para pensar, para escrever, para desenhar, para falar, para apregoar, finalmente para cuspir.

Todas os pregões acabaram, assim os da Idéa, como os do azeite doce. Parece que se falava alto de mais: diante de todos os factos estendeu-se um tapete molle de casca de sobro. Os menores ruidos apresentaram-se subversivos. Um vendedor apregoando o 1315, depois das dez horas da noite, alarmou como um mau symptoma e foi mandado calar. Assim foram successivamente emmudecendo as bandas de musica, os realejos, as pretas do mexilhão, as mulheres

da hortalica e os aguadeiros, do mesmo passo que gradualmente extinguiam as suas ardentes vozes d'outr'ora o livro, a brochura, o jornal, a tribuna.

Assim, á monotonia das coisas veio juntar-se a monotonia do proprio ambiente, que deixou de vibrar, pareceu por um momento, como tudo, emmudecer tambem.

As festas despertaram d'este modo na alma da multidão, não diremos já o sentimento da patria, mas bem legitimamente o deprimido sentimento da liberdade. Ha muitos annos a esta parte, são estes os primeiros foguetes que ouvimos estalar, em liberdade, sem licença do Governo Civil.







*Abril, 15.*

UM dos redactores de um dos nossos jornaes mais activamente occupados em revolver factos e personalidades, tendo ido ha dias visitar Lucinda Simões á sua residencia de Bemfica, trouxe a publico, com algumas das impressões que experimentou n'esse lar d'artista, um pouco do que ouviu e tambem do que disse. Ora, entre o que disse, esse jornalista, consignando que Lucinda Simões occupa um logar verdadeiramente proeminente na consideração do publico, teria assim affirmado a sua convicção:

« — A D. Lucinda é das creaturas por elle mais queridas ».

Sem fazer qualquer genero de reparo á construcção, perfeitamente regular, d'este periodo,

seja-nos licito fazer alguns ao tratamento que o jornalista em questão julgou dever dar á eminente artista, a quem tão conspicua e reservadamente chama — D. Lucinda.

E' esta uma questão feminina, sempre deleitosa de tratar, como todas as questões femininas, das quaes já dizia a Senhora de Girardin que interessavam os homens mais pela graça do que pela philosophia.

D. Lucinda — vejamos — não recorda a personalidade de uma artista.

A Arte é essencialmente niveladora e se não reconhece condições, não reconhece nos sexos senão aquillo que real e autenticamente os nobilitou, que é o genio, commum a ambos. O resto é secundario.

A mulher d'arte, por exemplo, não tem em rigor sexo. Quando essa mulher tem talento, em rigor essa mulher é um homem.

A mulher vive n'um regimen de tutela. Ella emancipa-se. A mulher tem um marido. Ella pode deixar de o ter. Filhos. Ella pode prescindir d'essa funcção materna. A arte não lhe pede senão que illumine, que fulgure, que deslumbre. E' o que ella faz, sem outros deveres. E', por accaso, a mulher d'arte, uma excellente esposa, uma excellente mãe, uma excellente dona de casa? Admiravelmente. Isso, porém, em nada

augmenta o seu prestígio, que não vem das suas virtudes domesticas, mas dos seus privilegios artisticos.

Desde logo ella attinge uma tão alta superioridade entre as pessoas do seu sexo, pelos dons viris que a natureza lhe concedeu, que dar-lhe a ella o que se dá em consideração ao commum das mulheres, é prestar-lhe uma homenagem que já não lhe cabe senão em certa medida e que não a recompensa senão em mesquinhas proporções. E' desconhecê-la, desnatural-a, falsear-a.

A mulher de theatro, á qual nos estamos mais especialmente referindo, subtrahê-se, como nenhuma outra mulher d'arte, aos formalismos femininos. Não se emancipa só: entra em insurreição. N'uma sociedade em que a sua profissão não foi ainda dignificada, não é uma mulher: é um revolucionario. Dá batalha aos preconceitos, abandona o lar e as suas virtudes, entra em contacto com os homens e as suas paixões, torna-se um instrumento publico de commoção, expõe-se ás vicissitudes da gloria com uma coragem só comparavel á do soldado.

O que é isto?

Uma mulher?

Sem duvida. Ella é uma mulher pelo sexo, mas deixou de o ser pela funcção.

Não lhes cabem, pois, as homenagens que são devidas ás mulheres, que exercem normalmente as funcções femininas, mas outras, que, por serem differentes, não são menos consideraveis.

Os artistas, sem exclusão das mulheres, invocam-se como os deuses, na segunda pessoa. São do Manual de Civilidade. Por isso entram na gloria. Accrescentar algum titulo aos seus nomes gloriosos, é desfigurá-los hediondamente. D. Lucinda, por exemplo, não é uma artista — é uma dona de casa d'hospedes.

Historicamente, conhecemos duas mulheres remotas, a quem os seculos tem systematicamente tratado com a discrição e a reserva especialmente concedidas ás donas de casa: são D. Urraca e D. Tareja. Alem d'estas nossas duas illustres antepassadas e de algumas mais, como D. Philippa de Lancaster e D. Mecia Lopes de Haro, aquellas que mais virilmente affirmaram o seu sexo perderam o *dom*, como Leonor Telles, que a historia trata francamente por tu, e Philippa de Vilhena, que só a Sociedade 1.º de Dezembro teima em chamar D. Philippa.

Catharina d'Athayde perdeu o *dom*. Marianna Alcoforado nunca o teve, como nunca o tiveram a Laura de Petrarca e a Beatriz do Dante.

O *dom* é um attributo domestico, como o

avental, o rol da roupa e o molho das chaves. Demol-o de boamente ás donas de casa, mas supprimamol-o terminantemente de todos os nomes proprios e appellidos que significam para os nossos espiritos alguma coisa mais do que remançosas idéas de ventura e commodidade domesticas.

· Uma artista tão notavel pelo seu temperamento, pela sua educação e pela sua obra, como é Lucinda Simões, não póde ser *Dona Lucinda* senão por um espirito de cortezia que não lhe é applicavel, posto ella tenha amplamente direito a todas as homenagens do seu tempo.







*Abril, 30.*

**A**NNUNCIA-SE o estabelecimento de uma linha telephonica entre Lisboa e Porto — ó Progreso! — mas vem a tabella e diz-nos — ó decepção! — cada 3 minutos, nove tostões.

E' então bem certo que o Progresso só serve os ricos, os afortunados, os abastados e só a estes proporciona felicidade, commodidade, bem-estar, regalos!

Nove tostões!

Que communicações, que impressões, que factos podem trocar-se em tres minutos, através de uma linha telephonica? Poucos! muito poucos!

A descoberta do telephone foi, sem duvida, admiravel. Ella veio — diz-se — estreitar as relações entre os homens e tornal-as mais rapi-



das. O telephone supprimiu esse inimigo da civilisação — o tempo. Mas é isto verdadeiramente assim?

Assim é, com effeito — para os ricos.

Sendo de uma utilidade geral, o telephone só presta serviços a alguns particulares. O telephone é luxuoso. O telephone é caro. Só pode tel-o em casa quem tiver ao mesmo tempo um cosinheiro, um trem e um piano de cauda.

As classes não favorecidas da fortuna não telephonam, ou só telephonam por favor, e, n'este tempo de velocidade a todo o transe, communicam ainda — ai d'ellas! — pelo gallego. O gallego é o telephone dos pobres.

Comtudo o telephone deveria ser, como a instrução primaria, obrigatorio e gratuito. Não o é e é o usufructo de uma casta — os possuidores. Assim, o Progreso não veio afinal se não dividir mais os homens, a pretexto de os servir.

O que succede com os meios rapidos de comunicação verbal, succede com os meios rapidos de locomoção. — Pregam os humanitaristas a fraternidade dos povos, e os caminhos de ferro cada vez elevam mais as suas tarifas. Os povos não estão na realidade divididos por fronteiras, que afinal só existem no papel, mas por uma muralha de *wagons-lits* que não os deixam pas-

sar senão a troco de uma verdadeira contribuição de guerra.

Viajar é outro privilegio de casta.

Estamos no seculo das luzes. No entanto, as classes pobres ainda se alumiam a azeite. A luz electrica, o gaz são outros privilegios, e se o gaz começa a apparecer em certas mansardas é que, por outro lado, o seu poder illuminante começa a competir em mediocridade e melancolia com a velha candeia d'azeite, o qual, por seu turno, attinge os preços fabulosos do oleo de figado de bacalhau.

O Progresso descobriu a hygiene, mas a hygiene, ella propria, é um privilegio das classes possuidoras e custa tão cara como o luxo. Depois das descobertas da anti-scepsia, as classes não possuidoras estão ainda no regimen da alfazema. Uma parte do vasto corpo social dos nossos dias lava-se; a outra parte defuma-se.

Como procura o Progresso estender a todo o genero humano os seus beneficios?

Pelas idéas — diz-se.

Ah! pelas idéas, o Progresso é realmente generoso. Elle não regateia os seus fructos. Elle dá-os — dados.

Pelos jornaes.

Pelas revistas.

Pelos livros.

Mas — quanto custam os jornaes, as revistas e os livros de idéas?

Em Portugal, adquirir uma idéa é adquirir uma joia do Leitão. Pago o seu custo, a differença do cambio, os direitos de entrada e o lucro do revendedor, ella sáe tão cara como um annel de brilhantes.

Pode ter idéas, quem? — O sr. Marquez de Franco, ou o sr. Carvalho Monteiro.

As outras classes, não.

Temos, porém, o theatro.

Com effeito, o theatro é hoje um activo vehiculo de idéas. Elle apodera-se de todas, elle discute todas, sem exclusão de qualquer. Discute a sociedade, a moral, o lar, a familia, o alcoolismo, a tuberculose, a escarlatina e um certo numero de doenças secretas. Ultimamente discutia as amas de leite. Nem sempre é theatro: é algumas vezes Associação dos Lojistas, é algumas vezes comicio; mas as coisas passam-se n'um palco, entre bastidores e bambolinas, com um ponto, uma orchestra, uma bilheteira e algumas vezes o sr. visconde de S. Luiz de Braga e, n'estas condições, não vemos motivo para lhe recusar o nome de theatro.

E' emfim, o theatro de idéas.

Quanto custam as idéas no theatro?

Mil e vinte; mas as coisas estão tão mal dis-

postas pelo bemfazejo Progresso que ahi onde podem estar as classes não possuidoras, isto é, nos logares de mil e vinte para baixo, as suas idéas não chegam, porque não se ouvem.

Eis o Progresso.





*Junho, 18.*

O sr. presidente do conselho declarou, no seio das instituições parlamentares, que a fome é licita, sob condição de não pôr em perigo a ordem.

Foram estas em resumo as palavras de sua excellencia, segundo o *compte-rendu* d'um jornal da manhã:

*«A fome impõe-se á caridade e consideração de todos; mas é necessario que a fome não se imponha como um pendão de guerra contra a auctoridade constituida».*

Na realidade, a fome não arvora pendões. O que a fome mostra, na realidade, são apenas os dentes.

Por outro lado, a fome, em rigor, não accommette principios, mas tão sómente materiaes de

nutrição. A fome não tem politica. Ella não é progressista, ella não é regeneradora, ella não é republicana, ella não é socialista. A fome não tem orthodoxias e não foi ainda possível filial-a em nenhum partido.

Do mesmo passo que não tem politica, ella não tem o que nós chamamos — ideal. O ideal do homem que tem fome é comer. Saciem-n'ò e, immediatamente, elle deixará de querer alguma coisa. Em geral, o homem bem jantado renuncia até ao dia seguinte a novas reivindicações. A fome não é pois, rigorosamente, um perigo social. Se o fosse, alguns talhos restabeleceriam a ordem.

Porque é então que a fome, que ainda não se organisou em partido e não tem centro, nem assembleias geraes, nem campanhas, nem copos d'agua, vem alarmar tão convencidamente o sr. presidente do conselho, até ao ponto de parecer que é, não a fome que surge no Porto a ameaçar o governo, mas o proprio sr. João Franco, em pessoa, com os seus cadetes da Gasconha ?

E' que a fome do Porto não quer só comer.  
Quer tambem beber.

E' fome e é sede.

Sede de justiça.

São estomagos revoltados — diz-se. E' mais



grave. — São consciencias revoltadas. Aqui está ao que o sr. presidente do conselho chama — pendões de guerra. Comtudo, não ha pendões. Os pendões apenas figuram na imaginação ministerial, que não póde ver um principio, assim como não pode ver uma procissão, sem um grande trapo adiante. O que ha são consciencias reclamando alguma coisa mais do que come-saina : reclamando Equidade.

O sr. presidente do conselho suppõe porventura que essas reclamações se dirigem ao governador civil do Porto ?

Erro !

Essas reclamações dirigem-se a todos nós.

No seu ponto de vista governamental, o que sua excellencia vê no Porto é uma fome de opposição, paga pelo sr. Lima Junior, para deitar abaixo o governo.

Novo erro !

A fome do Porto não tem o menor interesse em provocar phenomenos de instabilidade ministerial. A fome do Porto não perturba a ordem na sociedade politica, perturba a ordem na sociedade humana, onde o principio da ordem se funda ainda na iniquidade.

Foi porventura o sr. presidente do conselho quem estabeleceu no mundo as bases da iniquidade ?

Indubitavelmente não foi.

A larga iniciativa de sua excellencia não attingiu, comtudo, um tão vasto dominio.

Como estadista e como chefe do gabinete, sua excellencia está, pois, ao abrigo de toda a responsabilidade, em face dos acontecimentos do Porto.

Mas o sr. presidente do conselho é muito profundamente regenerador e demasiadamente faccioso para acceitar como boa esta casuistica. Por este facto se colloca em frente da fome do Porto, como em frente de um inimigo do poder, declarando que, embora tenha por ella toda a consideração, tal qualmente o declara com respeito ao seu adversario politico, o sr. José Luciano de Castro, nem por isso renunciará a combatel-a, se ella se affastar do terreno legal da ordem.

O sr. presidente do conselho é um homem do seu tempo. Elle sabe a historia e foi instruido pelos philosophos da escola liberal. Conservador, mas tolerante. Entre tantos direitos que profundamente reconhece, elle reconhece o direito de ter fome. Na sua mocidade mesmo a teve. Quem não teve fome ao levantar da cama, ou antes de jantar? Rapaziadas!

Sua excellencia admite, pois, que os vinte mil famintos do Porto estejam em jejum, comtanto que o estejam com a maxima dignidade.

Sair da dignidade, sair da ordem, levantar a voz, bradar — Pão ! Justiça ! Piedade ! eis successos que invalidam immediatamente as sympathias de sua excellencia. Desde logo elle vê em perigo o principio da auctoridade e, com elle, o prestigio do governo.

Mais do que pela segurança dos cidadãos, os governos velam pela sua propria segurança.

Quando as lojas poem taipaes, os governos tremem.

O Porto começou a pôr taipaes.

O governo tremeu.

Quereis, porém, ver o governo benevolo? Restabelecei a Ordem e, magnanimamente, elle decretará — fome á discrição.

Os governos e, por via de regra, as sociedades que elles tão bem representam ainda, não se preoccupam com o facto de existirem males. O que os preoccupa é que elles appareçam.





*Junho, 30.*

Os senhores da industria da tecelagem no Porto vieram a publico com as suas razões.

Quaes são ellas?

Deus nos livre de entrar n'esse exame! Os industriaes do Porto pretendem que os jornalistas não estudam a fundo as questões, e nós queremos dar-lhes profundamente razão. Nós, pelo menos, não as estudamos a fundo. Consideramol-as vagamente com um olho curioso, como consideramos na rua as mulheres, limitando-nos a distinguir as que são bellas, das que o não são. Ora, a questão dos industriaes do Porto não é uma bella questão.

Dizem os referidos industriaes que, apesar de toda a protecção que lhe tem sido concedida pelo Estado, a sua industria não prospera até ao

ponto de poder remunerar convenientemente os operarios que a alimentam com o seu trabalho. Pagar melhor é a ruina — dizem elles, e accrescentam : o tecelão habil póde manter-se.

Os industriaes argumentaram de todo o tempo com os operarios habeis. A maioria dos tecelões do Porto é, portanto inhabil, visto estar demonstrado que a sua situação é a de puros miserveis.

Que dizer a isto ?

Que ha uma unica maneira, ao mesmo tempo logica e humana, de resolver a questão do Porto — fechando as fabricas.

Fechar as fabricas, dizem porém os industriaes, é condemnar os operarios á miseria.

Os industriaes não argumentam com sinceridade.

Fechar as fabricas é condemnar o capital á ociosidade. Eis o que é. Por isso as fabricas persistem em abrir as suas portas e em fazer ouvir o toque das suas sinetas chamando os operarios ao trabalho.

Se o trabalho dos operarios é uma condemnação á miseria, em virtude de que raciocinio poderemos demonstrar que a ausencia de todo o trabalho seja uma condemnação a uma miseria maior ?

O tecelão que não ganhe dinheiro a tecer,



procurará outro meio de ganhar dinheiro. Eis tudo.

Mas os interesses da industria ! — exclama-se. Os interesses da industria não tem a menor importancia, ao lado dos interesses da humanidade.

Depois — onde está a industria ?

Todo o negocio que não remunera não tem razão de existir, e não ha o direito de explorar homens, sob o pretexto de que elles cooperam em negocios pouco lucrativos.

Os industriaes do Porto não querem arruinar-se.

E' perfeitamente justo. O que, porém, não é justo é que, para se pouparem á propria ruina, promovam a ruina alheia.

Não pódem pagar ?

Fechem.

O que não póde ser, porque é inhumano, é que a mediania de meia duzia de individuos custe a miseria de quarenta mil.

Mas nós os jornalistas não estudamos, com effeito, estas questões a fundo. Somos immensamente superficiaes. Divagamos no abstracto da Justiça e da Verdade. E' certo que fomos nós que promovemos o advento da burguezia, com a penna e com a palavra, promovendo as revoluções que a engendraram e, mais tarde, as que consolidaram o seu poder. E' certo que ella



encontrou em nós, desde que existe, o instrumento da sua influencia e da sua fortuna. Não importa ! Ella dá-nos com os pratos na cara.

Fatal destino o dos cortezãos !

Deixamos de ser necessarios e começamos a ser nocivos á nova realeza. Ella já põe um grande numero de restricções á nossa capacidade e á nossa influencia. Eis-nos damninhos, depois de termos sido tão grandemente fecundos !

O sr. Samagaio, para engendrar o qual nós fizemos seis sangrentas revoluções ; o sr. Samagaio, saído da penna dos encyclopedistas e das mãos de Danton ; o sr. Samagaio, creado homem e creado força social pelo candido esforço de Barbès, de Carrel, de Blanqui e do divino Lamartine ; o sr. Samagaio arrancado, fumegante e triumphante, das barricadas de Julho e mostrado ao mundo inteiro como o mais bello trophéu da Democracia, o sr. Samagaio acha que nós não estudamos profundamente as questões !

Emfim, meus amigos, o sr. Samagaio é uma cruel expiação !

O sr. Samagaio é a grande illusão da nossa juventude.

O sr. Samagaio é o grande equivoco do nosso passado.

Se ha cem annos tivessemos os olhos abertos, como nós o teriamos evitado ! Mas quê ! Ha cem

annos, o sr. Samagaio era o que nós então pomposamente chamavamos — a mais bella conquista da revolução. O sr. Samagaio era alguma coisa mais do que um homem. O sr. Samagaio era — os Direitos do Homem.

Eil-os, os direitos do homem !

Destruimos uma tyrannia e forjamos outra.

Podemos limpar as mãos á parede !





*Agosto, 12.*

A MORTE de Leão XIII foi um rude golpe no prestigio da Egreja e na dignidade do clero catholico.

Em poucos dias — este é o facto — Roma caiu.

O Vaticano era um pouco a casa de Deus. Era — como diremos ? — a ante-camara do ceu, onde todos os dias o Papa despachava em nome de Deus-todo-poderoso, de quem era, para que assim o digamos, o secretario d'Estado na terra.

Comtudo, esta verdadeira organização politica escapava ao espirito da christandade, a qual se obstinava em ver no Santo Padre não um funcionario de nomeação divina, mas de emanção divina, indigitado pelo Espirito Santo, que expressamente baixava do ceu com uma ordem no bico, escripta pelo proprio punho do Senhor.

N'uma palavra, parecia reinar no Vaticano uma ordem differente d'aquella que rege o commum das instituições humanas, por isso mesmo que ella era de instituição divina; e o mundo moderno, que afinal somos nós, estava perfeitamente convencido, apesar de toda a obra impiedosa dos inimigos da Egreja, de que tudo ali se passava em virtude de uma moral, de leis e de costumes diversos dos seus.

Mas enferma Leão XIII e a sua enfermidade laboriosa é um golpe no principio da sua intangibilidade.

A fé, divorciada da sciencia, chama em seu soccorro — quem ?

Deus ?

Não. A sciencia.

Quando tudo parecia indicar a intervenção divina, quem apparece não é Deus-todo-poderoso : é o doutor Lapponi.

Porque não se soccorre o Papa das suas tão excellentes relações com o ceu ? inquiriu o mundo moderno.

Em vão !

O doutor Lapponi declarou-se impotente e quando todos esperavam vêr enfim actuar com exito a Providencia, commanditaria da Egreja, soube-se que tinha sido chamado a toda a pressa — quem ?

O doutor Manzoni.

Quando se imaginava ver o Papa voltar esperançadamente os olhos para o ceu, o Papa voltava angustiadamente os olhos para a terra.

Em vão esperamos vel-o pedir com a sua voz persuasiva — o milagre. O que vimos pedir foi — caldos.

A' sua volta todo o Sacro Collegio, todos os dignitarios, todos os mordomos, os guardas-nobres, a aristocracia catholica, o orbe catholico em peso ergueu ao ceu um immenso clamor de prece. Lá das suas profundidades o ceu não respondeu, e o mundo moderno ficou pensando comsigo que afinal o ceu era surdo como uma porta.

A sciencia exgotou-se, o que não lhe fica mal, porque ella nunca proclamou a sua infallibilidade. Houve um momento em que lealmente e dignamente se affastou e cedeu o seu logar a Deus Omnipotente.

Esse logar ficou vazio. Deus não veio.

E o Papa morreu, como nós, como todos, sem o soccorro do ceu, que assistiu impassivel á sua agonia e não o poupou sequer á dôr injusta e cruel.





*Setembro, 1.*

O *Diario* acaba de publicar as instrucções com que o governo entendeu defender a saude publica contra as fraudes introduzidas pela industria e pelo commercio nos artigos de alimentação. As instrucções em questão referem-se em especial a estes tres artigos de consummo — o café, o chocolate e o chá.

Como entendeu o governo pôr o publico ao abrigo das fraudes da alimentação ?

Condemnando a fraude ?

De nenhuma maneira.

Regulamentando a fraude.

Assim, por exemplo, a falsificação do café é permittida, submettendo-se, porém, a um certo numero de preceitos. O vendedor affixará nos recipientes onde se contém o artigo falsificado



um lettreiro bem visível com a designação dos ingredientes que serviram á falsificação.

Assim — estipulam as instrucções do governo — dirá por exemplo :

*Café com chicoria.*

*Café com chicoria e cevada.*

*Café com farinha de cereaes.*

*Café com grão de bico.*

*Café com chicoria e batata.*

Etc.

Isto quanto ao café.

Quanto ao chocolate :

As adulterações do chocolate são permittidas, comtanto que, assim como para as adulterações do café, ellas se sujeitem á regulamentação, a qual estipula o seguinte :

A addição de farinhas e ainda de cereaes e leguminosas, de batata, de araruta, de castanhas, etc., é permittida, comtanto que ao titulo — *Chocolate* se accrescente a designação dos ingredientes que serviram para o falsificar.

Assim :

*Chocolate com fecula de batata.*

*Chocolate com farinha de trigo.*

*Chocolate com farinha de castanhas.*

*Chocolate com farinha de feijão.*

Temos, portanto, que, contra toda a expectativa, as falsificações dos generos alimenticios

não só não foram punidas, como foram reconhecidas.

O Estado encontrou-se impotente para debellar esse mal.

O que fez ?

Pactou com elle.

Que amanhã appareçam salteadores nas ruas de Lisboa e que a policia se reconheça insufficiente para os perseguir, immediatamente o Estado regulamentará o assalto ao transeunte.

Na sua immensa argucia, o Estado argumenta por certo que a fraude só existe quando existe a má fé e que a entrada no mercado de productos adulterados mas não inculcados como legitimos, supprime a idéa de falsificação.

O Estado argumenta admiravelmente como fabricante de café com batata e como manipulador de chocolate com grão de bico, mas está longe de argumentar bem como representante dos interesses geraes da sociedade.

Todas as adulterações, mesmo as mais inoffensivas, são nocivas á saude publica, porque se intercalam surrateiramente na miseria das classes, como outras tantas causas de depauperamento individual e colectivo.

A chicoria não é nociva á saude publica, mas não tem as propriedades nutritivas, estimulantes, tonicas do café. O grão de bico é um alimento

excellente, mas está longe de possuir o poder alimentador do cacáo. Facilitando o escoamento d'estes productos, sob designações que permanecem mentirosas, porque illudem a imaginação popular e entram nos costumes, o Estado contribue com um novo elemento para o enfraquecimento dos individuos e o desenvolvimento dos males mortaes que já hoje acabaram por inquinhar a sociedade inteira. Até hoje ainda era possível que uma chicara de café, ou uma taça de chocolate chegasse até um lar miseravel — e era um momento embora rapido de calor e de revivescencia em pobres organismos, nos quaes um raio de sol dá muitas vezes alento para um dia inteiro. Depois da creação official do café de cevada e do chocolate de feijão — inutil pensar em tal. A miseria, que vive de illusão correrá para essa nova mentira. Dentro em pouco, as classes pobres de Portugal, que, dentro em pouco tambem, seremos nós todos, alimentar-se-hão como os personagens das magicas, das mais brilhantes ficções.

Reserva-se, porém, o Estado para punir as adulterações que procurem subtrahir-se ás prescripções do regulamento.

Ingenuo Estado !

As adulterações clandestinas cessaram, e, d'ora ávante, serão todas publicas. Haverá certamente

alguns generos de uma origem pura, mas, como o tabaco sem nicotina do doutor Kissling, serão uma ruina.

Não haverá falsificações.

Haverá o envenenamento colectivo, o depauperamento colectivo, a tuberculose colectiva.





*Setembro, 10.*

**D**ESENVOLVEU-SE ultimamente em Portugal a mania das viagens e os homens de Estado, que n'outros tempos severamente se guardavam de viajar, como de uma extroinice impropria da sua idade e das suas altas funcções, começaram, como toda a gente, a partir para o estrangeiro.

Não foi sem surpresa — digamo-lo — que os vimos partir, porque se o habito desenvolto de viajar não estava na tradição dos chefes politicos portuguezes, o conhecimento de outras civilisações, de outros povos, outras leis, outra religião, outros costumes não estava por assim dizer no seu destino.

O nosso homem d'Estado era muito excessivamente nacional para que podesse, a nosso vêr, deslocar-se. Os srs. José Luciano e Hintze Ri-

beiro, hoje, como outr'ora os srs. Braamcamp e Fontes não eram em rigor individuos : eram instituições. Vêr deslocar um para Anadia, outro para Algés era o maximo de mobilidade que lhes attribuiamos. Por outro lado, a sua genuidade não era, a nosso vêr, compativel com outro meio social. O sr. José Luciano, como o sr. Hintze Ribeiro, tinham uma atmosphaera — S. Bento. Fóra d'ella as nossas imaginações não os comprehendiam : elles eram illogicos e disparatados.

Quando se falou pela primeira vez em que o sr. José Luciano iria a Paris, houve um movimento geral de incredulidade, como se corresse a noticia de que os Jeronymos iam viajar. Depois, teve-se a impressão de uma desordem irreparavel no mecanismo politico da nação. O sr. José Luciano em Paris era a opposição ausente, e, em Portugal, um governo sem opposição é uma balança sem um prato. Como se iria governar ?

Quando a noticia se confirmou, sobrevieram preocupações d'outra natureza.

Estava o sr. José Luciano verdadeiramente preparado para viajar ? Tinha elle uma porção sufficiente de idéas ? Tinha elle uma porção sufficiente de camisas ? Iria só, em primeira classe, com um lunch, não se entendendo senão muito incompletamente com os horarios, exposto



a ficar encalhado pelo caminho n'alguma perdida *gare* hespanhola, ou fazer-se-hia acompanhar de alguém — pratico? Falava elle, ao menos, o francez? Na duvida — ter-se-hia munido de um diccionario de conversação? Em Paris, como se conduziria? Tinha sido recommendado aos consules?

Seguidamente, a nação poz-se a pensar como seria em Paris o sr. José Luciano, com o seu ar vintista e os seus principios de opposição ao partido regenerador, no meio da Democracia e da Critica, entre o radicalismo republicano de Combes e o socialismo de Jaurés, ouvindo trovejar a *Libre Parole* e sentindo por cima da cabeça os assobios de Rochefort — e a nação não conseguiu sair da sua surpresa.

N'isto — fiel á mecanica constitucional — logo após o sr. José Luciano, parte o sr. Hintze Ribeiro, e então, o paiz teve a impressão de uma maior e mais infinita desordem na politica interna. Era o governo sem opposição e era peor — era o governo sem governo. N'uma palavra, era a rotação effectuando-se em Paris, entre a Magdalena e a taberna Pousset, o *Correio da Noite* redigido no Hotel Balzac, a *Tarde* inspirada no Hotel de Liverpool, a nação mesma, quem sabe? dirigida pelo sr. Combes — ó sonho! — orientada pelo sr. Jaurés — ó chimera! — ad-

ministrada pela senhora Liane de Pougy — ó phantasmagoria !

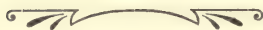
Mas eil-os que regressam — o sr. José Luciano á Anadia, o sr. Hintze a Algés — e tendo perguntado o que levaram, a nação pergunta hoje o que trouxeram.

Seria grosseira indiscrição investigar da bagagem de tão illustres chefes politicos. Não podemos por isso enunciar o que elles trouxeram... nas malas. O que, porem, nos é licito presumir é que, além do que trouxeram nas malas, não trouxeram mais nada.

Como viajantes, enriqueceram talvez o seu guarda-roupa. O sr. José Luciano ter-se-hia fornecido do *Bon Marché*. O sr. Hintze, para bem accentuar a sua divergencia de opiniões — do *Printemps*. Como homens politicos, voltaram como foram — fieis á tradição, fieis aos principios, fieis aos programmas. O sr. José Luciano trouxe a Carta Constitucional — grata á opposição. O sr. Hintze trouxe o Codigo Administrativo — grato ao governo.

O sr. José Luciano assistiu ao espectáculo da democracia franceza, como o sr. Hintze assistiu ao espectáculo da democracia suissa, mas de um e outro não trouxeram senão impressões theatraes. Estes dois estadistas foram vêr a Civilisação, o Progresso, constituições livres, a

opinião, o ensino, o trabalho, o gosto, como iriam vêr uma magica. O maravilhoso espectáculo acabou. Voltam a casa — ao que para elles só é a realidade, porque tudo o mais, liberdade, progresso, opinião, ensino, trabalho, gosto, são puras visualidades theatraes. Se algum de nós se lembrasse de pedir n'este momento ao sr. Hintze Ribeiro um só dos artigos da Constituição Suissa, elle, equivocado, mandaria immediatamente chamar — o sr. Sousa Bastos.





Setembro, 17.

Os jornaes continuam a tornar infinitamente sympathicos os individuos de temperamento amoroso que, nos seus accessos de paixão — matam a mulher.

Assim o afinador de pianos, que a semana passada disparou tres tiros de revólver contra a sua governanta. Este humilde obreiro adquiriu *ipso facto* uma estridente notoriedade e, com ella, um logar na sympathia publica, porque os jornaes, que tudo regulam, assim o bem como o mal, já o inculcaram eminentemente sympathico.

Vejamos — como se diz na *Sociedade onde a gente se aborrece*.

Se o criminoso é sympathico, o seu crime é alguma coisa mais do que sympathico, — é neces-

sario, porque os actos sympathicos são sempre necessarios. Applaudir o criminoso é pois, mais do que applaudir o crime — é inculcar o crime. Comtudo trata-se da vida humana — declarada inviolavel.

Não importa! Inconsideradamente, a imprensa estabelece a doutrina de que a vida humana é sem valor, desde que concorre na pessoa de uma mulher que se aborreceu de um homem. Todas as leis humanas são assim destruidas.

Crébillon, alguns seculos mais velho do que nós, dizia :

*Un meurtre, quel qu'en soit le pretexte ou l'objet,  
Pour les cœurs vertueux est toujours un forfait.*

Mais modernos, mas não mais humanos, nós sustentamos que o assassinio tem muitas vezes cabimento e póde ser applaudido pelos corações virtuosos, porque está estabelecido que a imprensa seja o paladino da virtude.

Por outro lado, porque se tornou tão particularmente interessante este afinador de pianos ?

Por ter, ao que parece, castigado a infidelidade de um coração que se recusava a pertencer-lhe illimitadamente.

N'este caso, se os jornaes tem o criterio de que o coração feminino é uma propriedade do

homem, elles estão mais atrasados do que o seu proprio tempo, que já condemnou o mesmo matrimonio, precisamente por elle hypothecar perpetuamente bens que, pela sua natureza, não é licito comprometter sem limite.

Os jornaes sustentariam assim uma doutrina mais barbara ainda do que a das leis que concedem a impunidade aos maridos vingadores. Elles estabeleceriam a impunidade para os amantes, que estão, como é geralmente sabido, fóra da lei, pois que o Estado só sanciona o amor nos limites severos do Codigo Administrativo. O amor que não se faz acompanhar de uma folha de papel sellado não gosa de nenhum beneficio juridico e, se não é francamente perseguido, não é, em circumstancia alguma, assistido pela lei.

O sympathico afinador de pianos de quem nos estamos occupando, achava-se francamente fóra da lei.

Elle era, porém, um coração profundamente lesado — asseguram os jornaes.

D'est'arte, a Moral — de que os jornaes são egualmente os representantes — que já tinha instituido a honra dos maridos, passou a instituir a honra dos amantes. Tinhamos já na litteratura e nos costumes — o marido ultrajado. Eis que se nos depara — o amante de egual modo ultrajado.

Tem um mais razão de ser do que o outro, e



póde a honra de um e de outro entrar a sério na balança dos sentimentos humanos?

De nenhuma maneira.

Em primeiro logar, o que é a honra?

Um auctor dramatico, cujo nome nos cohibimos de pronunciar para não nos sobrecarregar-mos de testemunhos eruditos, affirma que a honra não é um sentimento geral, mas um sentimento de profissão, havendo assim:

A honra dos militares;

A honra dos jornalistas;

A honra dos negociantes;

A honra dos padres;

A honra dos alfayates;

A honra dos cosinheiros.

O que é motivo de deshonra para estes, não é para aquelles.

Os commerciantes, por exemplo, não se batem.

Chamados ao campo da honra, Jeronymo, Martins & Filho tem o direito de fazer ouvidos de mercador.

A honra dos commerciantes consiste em pagar. Não pagar, é que é a deshonra.

Em egualdade de circumstancias, chamado a pagar, o militar tem por seu turno o direito de fazer ouvidos de mercador.

O seu credito, isto é, o timbre da sua profissão, que é a sua bravura, permanece intacto.

Não já assim se recusar bater-se. Então sim: é a deshonra, porque a honra dos militares consiste em constantemente demonstrar que são bravos, ao contrario dos individuos da classe civil, que algumas vezes podem sem desdouro parecer poltrões.

A honra do alfayate, por exemplo, é fundamentalmente differente da honra do cosinheiro.

Vatel — para citar um exemplo historico — suicidou-se por motivos de brio profissional, em circumstancias que deixariam perfeitamente indifferentes Nunes Correia & C.<sup>a</sup>

Isto é, a honra não é uma reivindicação humana, mas tão sómente social e, como tal, ainda — uma honra de classe. Ora, desde quando foi possivel considerar que os maridos constituissem uma classe?

Mas admittindo que sejam uma classe, como a dos carpinteiros civis, ou a dos operarios das artes metallurgicas, como funciona o mecanismo da honra dos maridos?

O mecanismo da honra do marido — é a mulher.

O marido deshonra-se, quer dizer: o homem é tornado responsavel por um acto que só outro praticou. O adulterio — diz Chamfort — é uma fallencia, em virtude da qual quem fica deshonrado é o crédor.

Semilhante situação moral não resiste a cinco minutos de raciocínio, mas emfim o homem tem o habito de conservar e conserva tudo, mesmo os peiores desconchavos. Conserve-se pois a honra dos maridos, mas por Deus! que não entre para o museu de antiguidades onde ella está — a honra dos amantes.

Socialmente, os amantes não estão aggre-miados.

Não tem deveres.

Não é equitativo que tenham direitos, a não ser o de, como aconselhava Camillo — deixar correr o marfim.





*Outubro, 8.*

**P**ROCURANDO entrevistar o general hespanhol Azcarraga, que ultimamente esteve em Lisboa, o *reporter* de um dos nossos jornaes dirigiu-se ao Hotel Bragança, onde aquelle ornamento do paiz visinho se encontrava hospedado e ali communicou ao porteiro os seus propósitos.

Vendo que se tratava de um jornalista, o porteiro do Bragança objectou que o sr. general Azcarraga lhe dera ordens terminantes para não deixar passar semelhante cathegoria de individuos, e accrescentou, penalizado :

— Já cá vieram outros collegas de v., que tiveram egual resposta.

Perante esta recusa formal, o *reporter* em questão dispunha-se a esperar á porta que o sr.

general Azcarraga saísse, quando o sr. general, em pessoa, appareceu.

Vel-o e atirar-se a elle, foi obra de um momento; mas o sr. general, recusando-se absolutamente a attendel-o e voltando-se para o porteiro do hotel, disse:

— Já lhe recommendei que não ha excepção. Recebo quem desejar falar-me, excepto jornalistas.

O que á primeira vista parece que devia ter succedido era que o *reporter* assim reconduzido por intermedio do porteiro do hotel, dêsse por finda a sua missão e fizesse o que em gyria militar se chama — meia volta á direita.

Nada d'isto, porém, succedeu e, apesar de tão pouco amavel recepção, o *reporter* insistiu como elle proprio assim refere:

— Mas haverá inconveniente em dizer-nos duas palavras?

— Nem uma!

— Mas no Porto?... .

— No Porto não disse uma só palavra aos jornalistas.

— Com effeito — tornou o *reporter* — os jornaes do Porto chegaram a Lisboa sem um vislumbre de entrevista com vossa excellencia...

— Ahi tem, rematou o general.

Então, o *reporter*:

— Compreendo perfeitamente... a situação elevada de vossa excellencia... comprehendo perfeitamente... Mas os jornaes hespanhoes indicam uma desagregação curiosa nos partidos.

— Não sei nada que possa interessal-o.

E foi impossivel — conclue o *reporter* — obter a menor indiscrição dos labios do illustre estadista.

Pergunta-se depois d'isto a que ordem de fra-des mendicantes pertencem os *reporters* dos jornaes, ou a que voto de mortificação andarão ligados na terra, e fica-se surprehendido de que haja quem queira, sem estes titulos, entregar-se ao exercicio de uma profissão semeada de vicissitudes a que só se expõem os mendigos e os cautelleiros.

O general Azcarraga, em cujo activo não ha sequer um pronunciamento e que não é em summa nem O' Donnel, nem Prim, nem Espartero, podia legitimamente recusar-se a depôr sobre a politica hespanhola — da qual sabemos o bastante pelas caricaturas d'*El Gedeon*, e sobre a qual é licito suppor que elle não saiba mais, sem que, por esse facto, se julgasse obrigado a conduzir-se com os *reporters* que o procuraram, como se não conduziria com o ultimo dos seus sargentos.

Um *reporter* que nos procura é, no fim de



contas, alguém que nos encontra o quer que seja interessante, ou sympathico e que não vem por via de regra, senão augmentar o nosso renome, ou attrahir sobre nós alguma benevolencia. Não é licito repellil-o, nem mesmo sob o pretexto de que elle vem ser indiscreto, porque afinal as suas indiscrições não são senão as nossas. N'uma palavra, o *reporter* não vem trazer-nos damno, e, por via de regra, pede por favor para entrar, quando muitas vezes é elle que nos presta um favor entrando.

O general Azcarraga não é evidentemente Bismarck. Pois bem! Bismarck recebia os *reporters*. Leão XIII não se esquivava a entreter-se com elles, e muitas testas coroadas se prestam aos seus interrogatorios. De resto, hoje em dia, a *reportage* é a historia. Os jornaes é que fazem a chronica dos factos, como fazem a biographia dos homens. D'aqui a cem annos, nenhum historiador lerá um livro. As grandes, pesadas colleccções de jornaes, serão os unicos, mas sufficientes subsidios do seu trabalho.

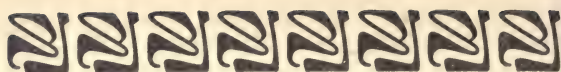
Como saberiamos nós proprios, sem os jornaes, que o sr. general Azcarraga pertence ao partido conservador hespanhol, succedeu a Canovas no poder e mandou para Cuba 250:000 homens, quando ministro da guerra? Sem as novas espalhadas pelos jornaes da sua situação prepon-

derante na politica hespanhola, sua excellencia não gosaria ao chegar a Lisboa, das homenagens do governo e das auctoridades e das complicadas barretadas do porteiro do Hotel Bragança. Sua excellencia chegaria então verdadeiramente incognito: na *gare* deserta, um ou outro interprete escorregaria ao ouvido de sua excellencia o *Viziente*, ou os *Irmãos Unidos*, e sua excellencia teria, quem sabe? como Fradique Mendes, de carregar com as suas malas e de esperar debaixo de chuva, no pateo do Bragança, que lhe abrissem as portas — o que lhe seria infinitamente desagradavel.

Sua excellencia é um grande homem em Hespanha, mas por muito que deseje viajar incognito, tambem o quer ser em Portugal. Ora este *desideratum* — ser um grande homem em toda a parte, só se consegue pela imprensa, que por toda a parte vae empurrando toda a gente, abrindo todas as portas a badalar o grande homem, e este serviço quando se não pague com reconhecimento, paga-se com benevolencia e bons modos.

Mas não importa!

Nós não queriamos estar na pelle dos *reporters* encarregados da missão de preceder os homens illustres na vida social.



*Outubro, 12*

PERIODICAMENTE, a nossa imprensa reclama das auctoridades a repressão da mendicidade, sob a allegação de que o espectáculo das ruas da capital, inçadas de mendigos, é nocivo ao prestigio da nossa civilisação.

A imprensa mostra assim ter da miseria uma noção pelo menos errada. A miseria seria, segundo ella, a roupa suja das civilisações. Póde a sociedade estar em manifesta decadencia e o Estado em bancarota franca. Póde o povo ser o menos culto, o mais bronco, o mais rotineiro da terra. A terra, ella propria, póde estar por lavrar e não serem sufficientes os seus fructos. Póde reinar a desordem em todos os ramos da administração, não haver contabilidade, não haver estatistica, não haver cadastro. Póde o exer-

cito ser apenas uma secretária e a marinha um caes. Póde n'uma palavra, a civilisação estar em completo descredito: não haver fortuna, não haver prosperidade, não haver commercio, industria, agricultura, poderío militar, artes, letras, esplendor.

O essencial, no nosso ponto de vista, é que as ruas estejam limpas: que a carroça passe todas as manhãs e escrupulosamente recolha e leve para um affastado monturo tudo quanto póde macular a apparencia exterior da civilisação, isto é, a miseria e o lixo.

Quer dizer, é forçoso que os povos, assim como os individuos que foram e já não são, mantenham a todo o transe o culto das apparencias.

No nosso ponto de vista, fazer civilisação é fazer *toilette*. O mendigo é uma nodoa. Por isso, periodicamente, reclamamos limpeza. Existe a miseria, — nas ruas, como em toda a parte. Como procuramos conjural-a? Com benzina.

Quer saber-se, por exemplo, o que veio reconciliar a civilisação portugueza com ella propria?

A Avenida!

Senão veja-se.

Antes da Avenida, existia em Lisboa, a despeito da pachorrenta apparencia das coisas, um verdadeiro fermento revolucionario. Conspira-

va-se. O Club Henriques Nogueira era um facto. Latino escrevia no *Seculo*. Lia-se Proudhon. O governo prohibia as conferencias do Casino. As *Farpas* zuniam ás orelhas do poder executivo, bem como ás do moderador. O *Drama do Povo* apparecia como um symptoma de inquietação geral. A Lisboa demagoga, philosophante e clubista procurava despedaçar as grades... do Passeio Publico.

Um conservador de genio, Rosa Araujo, appareceu então e fez a obra dos revolucionarios: destruiu o Passeio. Desde logo, a revolução foi conjurada.

Quando Lisboa se encontrou sobre a Avenida, Lisboa dançou, como outr'ora Paris sobre a Bastilha. Calaram-se as vozes insubmissas, Latino deu-se ao trabalho de morrer. Não se leu mais Proudhon e passou-se a lêr o *Diario do Governo*. O *Drama do Povo* cedeu o logar aos dramas de Georges Onhet. Fechou o Club Henriques Nogueira ; abriu o theatro D. Amelia. A Avenida offerecendo-se á população como a promessa de um futuro novo, socegou toda a gente. O estado geral da nação não era bom: era mesmo pessimo. Mas a cidade aformoseava-se. Começou-se a construir, a plantar, a ajardinar. O sr. Conceição e Silva fez no alto da nova Avenida um predio de farinha de trigo. Alar-



gou-se o passeio do Neves. O Martinho forrou a papel. Quando se construiu a nova *gare* e o Hotel Internacional appareceu ao lado, com as suas fachadas de cartão e os seus jantares com musica, a sociedade em peso acreditou sinceramente que Portugal estava restaurado e ia começar de novo, como no passado — a vender pimenta.

Principiou-se então a reclamar, com a reforma da cidade, a reforma dos costumes. Baniu-se a calça á bocca do sino; os fadistas foram exportados para Angola; a elegancia, as boas maneiras tornaram-se obrigatorias; foi prohibido implicar com as senhoras; tomou-se chá ás cinco horas; o Amieiro foi decretado instituição nacional; abriu o *Rendez-vous des gourmets* e começou funcionando o Juizo de Instrucção Criminal. Acabaram os pregões, os realejos, os trovadores de rua, os tocadores de cornetim e os ursos amestrados.

N'esta ordem de idéas, procura-se agora acabar com a mendicidade. Quer dizer, procura-se mais uma vez, salvar as apparencias. Como se Lisboa, sem mendigos, deixasse de ser a capital de um reino extremamente pobre!





*Outubro, 15*

O jantar d'hoje na Sala do Risco marca o ponto mais culminante da carreira do sr. Hintze Ribeiro.

E' opportuno, pois, que lancemos sobre ella um golpe de vista panoramico.

A carreira dos homens publicos que se tornam dignos, senão da sympathia, da curiosidade dos seus contemporaneos é, por via de regra, constituida de factos que deixam de fazer parte da sua biographia para se encorporarem na historia da sua sociedade e do seu tempo. Assim não é licito desconhecer os motivos que os tornaram celebres e os levaram á conquista da fortuna publica, pelo favor dos povos, ou pelo favor dos senhores. Este promoveu o desenvolvimento da agricultura, aquelle o da industria.

Assim Sully, assim Colbert. Richelieu levanta o poderio da França; Mazarino completa a sua obra. Louvois organisou o exercito. Turgot, Necker procuraram reconstituir as finanças. Estes homens fizeram ou tentaram fazer alguma coisa.

Metternich fez a politica dos reis e creou uma escola de diplomacia. Bismarck consolidou o imperio allemão. O conde de Cavour promoveu a unidade italiana.

Ministros houve reformadores: Pombal, Aranda, Campomanes, Florida Blanca — que fizeram reformas.

Outros entraram na politica pela porta das grandes façanhas. Antes de dirigir o partido tory, Wellington tinha estado em Waterloo. Antes de presidir aos destinos da America do Norte, Washington fizera a guerra da Independencia.

Outros affiançaram-se por um grande poder intellectual. Assim Thiers, o historiador, assim Lamartine, o poeta.

Canovas era um homem de letras, Sagasta como Mazzini, um conspirador.

A carreira dos primeiros homens publicos que illustram o systema liberal, entre nós, iniciou-se na guerra. Antes de subirem ao poder e de serem ministros, elles estiveram em Plymouth, em Belle-Isle-en-Mer, na Terceira, desembarca-

ram no Mindello e tomaram parte no cerco do Porto. Subiram, mas subiram como se sobe ás altas montanhas — com unhas e dentes. Assim Mousinho da Silveira, Palmella, Saldanha, Almeida Garrett, José Estevam, Pizarro. O periodo das luctas constitucionaes preparou a carreira a outras gerações, que egualmente trabalharam e se illustraram tomando parte em successos que agitaram a sua sociedade e o seu tempo e de que ficou memoria duradoura. Assim Manuel Passos, Rodrigues Sampaio, Costa Cabral, Rodrigo da Fonseca.

Passos tinha no seu passado a Belemzada, Sampaio o *Espectro*.

Por um jornal, assim como por um facto, faz-se carreira. Rochefort fez carreira pela *Lanterna*. O mesmo sr. José Luciano tem no seu passado o *Boletim da Torreira*.

Fontes foi o homem do fomento. Thomaz Ribeiro instituiu a poesia lyrica em principio de governo. Um homem publico da regeneração, Manuel d'Assumpção, fez carreira por uma abundante retorica. Foi montado no cavallo branco de Napoleão que elle ascendeu ás vertigens do ministerio da justiça.

N'uma palavra, a carreira publica é, em geral, constituida de successos notorios de que os homens se occuparam e de que ficou recordação.

Relanceando um olhar sobre a carreira do actual chefe do governo, nós — este é o facto — não nos recordamos de coisa alguma.

E' certo que elle chegou. Abundantemente nol-o provam a sua situação de chefe de partido e de chefe do governo, e largamente o proclama a festa d'hoje, que é, a bem dizer, a sua sagração de grande homem. Comtudo — nada nos occorre a seu respeito.

A sua carreira fez-se, não ha duvida. Como? Eis o que profundamente ignoramos.

E' elle bem seguramente bacharel em direito? Nem isso podemos affirmar-o. — O sr. Hintze Ribeiro não adquiriu nunca a gloria do fôro.

Em que circumstancias engenhosas e secretas iniciou elle o largo caminho semeado de favores e honrarias a que se ficou chamando — a sua carreira? Foi aqui em Lisboa que elle surra-teiramente se intercalou no cortejo constitucional, ou foi da provincia que lentamente derivou de terra em terra, para não dar nas vistas?

Ha homens que apparecem subitamente na vida, como ha astros que apparecem subitamente no ceu.

Seria este o seu caso? ou seria a sua gestação laboriosa?

Por outro lado, como, — por Deus! — como foi que elle effectuou a sua certaíra derrota para

o poder, sem que nós dessemos por tal, sendo comtudo nós curiosos por necessidade e indiscretos por aptidão?

Por onde passou elle que não o vimos?

E como foi que chegou tão alto sem que o vissemos subir?

Este é, comtudo, o facto.

Se nos pedissem de improviso a sua biographia, como nos veriamos embaraçados! Incertos e vagos, de penna no ar, coçando a orelha, buscaríamos em vão dizer simplesmente onde nasceu.

Miseravelmente, não o saberíamos.





*Novembro, 20.*

A MORTE do conselheiro Pereira Carrilho affectou tanto mais profundamente os poderes publicos e a nação, quanto o finado Carrilho era, no meio das realidades negras do nosso destino, — a Illusão, e perder illusões, assim para os individuos como para os Estados, é caminhar para a morte moral que precede o anniquilamento do corpo.

Carrilho foi uma illusão perdida.

A ultima ?

Não o sabemos. — E' possivel que junto do tumulto d'esta illusão morta se erga já a esta hora uma nova illusão. E' possivel que no lugar do homem que foi, esteja já a esta hora o homem que ha de ser, devidamente encasacado e seguido a distancia pelo continuo do ministerio da fazenda



que lhe ha de passar o orçamento da receita e o orçamento da despesa, a varinha de buxo e o prato de porcelana em que elle ha de aparal-os com dextreza e mimo.

Emquanto, porém, essa substituição não se dá, a morte do conselheiro Carrilho é para nós um tombo, porque se elle morreu, tudo indica que elle deverá ser insubstituivel.

A funcção do finado funcionario consistiu, com effeito, em peritamente manter em *systematico equilibrio* a receita e a despesa do Estado, as quaes, como é sabido, se encontraram sempre por seu turno, em *desequilibrio systematico*.

Era esse falso equilibrio indispensavel á felicidade da nação?

Era.

As nações, como os homens, comprazem se na illusão. — Era-nos grato em todos os fins d'annos economicos, verificar as contas e achal-as certas.

Estavam ellas certas?

Não o estavam, mas as nações, assim como os individuos que vivem na desordem economica, repousam na mentira como n'um colchão flacido. Saber que vão mal, afflige-as. Saber que se precipitam, desespera-as. A principal condição da sua felicidade consiste em, voluntariamente — ignorar. Mantel-as na ignorancia é veridicamente servil-as.

O conselheiro Carrilho serviu a nação.

A nação sabia, emquanto elle foi vivo, que, não já pela sua integridade, pela sua restauração, pela sua emenda, mas pelo seu socego, pelas suas alegres vigílias e pelo seu calmo somno, alguém laboriosamente velava. Não havia equilibrio no orçamento, mas havia equilibrio nas almas. Aqui e ali levantava-se uma voz na opposição ou na imprensa a denunciar o equívoco. A nação alarmava-se, a campainha da camara tocava duas vezes, as maiorias sussurravam: ordem! ordem! mas vinha o conselheiro Carrilho, consultava rapidamente algumas folhas de papel almaço, pedia o *Diario das Camaras*, passava a mão pela pera e logo a nação se tranquillizava, as mesmas opposições, a mesma imprensa dissidente acabavam por sorrir, incredulas mas vencidas.

O conselheiro Carrilho serviu a nação e foi, até que os factos demonstrem o contrario, o collaborador, mais do que o collaborador — o esteio indispensavel e insubstituivel de todos os governos.

Todos os governos em Portugal fundam o seu prestigio nos beneficios da sua administração.

E' pelo menos o que todos allegam já no poder, já na opposição.

Como os patenteiam?

Pelo orçamento.

Ora, em Portugal nenhum homem do governo ainda soube entender-se com o orçamento. Todos dizem ter procurado o equilibrio, mas nenhum o attingiu.

Quem o attingiu — sempre ?

O Carrilho.

Assim, o primeiro cuidado de todos os governos, em Portugal, invariavelmente foi — chamar o Carrilho.

Certamente na opposição elles não deixaram de o crivar de ironias. Mas em chegando ao poder, era sabido — Carrilho ! e nenhum, nenhum o dispensou, nem os mais presumptuosos reformadores, nem os mais sagazes financeiros, nem Oliveira Martins que já morreu, nem o sr. Fuschini, que ahi está para o attestar. A todos elle foi preciso e áquelles que quizeram prescindir d'elle, succedeu ficarem perdidos no orçamento, como nas ruas e viellas de uma cidade desconhecida.

Agora que elle morreu — o que vae succeder ?

Quem manterá em seu logar a agradavel mentira de que elle foi o habil instrumento ? Quem ousará bulir no mysterioso mecanismo de que elle só parecia possuir o inviolavel segredo ?

Tremenda interrogação !

Irá desfazer-se o equivoco ?

Mas o equivoco é a realidade : a realidade é a morte.

Como será supportavel a existencia n'um regimen cruel de orçamentos sinceros ? Como viver face a face com a abominavel Verdade ?

Desde que entrou no seu grande periodo de instabilidade, é este o momento em que a nação começa a estar verdadeiramente inquieta. — Morreu a sua ultima illusão.

Quanto aos governos — estão perdidos, e nem os disciplinados partidos, nem as compactas maiorias, nem os activos *leaders* e os verbosos oradores, nem uma imprensa facunda e fiel, nem o exercito, nem a armada, nem a guarda municipal, nem o major Dias, nem o Ferrari os salvarão já.

O conselheiro Carrilho morreu e levou para debaixo da terra o segredo de governar bem.

Os governos encontram-se pela primeira vez em Portugal, na franca e revelada contingencia de governar mal.

Não mais equilibrio.

Não mais governo.

Não mais opposição.

E' o fim do poder. — E' o fim do mundo.



*Novembro, 5.*

AINDA o outro dia saltamos, como antigamente se dizia, um brado a favor dos *reporters*, tantas vezes beneficos e tantas vezes maltratados, e já hoje temos de voltar a occupar-nos d'elles.

E' o caso que tendo definitivamente entrado nos costumes da imprensa periodica nacional, a *interview*, ou seja os interrogatorios, como meio de informar o publico, succede que a *interview* é empregada a torto e a direito e em circumstancias que a desvalorisam inteiramente aos olhos do publico.

Porque — vejamos — o que é afinal a *interview*?

A *interview* é uma fórmula de authenticação. Sempre que é necessario rubricar a authenticaci-



dade de um facto com uma forte auctoridade, faz-se a *interview*. Mas por isso mesmo só se faz a *interview* quando se trate de factos de tal maneira momentosos ou melindrosos que reclamem a rubrica de uma forte auctoridade.

A *interview* são as grandes honras da imprensa.

A *interview* é a salva de 21 tiros.

O que faz a imprensa de Lisboa?

Malbarata a *interview* e a proposito de tudo, entrevista toda a gente, transformando assim o *fait-divers* n'um systema de monotonos interrogatorios.

O outro dia chegou a Lisboa um grupo de harpistas, precedidas de mediocre reputação e que tinham despertado uma mediocre curiosidade.

Estes, como tantos outros factos analogos, costumam registrar-se nos jornaes a pedido dos individuos ou das empresas que d'elles tiram directamente proveito. A imprensa, no seu empenho de informar a torto e a direito, enviou no entanto, ao encontro d'essas artistas obscuras, alguns dos seus *reporters*, que immediatamente, na lufa-lufa do desembarque, as entrevistaram.

Pergunta-se — sobre quê?

Meu Deus! Sobre coisa alguma: sobre a chuva e o bom tempo.



O habito de entrevistar artistas de theatro introduziu-se de tal maneira na imprensa, que vão ao seu encontro wagons carregados de *reporters*, e nós não podemos furtar-nos a uma vaga melancolia pensando n'essa verdadeira abdição do Jornal perante o Actor.

O actor vem buscar os suffragios da opinião e, d'esta fórma, é afinal a opinião que vae solicitar os seus. Na noite de uma estreia parisiense em Lisboa quem parece que debuta somos nós, por tal maneira nos mostramos inquietos sobre o que pensarão de nós, da nossa civilisação, da nossa *toilette*, da nossa cultura, do nosso clima, os artistas cosmopolitas que nos incluem no itinerario das suas *tournées*. — A chegada de um d'esses *premiers rôles* por um dia de chuva, penalizou uma parte da imprensa, como se fosse questão de um verdadeiro fracasso nacional, porque — isto é sabido — nós temos a idéa de que o máo tempo nos envergonha perante a civilisação.

Por outro lado a *interview* não se exerce habitualmente senão sobre factos concretos. O *interviewer* não é um conversador. Os nossos *interviewers* palestram. Entra-nos um *reporter* em casa, e, contra toda a expectativa, esse *reporter* não quer afinal saber coisa alguma: quer simplesmente dar á lingua. Não tem um objectivo

e algumas vezes não tem mesmo um formulario de interrogações que justifiquem a sua visita. Balbucia, gagueja, morde os beiços, repete-se, olhando com anciedade para a porta por onde entrou. Ha dias, o ministro de uma das nações acreditadas em Lisboa foi procurado por um *reporter* que, depois de lá estar, se viu grego para sair, porque só depois de lá estar é que reconheceu que nada tinha a dizer ao diplomata hespanhol.

Além d'isso, se a *interview* só é verdadeiramente util á publicidade dos jornaes, em circumstancias de especial interesse, ella só é verdadeiramente attrahente para o publico, quando reproduz com a exacta physionomia dos individuos, o seu pensamento, o seu falar, o seu estylo. O contrario d'isto é uma fraude e quando não uma falsificação de factos, uma falsificação de individualidades, e aqui está justamente o que vem succedendo na imprensa de Lisboa, onde todos os dias nos apparecem estropiadas pessoas de um espirito que seria curioso conhecer na sua justa representação. Deturpar idéas já não é licito. Deturpar a palavra é peor. Attribuir o logar commum ao homem de espirito, é cobril-o de um ridiculo indelevel. Desnatural-o é corromper a opinião contra elle, ou a seu favor, quando é apenas preciso que a opinião o conheça com imparcialidade.

A *interview* é, sem duvida, um dos mais claros e fecundos instrumentos de informação da imprensa moderna. Ella é uma fórmula nova, original e intensa de comunicação de idéas; ella familiarisa os homens uns com os outros e faz-os entrar n'uma intimidade de espirito que é meio caminho andado para a *sympathia* e para a solidariedade; ella appõe sobre cada facto um cunho todos os dias novo e nitido; ella estimula a pensar e a entrar em conflictos fructuosos; ella esclarece, ella instrue, ella, sobretudo, distrahe. Estaria portanto naturalmente indicado que o *reporter* funcionando pela *interview*, devesse ser, d'entre todos os collaboradores do jornal moderno, aquelle que reunisse ás qualidades exteriores de um homem de sociedade, as qualidades intrinsecas de um homem de espirito, — boas maneiras, *toilette*, cultura, experiencia, sagacidade, ouvido, retina e, nas mãos, a penna ao mesmo tempo pesada e agil d'um historiador e de um chronista.

Mas ai de nós! — a organização da nossa imprensa não permite a inclusão d'este collaborador resplandecente e caro. O homem possuindo não já todas, mas uma só d'aquellas aptidões, não se confina entre nós na *reportage* -- Passa *in-continenti* ao Conselho d'Estado.



*Dezembro, 8.*

UMA nova princeza acaba, a exemplo da princeza Luiza da Saxonia, de abandonar o seu palacio para se ligar não sabemos se a titulo provisorio, se a longa vida, com um individuo que não é da sua condição e que algumas agencias telegraphicas affirmam ser um cocheiro, bastante menos mythologico do que Phaeton e certamente menos bello que Apollo, que é um typo de belleza e que, como se sabe, tambem era cocheiro, pois guiava o carro do Sol no tempo em que este astro benefico não desempenhava ainda as suas funcções de centro do nosso systema planetario; e justamente succede que um jornal, verificando este successo, francamente o applaude, como sendo um acto de reivindi-

cação moral que póde affectar os preconceitos da velha sociedade mas que está rigorosamente d'accordo com os preceitos da moderna Philosophia.

Sem de nenhuma maneira querer entrar em controversias que não estão no nosso jovial programma, seja-nos permittido formular algumas objecções não diremos já aos preceitos da nova Philosophia, que em muitos pontos applaudimos, lamentando apenas que elles não estejam convertidos em lei, mas ao louvor concedido em seu nome á princeza fugida ao nobiliario e ao protocolo para os braços do seu cocheiro.

O caso é este.

Nós somos, como toda a gente, como o sr. Dias Ferreira, como o sr. Augusto Fuschini, como o mesmo sr. Hintze Ribeiro, profundamente democratas e não ignoramos que o seculo é essencialmente equalitario e nivelador.

E' certo que a Revolução, de que somos os netos, apenas proclamou a egualdade juridica, tendo-se prudentemente abtido de proclamar a egualdade de condições; mas nós não queremos fazer finca-pé n'este argumento de simples vantagem discursiva e admittimos para desbravar o caminho — com a egualdade juridica, a egualdade de condições.

Não ha princezas de sangue. Não ha cochei-



ros de praça. Ha apenas unidades, na natureza e na sociedade.

Perfeitamente.

Posto isto, nós sustentamos que, na sua marcha ascendente para a Perfeição, o genero humano não caminha para a liberdade, mas para a disciplina e que toda a moral que procure legitimamente servil-o, longe de ser desaffogada e passa-culpas, deve logicamente ser intolerante e despotica.

O homem procura cada vez mais resgatar-se do instincto. Pela alma elle já occupa um logar superior na escala animal. Pelo corpo, ainda não. Entre a alma e o corpo trava-se n'este momento uma batalha tão grande como a que se travou na Edade-Media entre Deus e o Diabo.

Certamente nos perguntarão — onde ?

Essa batalha — devemos reconhecê-lo — não se trava nos gabinetes reservados do Café de Paris, ou no quarto de cama de Emilienne d'Alençon. Essa batalha trava-se nas consciencias. Procura-se, não ha duvida, attingir a perfeição moral, não com o engodo no reino abstracto do ceu, mas para a real formação de um reino concreto e humano em que as creaturas por uma vez se entendam, se amem e sejam felizes ; e a conquista d'esse reino remoto — eis o que os factos



nos dizem — não se fará pelo predomínio do instinto, mas pela soberania da razão.

Ora, a princeza real a quem temos a alta honra de nos referir — é o Instincto. O seu caso não se nobilita por nenhuma allegação attendivel na ordem moral: nem um marido intratavel, nem um vehemente amor.

D'um lado estava a tradição da sua casa, o orgulho da sua ascendencia, a historia dos seus brazões, o nobiliario, o Almanach de Gotha, o seu sangue azul, o seu *panache* — isto é, a Alma. Do outro lado, estava o cocheiro — isto é o Corpo. Optando pelo cocheiro, a princeza Alice não deu exemplo que possa ser invocado por nenhuma philosophia, a não ser, já se vê, pela philosophia da Thereza Philosopha.

Quer isto dizer que nós outros, ainda tão imperfeitamente constituídos em sociedade perfeita, severamente condemnemos todos os actos humanos que não se inspirem no desejo de a aperfeiçoar pela espiritualidade? Seguramente, não! Mas o que não podemos fazer, sem fazer cair a sociedade na desorientação, é applaudir em nome de uma moral perfeita precisamente aquelles actos que mais accusam imperfeição.

A princeza Alice não significa Progresso, mas Retrocesso. Ella não reivindica coisa alguma

nova, mas uma coisa velhissima. Ella não se chama — Liberdade. Chama-se Eva.

### *Post-Scriptum*

Depois de escriptas estas linhas, as agencias telegraphicas rectificaram que o cocheiro a quem se referiam as primeiras informações concernentes á princeza Alice, seria apenas um intermediario entre esta e um titular italiano, seu verdadeiro escolhido.

Para não sairmos da mythologia, — o cocheiro em questão não seria Phaeton : seria Mercurio.

Não importa !

Que a princeza Alice se tenha extraviado com um cocheiro de praça, ou com o conde de Luna, eis o que é perfeitamente indifferente á natureza dos raciocinios que tivemos o gosto de expender. A princeza, demais, não nos interessa além dos indiscretos limites de uma picante anedocta. — O que tão sómente nos interessa é a Philosophia, em virtude da qual ella nos apparece transformada — carne fragil de mulher — na forte estrutura de um principio.

Nós não somos reaccionarios. Ao contrario, nós procuramos seguir na piugada do Progresso, adoptando com enthusiasmo e pressa as suas transformações, as suas invocações, as suas mo-

das, as suas manias e os seus casacos de abafar. Nós illuminamos a Bico Auer; nós somos anarchistas e nós somos ao mesmo tempo deputados da maioria; nós damos o cavaco por Champagne e mulheres e nós maldizemos a vida; nós applaudimos Ibsen; nós adoramos Verlaine; nós detestamos Hugo, Lamartine, o pae Michelet, Musset e toda a cambada romantica; nós temos vinte annos e nós estamos cheios de desillusões; nós temos um livro de versos e nós temos uma peça para o D. Amelia; nós não temos talento nenhum e nós temos uma casaca do Amieiro. Finalmente, nós deixamos crescer o cabello e nós bebemos agua de Vidago. N'uma palavra — nós vamos com o Progreso. Mas se é certo que vamos com elle, nem por isso renunciámos, a — uma ou outra vez — puchar-lhe pela aba da sobrecasaca e perguntar-lhe para onde vae.





*Dezembro, 17*

A' hora a que escrevemos ainda não é possível apreciar em conjunto as festas que se estão realisando em honra do rei de Hespanha.

Certos factos, como certos quadros, precisam ser vistos a distancia.

Apenas se passaram dois dias — o da chegada de Sua Majestade e o dia seguinte, que apenas por ser o dia seguinte ao da sua chegada se tornou notavel na série do programma festivo, e ainda não podemos realmente dizer até que ponto as festas realmente falharam, porque é bem certo que, em parte, falharam já, tendo-lhes faltado pelo menos, até á hora tempestuosa a que traçamos estas linhas, o concurso de um tempo ameno e propicio ás celebrações

da via publica. Tão sómente nos é permittido — e isso vamos resumidamente fazer — formular, á vista d'estes primeiros insuccessos, alguns juízos que reputamos opportunos.

As festas que se estão n'este momento realisando — eis a nossa opinião — teriam sido verdadeiramente excellentes se não fossem levadas a effeito.

O que as prejudicou, — foi fazerem-n'as.

De quem a culpa?

Hoje, como no tempo dos Cabraes — do governo.

O governo foi insensato.

O governo foi imprudente.

O governo foi imprevidente.

A unica festa nacional em Portugal é o ceu. O ceu em Portugal tem uma temporada, como S. Carlos. A temporada do ceu é abril.

O governo sabia-o?

Não é licito acreditar que o ignorasse. O poder não cega por tal fórma os homens que não lhes permitta vêr o sol.

Por outro lado, o sol em Portugal é uma das raras fontes de riqueza que não está submettida ao regimen do monopolio. O sol em Portugal é uma cooperativa Ora, justamente o governo pensou receber o rei de Hespanha sem o concurso do sol.



O governo praticou um erro imperdoavel.

Posto acostumado a assumir a integra responsabilidade dos actos das suas gerencias, o sr. Hintze Ribeiro vae talvez procurar repartir com o Tempo, as que n'este momento duramente lhe pezam. Pela primeira vez, porventura, o nobre chefe da situação se encontra em presença de responsabilidades indivisiveis.

O que esperava sua ex.<sup>a</sup>?

Bom tempo?

Sua ex.<sup>a</sup> não terá a pretensão de nol-o fazer acreditar.

Esperar bom tempo do máo tempo não é de estadista tão experimentado.

O que promette o inverno?

Inclemencia. Vento, chuva, frio.

Sua ex.<sup>a</sup> esperava talvez um armisticio da Natureza em seu favor. Sua ex.<sup>a</sup> ter-lhe-hia mesmo proposto, como ao sr. José Luciano, um accordo. Ter-lhe-hia — quem sabe? — prometido cair depois das festas. Sua ex.<sup>a</sup> estende ao Cosmos a acção de phenomenos que na realidade apenas se passam no seu ministerio. A Natureza é intransigente. O Ceu não faz accordos. O ceu não é progressista ou regenerador. O ceu não tem partido.

Por outro lado esperar seis dias de Verão, no Inverno, é contar com o imprevisto, e nenhum



bom homem de Estado governa com o imprevisto. Governar é prever. Se sua ex.<sup>a</sup> o sr. presidente do conselho contava para o bom exito das festas, com seis esplendidos dias de ceu macio, de sol brilhante e de suave calor, sua ex.<sup>a</sup> contava não já com o imprevisto, mas com o providencial. O sr. Hintze Ribeiro não governaria assim com idéas, mas com superstições. Sua ex.<sup>a</sup> deitaria cartas, sua ex.<sup>a</sup> leria a *buena dicha*, sua ex.<sup>a</sup> inspirar-se-hia no *Livro de S. Cypriano*.

De todos os modos, sua ex.<sup>a</sup>, ou o governo errou lastimosamente.

As nações engrandecidas por uma civilisação brilhante recebem em todas as estações. O prestigio da civilisação franceza, ou o da civilisação ingleza, não vem da Natureza, mas do Homem. Paris é uma cidade sempre festiva, mesmo quando chove a potes. Londres, mesmo immersa em nevoeiro, é grandiosa. Portugal, esse, só está em condições de receber oficialmente na primavera. — Não é uma civilisação: — é um jardim.

Não nos é permittido fazer manobrar grandes esquadras ou formidaveis exercitos. As creanças das nossas escolas não pódem, como na Suissa, ou como na Suecia, dar a um hospede illustre o espectáculo de uma sociedade culta. Não temos a ventura de ser os proprietarios das ma-

ravilhas do Louvre, ou do Kensington Museum, para vêr as quaes se deslocam as mais macissas auctoridades da terra. O plano das nossas cidades não é, por outro lado, de natureza a constituir de per si um espectáculo attrahente. A estreiteza das nossas ruas resente-se ainda da mesquinhez das nossas idéas e dos nossos habitos.

O que é que verdadeiramente nos resgata da nossa incontestavel inferioridade?

Alguns dias de sol.

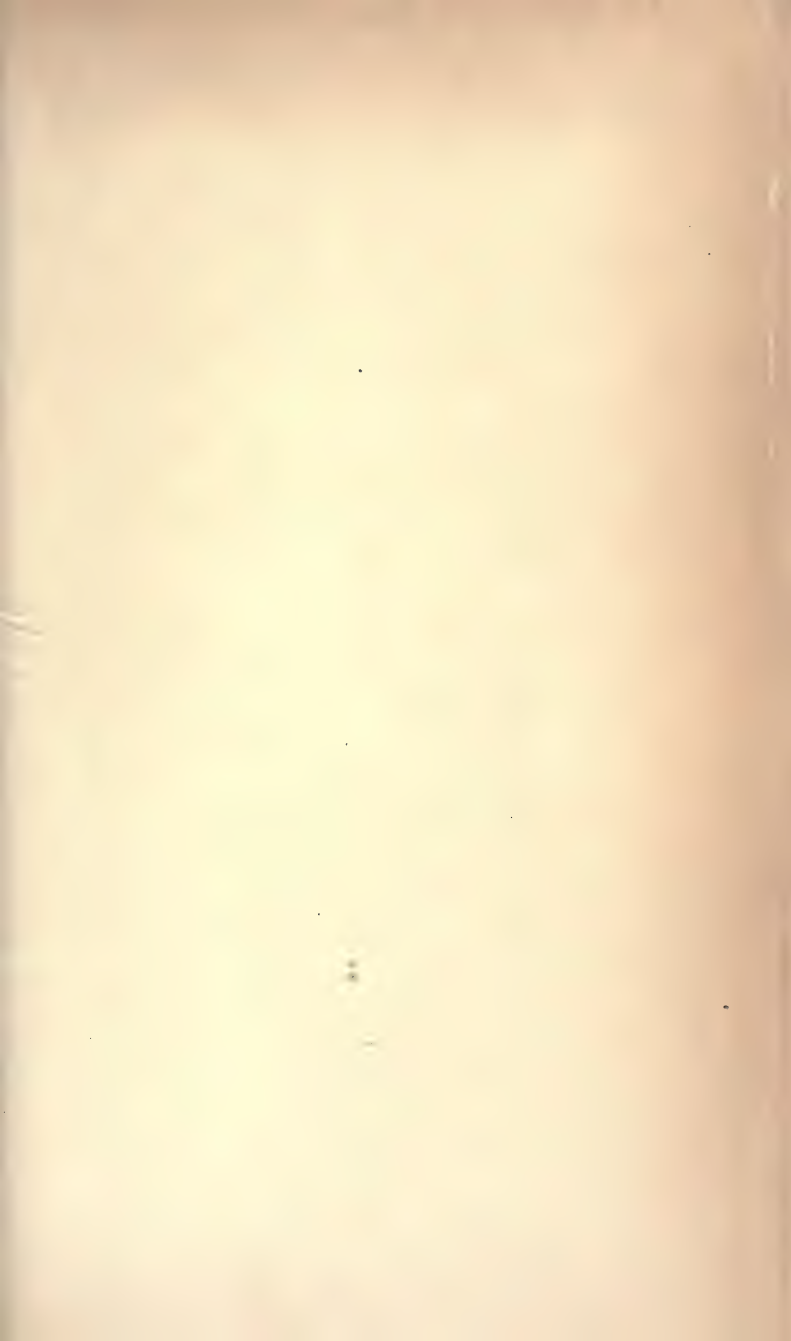
O nosso prestigio, a nossa fortuna, a nossa gloria é o sol. Quando o sol entra em funcções, ahi por abril, Portugal entra no equilibrio europeu, é uma potencia de primeira ordem: — póde receber, e nenhum rei, por mais forte, deixará de prestar vassallagem, senão ao seu poder, á sua graça. Assim Eduardo VII, o outro dia, saído das brumas de Windsor e entrando no Tejo luminoso, largamente sorria, cumprimentava, fazia a breve continencia militar ao ar, ao azul, ao espaço que o dominavam com os seus esplendores triumphaes.

Uma situação privilegiada, mesmo na Natureza, é uma força.

Eis o que o governo ignorou, ou deploravelmente esqueceu. As suas festas falharam. A razão é simples. A razão é que as unicas festas

que em Portugal não falham são aquellas que a Natureza faz, com a circumstancia preciosa de que são tambem aquellas que nos saem mais em conta. O sr. Queiroz Velloso é por certo um excellente collaborador, mas Deus é melhor e mais barato.





1904

*Uma conferencia do sr. Dias Ferreira — Em que a Camara Municipal de Lisboa se declara coacta — Elogio do deputado Oliveira Mattos e affirmação de que elle é indispensavel ao systhema parlamentar — S. Bento e o Café Baldomero — As pateadas no ponto de vista dos interesses da justiça — A grève dos jornaes: machinas de compôr e machinas de pensar — O crime do quartel da Estrella, ou o charlatanismo homicida — A Cidade eleitoral e a função civica do carneiro com batatas — Theoria do governo, ou governar não é fazer um recado — M.<sup>elle</sup> Bartet e Portugal na balança da Europa — Guerra Junqueiro, o «radium» e algumas*

*superstições tocantes — O Cancro — O monopolio dos tabacos: apresenta-se a idéa de pôr em praça o poder — Os tysicos: Margarida Gauthier e a Assistencia Nacional aos Tuberculosos — Psychologia do politico profissional — Medicina antiga e medicina moderna: o doutor Semana e o doutor Fausto — O Ascensor — O «Diario de Noticias» e um problema ardente — A Noite, no ponto de vista da primeira autoridade do districto — Um novo povo e um novo almanach — A Barca — Um medico no poder: administração e clinica — Golpe de vista sobre a Hespanha — O Tenor — Considerações a proposito de um cadaver que pede uma borla — Procura-se demonstrar que o monopolio dos tabacos é um máu negocio — O Estado-Pae — O patriotismo e o habito das viagens — O «Times» declara a bancarota do casamento.*





*Dezembro, 8.*

O sr. Dias Ferreira fez mais uma conferencia. Como as do sr. Fuschini, as conferencias do sr. Dias Ferreira são, por via de regra, meras liquidações de actos pessoaes praticados no exercicio do poder. Estes dois conhecidos homens politicos não esquecem que foram ministros e não cessam de nol-o recordar. Ainda não succedeu por isso que saissemos, quer das conferencias de um, quer das conferencias de outro, com uma só idéa.

O sr. Bernardino Machado concluiu pela Republica. E' uma idéa. O sr. João Franco concluiu pela Monarchia. E' outra. Os srs. José Dias Ferreira e Augusto Fuschini não concluem coisa alguma. Não são reformadores: quando muito, são negadores.

Em meio de grande numero de anedoctas, elles deixam no emtanto escapar um ou outro conceito susceptivel de ser discutido com proveito, e tal o caso do sr. Dias Ferreira, que justamente aventou na sua ultima conferencia a seguinte proposição: No paiz não ha falta de talentos — o que ha é falta de caracteres.

Pondo de parte o averiguar se, com effeito, no paiz sobram os talentos, vejamos se os males e os vicios da politica e da administração podem ser veridicamente attribuidos á mingua de caracteres.

A nosso ver, os caracteres são perfectos.

Portugal é — digamol-o assim — um paiz de homens de bem.

A structura dos homens é excellente. A structura dos factos é que não o é; e se o sr. Dias Ferreira nos dá licença nós passamos a explicar-nos.

Sempre á idéa do Previlégio andou alliada a idéa do Abuso.

Assim se formaram os primeiros tyrannos.

Ora, o que é o poder na nação?

Um privilegio.

O sr. Dias Ferreira fuma? Não fuma. Mas usa certamente phosphoros.

Já reparou sua ex.<sup>a</sup> que os phosphoros da Companhia privilegiada que os fabrica se re-

cusam cada vez mais obstinadamente a accender?

Eis o Privilegio.

Eis o Abuso.

Quer sua ex.<sup>a</sup> bons phosphoros, baratos, promptos e prestantes?

Decrete a livre fabricação, supprima o Privilegio.

Pois bem! o poder é o phosphoro — execravel no regimen do Previlegio, excellente no regimen da Concorrença.

Sua ex.<sup>a</sup> deplora a ausencia de caracteres, isto é, de bellas structuras moraes.

Sua ex.<sup>a</sup> é bem innocente.

As nações não se governam pela Bondade. Governam-se pela Disciplina.

Diz Stuart Mill, que estamos d'aqui a ver rebrilhar nas estantes de sua ex.<sup>a</sup>, entre Montesquieu e Fustel de Coulanges, que, n'uma sociedade bem organizada, não se deve contar com a probidade dos homens, mas com a segurança dos cofres.

Stuart Mill diz admiravelmente bem.

A probidade dos homens não é um sentimento colectivo, mas a segurança dos cofres é uma medida geral.

Não ha caracteres! diz sua ex.<sup>a</sup>

O que não ha são chaves.

Organisado o poder sob o regimen do Monopolio, como realmente está, o abuso era de

Só não abusam do privilegio do poder as naturezas singulares, como Washington, por exemplo, que era um monstro. O commum dos homens é proprio o abuso de toda auctoridade illimitada.

V. ex.<sup>a</sup> acredita a sério que o sr. José Luciano e o sr. Hintze Ribeiro sejam duas organizações demoniacas?

Estes dois illustres estadistas não são — creia-o v. ex.<sup>a</sup> — mais substancialmente preversos do que Henry Burnay & C.<sup>a</sup>, ou Fonsecas, Santos & Vianna.

Tão somente elles são e nada mais são do que dois detentores de Privilegio e como taes — duas fontes de Abuso. Accrescente v. ex.<sup>a</sup> que estes dois monopolistas politicos servem os interesses de dois grandes partidos e terá explicada a sua obra, no fim de contas logica.

O objectivo de todos os monopolistas é dar dividendo. V. ex.<sup>a</sup> não negará que tanto o partido regenerador, como o partido progressista são uma excellente collocação de papel.

V. ex.<sup>a</sup> queria — o quê?

Moralidade. Economias. O partido regenerador e o partido progressista -- na ruina: o paiz

prospero. Magros: o paiz gordo. Anemicos: o paiz como um bife em sangue.

V. ex.<sup>a</sup> — repetimos — é bem innocente para homem politico que se presume o ser, bem pouco conhecedor da natureza humana.

V. ex.<sup>a</sup> quer homens bons.

V. ex.<sup>a</sup> está equivoco.

O que preciso são bons systemas.

Systemas de concorrência e systemas de fiscalisação.

Em Portugal não ha falta de caracteres. O que ha é falta de soberanias. Existem sem duvida duas: a do rei e a do povo, mas nem uma nem outra se exercem. Ambas estão paradas, como velhos machinismos que crearam ferrugem.





*Dezembro, 10.*

Ao reunir pela primeira vez, a nova camara municipal de Lisboa acaba de votar uma moção declarando-se coacta.

Este facto absolutamente estupendo passará naturalmente desaperebido.

Comtudo, deu-se.

Estando reunida toda a vereação, sob a presidencia do sr. Antonio de Azevedo Castello Branco, e em o dia 7 do corrente mez, o vereador sr. Carvalho Pessoa mandou para a meza uma moção reclamando para os representantes legaes da cidade o «livre exercicio das funcções correspondentes ao seu mandato».

Esta moção, que significa?

Para nos servirmos das suas proprias palavras, ella significa que os representantes actuaes



da cidade se reputam despojados de uma liberdade de acção, sem a qual estão incapacitados de exercer «as funcções correspondentes ao seu mandato».

Em conclusão, ella significa que os representantes da cidade se reconhecem — digamol-o outra vez — coactos.

E' bem esta a significação das palavras do vereador sr. Carvalho Pessoa?

Suppomos que sim.

Mas sendo assim — que extranho disparate é este?

A camara municipal de Lisboa aborrece o regimen da coacção e faz-se eleger no regimen da coacção?!

Admittamos, por um momento, que o actual municipio não foi eleito sob o patrocínio do governo, mas pelo voto livre da Cidade. Admittamos, em resumo, um municipio de genuina origem popular.

Para que se fez elle eleger, se antecipadamente sabia que não poderia exercer livremente as funcções correspondentes ao seu mandato?

Se não as podia exercer, para que se prestou a exercel-as?

E como se comprehende que pretenda exercel-as, se ao mesmo tempo reconhece que não as pode exercer?

Que circumstancias escravisadoras obrigaram individualmente os membros do novo municipio a acceitar um mandato que elles proprios declararam nullo?

Foram intimados pela policia?

Foram tirados por justiça?

Foram porventura violentamente arrancados dos seus domicilios e levados á força aos seus respectivos pelouros?

Evidentemente — não.

Em Portugal não ha liberdade de votar, mas a liberdade de ser votado é ampla.

Os individuos que compõem o novo municipio de Lisboa praticaram, portanto, um acto de vontade. Se não solicitaram, consentiram, mediante larga publicidade, que os seus nomes fossem propostos ao suffragio. Andaram largos dias nos jornaes, foram recommendados em artigos de fundo, distribuiram-se em profusas listas lythographadas e contendo por extenso a enumeração legal dos seus appellidos. Se não se bateram por uma eleição que, de resto, lhes estava garantida, interessaram-se pelo seu exito. Nós não queremos devassar o fôro intimo da actual edilidade, mas iriamos jurar que nas vespas da eleição ella teve insomnias, dormiu mal, sonhou talvez o triumpho da opposição e acorreu com olheiras.

Estes factos, veridicos uns, presumiveis outros, não significam apenas uma molle acquiescencia, mas uma energica solidariedade. Muito bem! O actual municipio de Lisboa desejou exercer as funcções em que está. Como se explica, pois, que o seu primeiro acto ao entrar no exercicio d'ellas, seja declarar que não as pode exercer?

Illogica situação!

A logica é um principio d'ordem. Mesmo nas sociedades dissolutas, a logica é um principio salutar, porque põe em ordem os factos.

A nova vereação sabia perfeitamente que a instituição municipal lisbonense havia perdido os seus fóros ganhos na tradição e no direito, graças ao centralismo feroz do Estado. A nova vereação sabia perfeitamente que a camara municipal de Lisboa fôra tornada uma dependencia do ministerio do Reino. A nova vereação sabia perfeitamente que, n'estes termos, nenhuma liberdade de acção seria permittida a delegados populares que na realidade não o eram senão do governo. A vereação, de resto, ella propria, como foi eleita? Com o concurso do governo! Ora, os governos não elegem paladinos: nomeiam funcionarios.

Ao entrar no edificio do Pelourinho, a nova vereação antecipadamente sabia que não ia exercer

funções independentes, mas tão contingentes como a sua propria origem, e o que seria logico não seria que reclamasse mais liberdade do que aquella que havia, mas que se accommodasse com aquella que encontrou.

Porque é que a vereação de Lisboa, tão conciliatoria no acto de se fazer eleger, nos apparece tão intransigente depois de ter sido eleita?

Porquê?

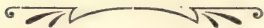
Eis porquê:

A vereação de Lisboa quer servir ao mesmo tempo os homens e os principios.

A vereação de Lisboa não é, no fim de contas, o pelouro da limpeza, ou o pelouro dos incendios. A vereação de Lisboa é o nosso tempo, tão curiosamente caracterisado pela permanente contradição entre o que os homens pensam e o que os homens fazem. O que os homens pensam é excellente; o que os homens fazem é detestavel. As suas idéas são o mais possivel generosas; os seus actos são o mais possivel egoistas. Cada homem é portador de um mundo novo e de um mundo velho: um mundo novo com que sonha, um mundo velho que pratica. A vereação de Lisboa sonha o municipio livre, mas serve o municipio escravo.

Eis aqui.

Tão sómente, a nosso ver, ella poderia dispensar-se de transformar em moções d'ordem estes verdadeiros phenomenos de desordem moral. Para a outra vez, o sr. vereador Carvalho Pessoa deve guardar os principios n'um sacco e os homens em outro. Em ambos não cabem.





*Fevereiro, 11.*

Eis aqui o Entrudo, mas eis tambem aqui o deputado sr. Oliveira Mattos e entre estes dois assumptos egualmente actuaes e urgentes, o Entrudo pode esperar, emquanto que o deputado Oliveira Mattos pode passar de moda.

Ao deputado Mattos, pois!

O deputado Oliveira Mattos é o chamado deputado — de tarimba. Não é talvez um grande parlamentar, não será porventura um grande orador — mas tem vinte annos de carreira.

Os seus principios foram penosos. Havia então entre elle e a camara um certo desnivelamento. Estavam vivos alguns grandes homens da Regeneração e não se tinham ainda apagado os ultimos vestigios do Setembrismo. Certas sombras angustas pairavam ainda sobre o



recinto da representação parlamentar. Quando o deputado Oliveira Mattos se levantou a primeira vez para falar, com o seu olho flammejante e a sua face illuminada a fogos de Bengala houve surpresa, sussurro, confusão, barulho.

Mas no anno seguinte o deputado Oliveira Mattos voltou, e a camara já não extranhou vel-o entrar. Falou: a camara deixou-o falar. Voltou no anno seguinte e methodicamente em todos, a partir d'então. Estreiou-se nos apartes. Foi nomeado para commissões. Entretanto, o que restava da Regeneração e o que restava do Setembrismo ia abalando, e um dia o deputado Oliveira Mattos achou-se na Camara com direitos de antiguidade. A gente nova já o encontrava. Era um titulo. Tinha a sua cadeira marcada, tinha a consideração dos continuos, tinha — a pratica. E o deputado Oliveira Mattos começou a ser escutado.

Hoje é um ornamento. E' o deputado que se aponta das galerias. — Pelos boletins parlamentares entrou na circulação. — Chegará a ministro? Não se sabe. Da camara é que ninguem já o tira. Não é um deputado, é um alicerce. Não é um alicerce, é o systema. Se elle deixasse de ir á Camara, deixaria de haver Camara. Quando se abre a Camara procura-se o deputado Oliveira Mattos — e a Camara só se con-

sidera constituida, não quando ha numero, mas quando está presente o Oliveira Mattos, com a sua face bem tingida de vermilhão e a sua sobrecasaca bem abotoada no peito.

O deputado Oliveira Mattos é progressista, mas verdadeiramente não é progressista, ou regenerador. — E' a Opposição.

Quando os progressistas estão no poder, o deputado Oliveira Mattos não tem funcção legislativa. Recúa para as ultimas bancadas, faz uma correspondencia triste, perde o appetite, desabotoa a sobrecasaca, queixa-se de pontadas, descóra. Mas deixem cahir os progressistas, deixem subir os regeneradores, e eil-o de pé. E' outro homem. — E' a Opposição.

Foi na sua qualidade de Opposição que elle armou o outro dia na Camara o conflicto de que o publico teve conhecimento e pelo que já o felicitaram algumas associações commerciaes; e — não hesitamos um momento em proclamar o — o deputado Oliveira Mattos é um benemerito, não diremos da patria, mas do systema parlamentar.

O deputado Oliveira Mattos dá a impressão de haver no parlamento principios, idéas, facções, paixões, um antagonismo salutar. O deputado Oliveira Mattos dá a impressão de haver — parlamento.

O deputado Oliveira Mattos, repetimos, é um benemerito.

Sem elle e os seus berros, as vozes de *ordem! ordem!*, o presidente pondo o chapéu na cabeça e os continuos precipitadamente fazendo evacuar as galerias, do parlamento não haveria sequer a apparencia.

Assim ha a apparencia. — Ha o chinfrim.

Promover o chinfrim é levantar o prestigio do *systema* parlamentar. Promover o chinfrim é forjar a piedosa mentira. Promover o chinfrim é collaborar na illusão. Um murro — que é isto? Não importa! um murro ennobrece. O paiz ouve o murro e tem a impressão de que é uma opinião.

O deputado Oliveira Mattos tem direito senão aos nossos agradecimentos, porque nada lhe devemos, aos agradecimentos do poder legislativo, que alguma coisa lhe deve. — Com deputados como este é que elle vae vivendo.

Não sabemos se o partido regenerador já tem a sua opposição organizada para quando abandonar o poder. Se não a tem — depressa! chame o Oliveira Mattos. Mais do que aos partidos, este homem é indispensavel ao regimen parlamentar.



*Março, 3.*

TENDO o deputado sr. Francisco Machado, em uma das ultimas sessões da Camara, asseverado que os viticultores estão reduzidos a vender os seus vinhos a 1\$200 réis o almude, travou-se entre aquelle cavalheiro e o sr. Jayme Arthur da Costa Pinto o seguinte dialogo:

*O sr. Jayme Pinto* — Diga-me v. ex.<sup>a</sup> onde ha vinho por esse preço, que eu quero compral o para a Casa Pia.

*O orador* — Vendo-lh'o eu que o tenho puro, a 1\$200 réis o almude e podemos fechar o negocio.

Este precedente pode talvez conduzir a uma transformação sympathica e fecunda do systema parlamentar.

O parlamento pode ainda ser util se, por

exemplo, concentrarmos n'elle a capacidade productora do paiz; se, em vez de submissas maiorias, mandarmos á Camara barris de quinto; se, em vez de ruidosas e estereis opposições, mandarmos — paios.

Os centros de consumo da vida productora estão disseminados. Reunil-os n'um centro só — a Camara. Nada de simulados antagonismos, nada de mesquinhas rivalidades, nada de baixas intrigas. — Concorrencia.

— Tenho a honra de mandar para a mesa — diria um dos senhores deputados — uma amostra do meu vinho, puro summo d'uva, a 1\$200 réis o almude.

— Tenho a honra de mandar para a mesa — diria outro — uma lata de manteiga do meu circulo, puro leite, a 1\$100 réis o kilo.

— A ordem do dia — diria o sr. presidente — é a continuação da prova dos paios pelo circulo de Castello de Vide.

— Peço a palavra! Peço a palavra!

Em vez de escreverem cartas, ou mansamente sopitarem nos seus logares, os illustres representantes da nação lidariam nos seus negocios. Os jornaes diriam: «Ao abrir a sessão estavam presentes cincoenta e seis gigos de fructa». Ou: «Hontem não houve sessão por falta de hortaliça».



Quando algum dos mais vehementes deputados da minoria preferisse a phrase já hoje sacramental — Comam, mas calem-se! — a maioria teria ao menos alguma coisa que comer.

Por outro lado, na mesma sessão em que se produziu o facto que deu origem a estas divagações, o sr. deputado Kendall inaugurou o apito.

Como uma opinião?

Não sabemos.

Como precedente também pode ser.

O precedente do apito pode inaugurar a era das facadas, das moções previas de ponta e móla, das interpellações de canna da India.

Seria assim uma nova feição do systema parlamentar. S. Bento poderia logicamente comprar um piano, metter camareras e arvorar a taboleta do Café Baldomero.

Na mesma sessão, outro sr. deputado, segundo assevera um jornal, fez um gesto licencioso.

Outra feição.

E' o parlamento — carta transparente. Dada a urgencia de um systema parlamentar d'esta natureza, para ver contra a luz, a primeira declaração da mesa, ao abrir-se a sessão, deveria ser naturalmente esta:

— Está fechada a sessão!



N'uma palavra, o parlamento, ao contrario do que alvitram espiritos pessimistas, não se dissolve: transforma-se. Quer ser outra coisa. O parlamento não cabe na structura parlamentar. Todo elle se rasga pelas costuras.

Vende vinho como nas adegas.

Apita como nas tabernas.

Faz feios gestos.

Conta aneddotas.

Deita a lingua de fóra.

Mette o dedo no nariz.

Coça-se.

Cata-se.





Março, 15.

HOUVE algures uma pateada?

Parece que sim, porque justamente o *Diário de Noticias* pergunta pela penna cosmopolita do seu collaborador *L. Mano*: «Porque será que, de todos os artistas, só os que pisam os palcos estão sujeitos á desconsideração e ao desrespeito do publico? Porque motivo não são alcançados pelas vaías e apupos outros cultores de bellas artes e os profissionaes das artes liberaes e das sciencias constituidas?»

Porque motivo?

O motivo é simples: os *outros* cultores de bellas artes não são alcançados pelas vaías e apupos como os artistas de theatro, porque tampouco são alcançados, como succede a estes, pelas palmas e applausos, e é velho rifão que «quem coma a carne, roa o osso.»

O meu amigo escreve os *Lusiadas* e ninguém lhe pede *bis*, mas escreve a *Lagartixa* e é co-roado *séance tenante*. O applauso, em dinheiro de contado, só se dá ás obras e aos artistas de theatro. E' portanto naturalissimo que a reprovação seja dada nas mesmas condições.

Os cultores de bellas artes que não se servem do theatro esperam muitas vezes longos seculos que se lhes faça justiça. Os que se servem do theatro não esperam nunca. A justiça é-lhes feita immediatamente. Na arte que não se utiliza do theatro, a gloria é a prazo. Na que se utiliza d'elle, é a prompto pagamento.

Immensa vantagem !

Feita a obra d'arte que não se soccorre do theatro, o homem d'arte todo elle é incerteza. Se não se reprova um livro com os pés, tambem não se applaude com as mãos. Diante de um quadro, diante de uma estatua passa-se em silencio. O auctor de livros, o auctor de quadros, o autor de estatuas póde receber alguns apertos de mão, mas não conhece a embriaguez dos triumphos d'arena. Essa embriaguez conhece-a o auctor, o actor dramatico. Essa embriaguez só a dá o theatro com as suas noites de commoção, os seus ruidosos fins d'acto, as suas salas repletas applaudindo de pé e em grita, os seus camarotes cheios de lindas mulheres que acenam

com os lenços, a musica, os perfumes, as flores.

O meu amigo é obscuro. Uma noite de theatro dá-lhe a celebridade. Mas escreva um livro, pinte um quadro, cinzele uma estatua, entõe uma canção, seja ella immortal como a *Canção de Rolando*. Quando tiver concluido, á sua volta haverá apenas o despremiante silencio.

Ah! é certo! O publico dos theatros reprova bem duramente; mas por isso tambem acclama com generosidade. O theatro, como nenhum outro vehiculo d'arte, conduz rapidamente á gloria. E' justo que, por outro lado, precipite a derrota.

Depois, o que vae o publico fazer ao theatro?

Julgar. Para isso o chamam e o arvoram em juiz.

Se, n'estes termos, elle se limitasse a applaudir, elle não seria o juiz — seria a *claque*.

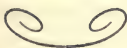
Mas nós comprehendemos admiravelmente a natureza das objecções do brilhante collaborador do *Diario de Noticias*. Elle quereria que, no caso de não poder applaudir, o publico se privasse de reprovar pondo em cheque o amor proprio dos autores e artistas incorridos no seu desagrado. O nosso estimavel confrade quereria, por exemplo, que se fosse ao theatro em pal-milhas.

A nossa opinião é, porém, contraria a este voto. Sem pertencermos ao numero das pessoas que manifestam as suas opiniões com os pés, nós entendemos no emtanto que as demonstrações patentes de desagrado no theatro são de todo o ponto justiceiras, se tivermos em conta que ao muito que o theatro dá é justo contrapor o muito que tira.

Os ambiciosos do theatro não são modestos. O nosso amigo forja uma simples comedia para o Gymnasio e deseja a gloria de Molière. E' justo que assim como tem um largo premio, esta ousadia tenha um largo castigo.

Os *outros* cultores de bellas artes, coitados! não tem tão consideraveis ambições, ou se as tem, só muito tarde tem o premio. Não conhecem a humilhação das grandes derrotas, os duros ruidos do tacão, os agudos silvos do Gallinheiro, os gritos espavoridos de — panno abaixo! — a derreada saida pela porta da Caixa, depois do insuccesso; mas tampouco conhecem — ai d'elles! — o orgulho dos grandes triumphos, o estrugir das palmas, o vozear dos appellos, os gritos alegres de — panno acima! e a gloriosa entrada em scena depois do Exito. Além d'isso — elles não tem 15.<sup>a</sup> A obra d'arte que não se serve do theatro, depois de paga — é chão que deu uvas.

Por estas razões, que se nos affiguram succulentas, nós somos de opinião que, uma vez por outra, uma boa pateada não contraria os interesses da civilisação e mantem em equilibrio os interesses da Justiça.







*Maio, 5.*

A *grève* dos jornalistas foi uma surpresa para toda a gente, porque nunca se suppoz que elementos tão contradictorios como são os jornalistas podessem por um momento ser da mesma opinião e estar d'accordo.

O facto resulta de que não foram os jornalistas que estiveram d'accordo: — foram os jornaes.

Sem duvida, os compositores typographicos declararam dirigir-se aos jornalistas, no momento de lhes pedirem augmento de salario e de lhes increparem os seus excessos de *toilette* (porque parece demonstrado depois d'esta *grève* que os jornalistas capricham em vestir bem); mas não é menos certo que elles empregaram um pouco arbitrariamente a palavra — *jornalista*, no seu conflicto de interesses com os jornaes.

O jornalista, na realidade, não é o jornal.

O jornal é uma industria, para exercer a qual não se reclama nenhum genero de capacidade litteraria, que suppomos ser a que deve attribuir-se aos jornalistas. O sr. Burnay, por exemplo, não é um jornalista e tem um jornal. O sr. Dias Ferreira é talvez mais um jurisconsulto do que um jornalista — e tem, ou teve um jornal. Quer dizer: o facto de ter um jornal e exploral-o não conduz a um titulo de jornalista. Quando um jornalista é ao mesmo tempo proprietario de um jornal, elle é primeiro um industrial e só depois é que é jornalista. Se os jornalistas estiveram portanto d'accordo, com surpresa do publico, é que elles não se harmonisaram como jornalistas, mas como proprietarios de jornaes.

Assim tambem os compositores typographicos equivocaram se envolvendo na sua contenda com os jornaes, os jornalistas em geral, porque se é possivel que os jornaes estejam mais ricos do que elles, os jornalistas é que comprovadamente não o estão.

Com effeito, deprehendeu-se da contenda alludida que os compositores typographicos podem, mediante capacidade e trabalho, auferir um salario quotidiano oscillando entre mil réis e dois mil réis. Queremos admittir que só os

trabalhadores privilegiados auferem estas vantagens e que, em regra, os operarios de typographia não vão além de uma media de mil e duzentos réis diarios.

De todos os modos, a sua remuneração é superior á que geralmente se attribue aos individuos que elles designam pelo nome de jornalistas, averiguado como está que toda a situação de jornalista superior a mil réis diarios, é considerada uma situação privilegiada.

Objectam porém os compositores typographicos (e se não o fizeram poderiam tel-o feito), que a sua profissão é essencialmente exhaustiva, que a muitos d'elles conduz a uma morte prematura, provocada por excesso e más condições de trabalho.

Certamente assim é, embora outras profissões podessem invocar sobre esses perigos, os perigos resultantes dos chamados — accidentes do trabalho. O mineiro póde, por exemplo, invocar o grisú e o pedreiro os andaimes mal construidos. O typographo está ao abrigo de quedas e explosões. Não importa! Elle allega uma fadiga comprehensivel e o justo receio de um fim igualmente desastroso. Mas, ainda debaixo d'este ponto de vista, collocando os jornalistas n'uma situação privilegiada, elles se equivocam, porque a sua situação não só não é privilegiada,

como é, em mais de um ponto, egual á sua, se não mais lastimosa.

Admittindo que os jornalistas estão ao abrigo da tuberculose e bem assim das quedas d'andaime, elles estão comtudo expostos, como os compositores typographicos, aos estragos da fadiga, devendo porém, reflectir-se que a fadiga dos typographos só se reflecte n'elles, enquanto que a fadiga dos jornalistas se reflecte tambem no publico.

Os trabalhadores manuaes tem, ao que parece, uma tão alta idéa do que seja o trabalho intellectual, que até certo ponto se recusam a admittil-o como fórma de actividade. Segundo elles, o trabalho intellectual é antes uma das fórmas da ociosidade. Quem não tem nada que fazer, por exemplo — pensa. Quem é absolutamente um ralaço — escreve.

Ora, isto não é assim.

O trabalho intellectual, pelo facto de não ser exercido n'uma officina, em commum e com uma blusa de riscado, nem por isso deixa de ser trabalho. Muitas vezes, um homem deitado n'um soffá, de barriga para o ar e parecendo dormir—trabalha. Foi assim que Torquato Tasso concebeu a *Jerusalem Libertada* — a dormir, d'onde provém talvez que não podemos lêr este poema sem pegarmos no somno.

Aqui está.

Mas o trabalho intellectual é, mais do que nenhum outro, exaustivo, porque é o que estanca na sua origem as proprias fontes da vida. Não se morre tysico, mas morre-se de outras enfermidades igualmente calamitosas, quando se não morre de consumpção pelo desespero da infecundidade, da mediocridade e do insuccesso. O estímulo do trabalho manual é o corpo. O estímulo do trabalho intellectual é a alma, e estas differenças devem ser levadas em conta na historia das luctas do homem.

Os jornalistas, em geral, quando não abandonam á cautella esta profissão para adoptar outras mais commodas e lucrativas, nunca passam da cepa-torta. Os senhores compositores typographicos accusam-n'os de se vestirem bem. Deviam antes lastimal-os. Os senhores compositores tem talvez a vantagem de se poderem vestir mal. Elles, nem essa! Jornalista que não se apresente no jornal pelo menos com uma duzia de camisas, cahe *in continenti* em desqualificação. As questões de justiça não devem ser apreciadas no ponto de vista da roupa branca; mas tão certo é que os jornalistas são n'este caso objecto de um erro de apreciação, que mesmo n'esse ponto de vista elles logram senão vantagens, pelo menos egualdade de tratamento.



Accrescente-se a estas razões que, emquanto os typographos constituem uma classe, os jornalistas estão longe de a constituir. O typographo é o typographo, mas o jornalista — é toda a gente. Deem a um jornalista, dizia Camillo, tudo quanto é preciso para fazer umas botas, e o jornalista não saberá dar conta do recado; mas deem a um sapateiro uma penna, um tinteiro e um caderno de papel, e elle, ou mal ou bem, fará um artigo de jornal.

O typographo defende-se. Faz a *grève*.

O jornalista não tem defeza.

N'estes termos, o equivoco dos typographos foi evidente.

Entre typographos e jornalistas, no ponto de vista da equidade e da distribuição da riqueza, não ha sensiveis differenças.

A unica vantagem dos jornalistas é não terem podido ainda ser substituidos por uma machina de pensar, como os typographos já o foram por uma machina de compôr.

E' a sua vantagem e a sua desforra.





*Maio, 12.*

O crime da semana passada deu-nos o vivo exemplo do que é e do que vale a imprensa moderna na vida e nas acções humanas.

Um soldado da guarda municipal desfecha a sua espingarda contra dois officiaes e mata-os. Este crime implica pelo menos a reclusão eterna. Digamos a palavra—este crime é a morte de quem o pratica. O soldado em questão, que não o ignorava, estava portanto allucinado. A sua razão por um momento, extraviara-se. Muito bem. O soldado pratica o crime e, com a razão perdida, immediatamente após — o que faz ?

Desce a correr as escadas do quartel, ameaça um sargento que se quer oppor á sua passagem e transpõe a porta. Eil-o na rua, já seguido de populares e policiaes. O que vae elle fazer ? Terá

verdadeiramente enlouquecido? Voltará ali mesmo contra si a arma que não abandona e far-se-ha justiça? Atravessa o jardim da Estrella, corta á rua de Santo Amaro, desce á rua de S. Bento. Onde irá? Ninguém o sabe. Depois, como se tivesse um itinerario, escolhe entre tantas, a rua da Piedade, envereda pela rua da Quintinha, pela travessa da Palmeira, pela rua das Chagas, pela rua Eduardo Coelho, sóbe a passo de carga a travessa do Conde de Soure, entra na rua do Loureiro. Ahi um chefe de esquadra tenta oppôr-se á sua passagem. Ameaça-o e passa adiante. Os populares que o seguem de longe, curiosos e atterrados, perguntam sempre — onde irá? Finalmente, desce a calçada dos Caetanos e, no meio do pasmo e da surpresa de toda a gente, onde entra elle?

No *Seculo*.

Quer dizer, este homem enlouqueceu, praticou um crime que é a sua irremediavel desgraça, está á beira da morte, e, n'este momento porcelloso em que a sua razão se subverte e a sua vida se afunda, elle não corre para a demencia, elle não corre para a morte. — Corre para o Jornal.

Está doido! dizem todos. Que poderá elle ir fazer ao jornal? Entrou ali como uma besta ferida e vae acabar ali, depois de fazer novas victimas — quem sabe? Fugam! fugam! grita-se

de todos os lados. Na redacção do *Seculo* foge toda a gente. Cá fóra ha anciedade e medo. O soldado, entretanto, de arma em punho, sóbe as escadas do *Seculo*, intima dois redactores que passam espavoridos a que o escutem, e quando um d'elles, tremulo, lhe pergunta o que quer, o soldado responde :

— Quero um *reporter*.

Para o matar ?

Não !

O soldado quer apenas um *reporter* — para que dê noticia do seu crime. As *Novidades* escrevem que elle disséra — «Preciso de um *reporter* para tomar apontamentos.»

Mas não é tudo.

O *reporter* vem, abanca, chama a si um caderno de papel, um tinteiro, uma penna; e então o soldado, sem largar a espingarda, de pé, ainda pallido de commoção, conta o seu crime.

«O meu nome — diz elle — é Manuel Antonio de Deus, 1.º cabo da guarda municipal, n.º 115 da 4.ª companhia, aquartellado na Estrella...»

Conta tudo, com methodo, com logica, com minucia. Por fim, tendo verificado que o *reporter* de tudo tomára nota, conclue :

« — Quero que o publico saiba a razão que me assiste. Por isso aqui vim ! »

Entretanto, acorre um photographo do jornal,

previne-o de que o vae photographar, elle accede e este homem que acabou de praticar dois homicidios e está para todo o sempre perdido, este homem que renunciou á vida, este homem que vae morrer, accede e com a sua espingarda ainda fumegante nas mãos, — põe-se *em pose*. «Emquanto — escreve o *Dia*—o Manuel de Deus prestava os seus esclarecimentos na redacção do *Seculo*, foi-lhe tirado o retrato por um photographo da *Illustração*, ao que elle accedeu, pondo-se *em pose*.»

Nós não conhecemos modernamente, na historia das relações entre a Sociedade e a Imprensa, nada, absolutamente nada que se assemelhe a esta scena; e o *Seculo* fez bem em a reproduzir pela gravura. E' um documento.

Ella mostra — o quê? Que a publicidade é a preocupação exclusiva do homem dos nossos dias, e que nada elle faz, o bem ou o mal, que não tenha em vista — o Publico. Aqui está este soldado. Praticado o seu crime, a preocupação unica do seu espirito é de que virá no jornal, e por tal fórma esta idéa o obsidia, que não espera pelo dia seguinte : vae elle mesmo, em pessoa, através de uma cidade inteira e através de mil perigos, abrindo caminho com a sua espingarda — contar tudo ao jornal, mostrar-se ao jornal.

Mas faz mais. No momento de praticar o seu crime, pensa já no jornal. Só assim se comprehende que o seu primeiro movimento, logo após, seja correr para o jornal. Pensaria antes? Talvez. Quem nos diz que o jornal não lhe appareceu com a sua publicidade e o seu ruído, nos momentos da sua rapida premeditação? Antes de pegar na espingarda, elle pensou que viria no jornal. Viu-se espalhado, propalado, celebrado pelo jornal e antes de se entregar a uma expiação que sabia certa, quiz entregar-se elle proprio a uma publicidade com que tambem contava e que foi — quem sabe? — não um obstaculo salutar, mas um doentio estimulo ao seu crime.

De todos os modos, o caso d'este soldado deveria fazer reflectir os jornaes.

Chegou-se em tempo á conclusão de que as noticias de suicidio conduziam ao suicidio e resolveu-se na imprensa — não dar publicidade aos casos d'esta natureza. O mal, a nosso ver, não está na publicidade, mas na publicidade indiscriminada e exaggerada.

Allegando que o meio é restricto, mesmo o meio criminal, os nossos jornaes apoderam-se indistinctamente de todos os successos sangrentos e dão-lhes soffregamente uma publicidade excessiva, que geralmente recáe sobre individuos



das ultimas classes sociaes, esquecidos e obscuros no grosso anonymato da população e d'essa fórma trazidos para a luz de uma celebridade que pelo facto de ser infamante, nem por isso os envaidece menos. A publicidade é uma fórma de engrandecimento.

Certamente o jornal não torna o criminoso sympathico. Condemna o seu crime com vehemencia, encontra-lhe um semblante patibular, attribue-lhe os peiores instinctos; mas, ao mesmo tempo, torna-o objecto de uma curiosidade e de uma attenção que fazem d'elle um personagem quasi interessante. Biographa-o com escrupulo, descreve-o com minucia, diz a côr do seu jaquetão e o numero de voltas do seu cinto. Dá-lhe a honra da *interview*. Finalmente — publica-lhe o retrato, e sabeis vós o que significa o retrato? O retrato é a gloria. Para ter no jornal o retrato, ha quem mate.

A influencia d'esta publicidade nas classes onde ella póde ser mais nociva, está absolutamente averiguada. O malfeitor, o assassino, o homicida, o personagem sanguinario que o jornal procurou mostrar immensamente antipathico, mas ao qual concedeu as honras de uma publicidade quasi enthusiastica, passou desde logo a ser não o Crime, mas a Lenda. Cheias do seu nome, muitas almas tenebrosas desejarão o seu



destino, tornar-se-hão propicias á pratica de um mal, que afinal se remunera com a celebridade das grandes coisas; e d'est'arte o jornal, que é no emtanto, um fautor de aperfeiçoamento moral, se transforma, a seu pezar, n'um agente subtil de intoxicação.

O peor leitor do jornal é aquelle que não o sabe ler. O publico dos nossos jornaes é na sua grande maioria esse. Sobre esse publico, a influencia da exaggerada publicidade concedida indiscriminadamente a todo o genero de successos criminaes, não evita o crime e conduz ao crime.

Eis aqui este soldado. Para nós elle é um desgraçado que matou dois homens, — mas para quanta gente não é elle um heroe? Para o ser bastou-lhe vir no jornal, e em que proporções! E *vir no jornal*, como o exclamava o divino Eça, é hoje a impaciente aspiração e a recompensa suprema. Como elle tão espirituosamente o disse, para *vir no jornal*, hoje em dia, faz-se tudo.

Tudo!

Mesmo o bem.



*Mato, 22.*

**A**s eleições de domingo demonstraram á sociedade os beneficios da reforma eleitoral, que alargou a area da capital para o effeito de alargar a area de influencia dos partidos.

Reconheceu-se que a cidade era pequena para as luctas politicas. O sr. Hintze Ribeiro não se encontrava á vontade entre Belem e o Beato. Por seu turno, o sr. José Luciano e a sua facção não se podiam mecher no espaço comprehendido entre o Caes do Sodré e o Arco do Cego. Regeneradores e progressistas andavam dentro da cidade aos encontrões aos republicanos.

Foi então que occorreu porem-se mais á larga, dando a Lisboa a camaradagem da Lourinhã e bem assim a da Arruda dos Vinhos, en-

tre outras localidades, afim de desaffogar o suffragio.

Os resultados d'esta util disposição não podem ter sido mais lisongeiros. Os partidos não cabiam em Lisboa. Assim cabem todos, porque Lisboa tornou-se muitissimo maior. Já não acaba como outr'ora, fóra de portas. Para o effeito eleitoral, vae até Villa Franca, até Azambuja, até ao Cadaval, até o inferno. Para este effeito na realidade Lisboa não tem limites. Lisboa acaba quando já não são precisos mais votos para o governo vencer; e que fosse necessario ir até ao Entroncamento, ou á Barquinha, o governo iria. No ponto de vista eleitoral Lisboa é a maior cidade do mundo.

O governo venceu.

A cidade tem panno para mangas.

\*

\*

\*

Segundo declarações da imprensa conservadora, o regimen do accordo poz definitivamente termo ao carneiro com batatas, reputado indispensavel e, já agora, inutil.

Nós, francamente, deploramos.

O carneiro com batatas era o que nos restava das velhas luctas politicas do Portugal constitu-

cional. Desapparecera o cacete, mas ficára o carneiro. O carneiro significava ainda sinceridade, conflicto. Onde havia carneiro havia até certo ponto idéas. De todos os modos, havia lucta. Os partidos não se confundiam. O carneiro progressista tinha um sainete especial que faltava ao dos regeneradores. Era o carneiro feito a um bom lume de chamiça e mechido com uma colher de pau. Era o carneiro revolucionario, vintista, setembrista, patuleia e plebeu. O carneiro regenerador, por seu lado, tinha um sabor todo seu. Era o carneiro ensopado, o carneiro de familia, o carneiro de restaurante, já com um gostinho aristocratico a vinho branco e a pimenta de Cayena. Era, n'uma palavra, o carneiro cartista, cabralino, autoritario e contra-revolução.

A queda do carneiro é o fim de todas as divisões, de todas as paixões, de todos os conflictos.

Não mais carneiro com batatas! Não mais partidos!



*Maio, 27.*

O sr. conselheiro João Franco disse na ultima reunião do Centro Regenerador Liberal: — «Ha um factor imprescindivel para governar: — é a auctoridade moral».

O sr. João Franco está equivocado:—Para governar bem, ou mal, não ha auctoridade moral. Governa-se em virtude de auctoridade juridica. Não em virtude de auctoridade moral. Governar, bem ou mal, é opprimir e não ha auctoridade moral para opprimir. Isto parecerá a sua ex.<sup>a</sup> um pouco subversivo — mas é assim.

Sua ex.<sup>a</sup> allega sem duvida, respondendo mentalmente a estas objecções, que não deseja opprimir, mas ao contrario, desaffogar. Está no seu programma servir a liberdade. Pedimos perdão ao sr. João Franco, mas sua ex.<sup>a</sup> não

pode servir a liberdade, porque a liberdade não tem pessoal de serviço. Nenhum homem tem o direito de tirar ou de dar a outro a liberdade. Nem mesmo para a dar, tem auctoridade moral.

Mas — allegará ainda sua ex.<sup>a</sup>, — o poder é uma delegação. Sua ex.<sup>a</sup> não quer evidentemente assenhorear-se do governo pela violencia. Não premedita golpes d'Estado e não pensa entrar em Lisboa a cavallo, como Cromwell em Londres. Sua ex.<sup>a</sup>, ao contrario, sollicita os suffragios dos seus candidatos. Para isso fundou o Centro Regenerador Liberal e o munuiu de alguns baralhos de cartas francezas; para isso organisou os seus banquetes de propaganda, em que sua ex.<sup>a</sup> falou bem e jantou mal; para isso sae todos os dias do seu remanso da rua da Emenda e dá uma vista d'olhos ao *Diario Illustrado*.

Não importa! Sua ex.<sup>a</sup> ainda está em erro. O poder é uma usurpação.

Certamente, os homens delegam, mas essa delegação é uma renuncia. Cada um d'elles, ao delegar, separa-se de uma porção indispensavel de si proprio. Sua ex.<sup>a</sup> tem talvez a idéa de que governar é exercer uma procuração. Velha idéa! Governar não é fazer um recado. Governar é substituir-se, e o homem pode fazer substituir-se para todos os effeitos da sua actividade mo-



tora, mas não pode fazer substituir-se para os effeitos da sua actividade moral. Por isso os mandatos para governar são verdadeiras usurpações.

Estamos d'aqui a ver sua ex.<sup>a</sup> encolher os hombros e sorrir, compadecido e sceptico, ao que chamará talvez — o nosso anarchismo de salão. Agora é, com effeito, moda usar anarchismo no lenço. 'Comtudo, ex.<sup>mo</sup> senhor, o nosso anarchismo é o que ha de mais praça publica. Nós não fazemos, falando assim, senão exprimir a opinião d'aquelle pedreiro que além deita barro áquella parede, aparentemente a asso-biar o *maxixe*, mas no fundo a ruminar o futuro. V. ex.<sup>a</sup> pretende, segundo temos podido deprehender das suas palavras, organizar um governo popular. Ora, v. ex.<sup>a</sup> acredita que haja governos populares? A impopularidade é propria da funcção do governo e aqui está Anatole France que admiravelmente a define: governar é descontentar. V. ex.<sup>a</sup> imagina porventura que a nação será mais feliz pelo facto de ser v. ex.<sup>a</sup> e não o sr. Hintze, ou o sr. José Luciano, quem cobre os impostos? Não! A funcção do Estado, seja quem fôr que a exerça, é cada vez mais antipathica e cada vez os povos a acceitam com menos resignação. O Estado é um systema de extorsões, e os povos cada vez comprehendem

menos os pretextos de que elle se serve para as fazer. A idéa de patria é, por exemplo, um d'elles, e não vê v. ex.<sup>a</sup> como o sentimento do patriotismo em toda a parte decae?

A impopularidade dos governos — este é o facto — não resulta dos individuos que o exercem, mas da sua mesma significação. O governo é impopular porque é o governo, e ponha v. ex.<sup>a</sup> no ministerio da fazenda não diremos o sr. Mello e Sousa, mas o mesmo S. Francisco d'Assis e o governo será de toda a fórma impopular.

Mas nós comprehendemos. Sua ex.<sup>a</sup> quer um governo com auctoridade moral. Quer dizer, s. ex.<sup>a</sup> quer um governo com as mãos limpas.

Ainda n'este ponto, nos permittimos divergir de sua ex.<sup>a</sup>

A moralidade da acção governativa não deve fundar-se na probidade dos homens, mas — permitta-nos sua ex.<sup>a</sup> que o digamos — na segurança dos cofres.

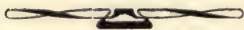
A probidade é uma excellente coisa, mas uma boa chave é muito melhor. A base da organização do Estado não é portanto a confiança, mas a segurança. A confiança é um sentimento domestico; só a segurança dá garantias publicas.

O sr. João Franco quer auctoridade moral. — Nós pediríamos antes responsabilidade.

Homens de bem temos tido muitos. Gover-

nos maus, todos tem sido, o que parece demonstrar que a probidade dos homens não é uma condição essencial dos bons governos.

Depois, nunca se pergunta ao homem que vae governar se elle é um homem de bem. Essa pergunta é indiscreta. O que se lhe pergunta, isso sim, é se elle tem capacidade para exercer o governo.— Ainda o que nos pode consolar da idéa de ser governados, é a idéa de que o estamos sendo com algum espirito.





*Junho, 2.*

VIM no *Figaro!* exclamava o Carlos da Maia.

A semana passada, nós viemos no *Figaro* — e sabeis vós o que é vir no *Figaro*?

Vir no *Figaro* é conquistar o mais alto premio da celebridade.

Assim como ha homens, assim ha povos obscuros. — Nós eramos um d'elles. Não se falava em nós senão sob pretextos mercantis. Vi-nhamos é certo, uma ou outra vez, nos jornaes — mas onde? Nos boletins financeiros, que ninguém lê, entre as cotações do Ottomano e as do Mexico, debaixo d'esta rubrica niveladora — *Rentes étrangères.*

Não eramos mesmo em rigor uma nação: eramos um fundo. Não eramos um lugar no planeta, uma civilisação, um paiz servido de

capitães, systemas de viação, theatros, policia: eramos o 3 %.

De nós, na realidade, não se falava nos jornaes senão muito de fugida, nas secções sem interesse que se relegam para a ultima pagina e com o tédio que inspiram os valores sem premio. A palavra *Portugal* não se pronunciava mesmo em França senão nos barbeiros. Portugal andava lá fóra na cabeça de toda a gente, sob a forma de loção. Mais nada. Para nos designar, a imprensa de Paris não dizia Portugal: dizia — o *Portuguez*. «O Portuguez 3 % não passa da cêpa torta: 59, 65 — 59, 67.» Quando se occupavam um pouco mais de nós era para nos conferir o titulo de — «paiz de finanças avariadas.»

Certamente, Reillac fez-nos uma larga réclame; mas que horrivel réclame! Uma réclame de cartaz, uma réclame de parede, uma réclame charlatanesca e affrontosa de pilulas Pink e de Emulsão Scott! Nas mãos de Reillac não fomos uma nação: fomos uma droga. Em resumo, lá fóra não se dizia de nós uma palavra que nos fizesse entrar na civilisação. Em vão reconstruimos Lisboa, rasgavamos a Avenida, faziamos predios novos, tomavamos chá ás cinco horas e iamos a S. Carlos de casaca. Em vão! A nossa sociedade renovada, os nossos brilhantes

costumes, a nossa cultura, o nosso gosto escapavam á curiosidade universal, e nós continuávamos a ser para o universo indiferente aos nossos progressos — o 3 0/0

O sr. Almada Negreiros por um lado, Xavier de Carvalho por outro, procuravam introduzir aqui e ali na imprensa franceza, uma ou outra noticia a nosso respeito. Em vão! As noticias saiam, muito sumidas e sovinas, entre annuncios da agua purgativa de Janos e réclames aos romances do sr. Pierre Maël, mas não saia mais nada. Por seu turno, os estrangeiros que uma ou outra vez nos visitavam, sem deixar de apreciar aquillo a que nós chamamos «a nossa hospitalidade» e que é a hospitalidade do Avenida Palace, e fartamente gabando aquelles dias de vento e de chuva que costumamos incluir no numero das «bellezas naturaes do nosso clima», não davam ao regressar aos seus paizes, qualquer signal de vida. Em vão percorriamos os jornaes lá de fóra. Nada! Dir-se-hia que se fazia em torno de nós a conspiração do silencio e que a Europa estava conluiada para nos occultar ás vistas da civilisação.

Para que servira afinal um tão paciente esforço? para que fizera o sr. Conceição Silva o seu predio da Avenida? para que se puzera um lettreiro no parque Eduardo VII? para que se



mandara fazer um fato novo ao sr. Antonio de Azevedo — se nada d'isto devia servir, se tudo isto estava condemnado ao abandono e ao olvido? Ultimamente nós tínhamos a impressão desconsoladora de que a nossa civilisação era um jantar, de que tinham de voltar para dentro — todos os pratos. Já mesmo pensavamos em sustar alguns novos melhoramentos em projecto. Tínhamos posto de parte a idéa de construir um palacio de justiça e um lyceu. Ladrihámos a Avenida até ao coreto, mas não fomos mais além. Para quê, se tudo tinha de ficar ignorado? As arvores do Campo Grande começavam a deixar crescer o cabelo.

N'isto — eis que tudo se muda e o *Figaro* fala de nós e nós vimos no *Figaro*! E' o caso que M.<sup>elle</sup> Bartet faz publicar na grande folha parisiense uma opulenta *interview*, em que ao abrigo da forte auctoridade d'aquella eminente actriz franceza, nós apparecemos aos olhos do mundo sob os aspectos mais attrahentes e risinhos — como civilisação, como intellectualidade, como cultura, como gosto e — bemdito Deus — como clima!

Em todo o caso — convem dizer — ainda isto não nos sahe de graça. Os preços de M.<sup>elle</sup> Bartet são bastante puchados.



*Junho, 7.*

UM correspondente de Paris, resumindo o artigo de Guerra Junqueiro, publicado na *Revue des Revues*, diz que o illustre poeta descreve n'esse artigo as experiencias feitas com o sal *radium*, no seu laboratorio.

No seu laboratorio !

Ora aqui está uma coisa que vae surpreender muita gente.

Como acreditar que Junqueiro possa ter um laboratorio ?

Não sendo um chimico e muito menos um alchimista, mas tão sómente um poeta lyrico, o seu laboratorio, pelo menos para o espirito do vulgo, deveria ser a natureza.

Como suppor que um poeta tenha um labo-

ratorio e sobretudo — para quê? Mesmo quando faz sciencia o poeta não põe oculos: — põe azaes

Os seus instrumentos de observação, quaes são elles?

Os seus olhos.

A sua officina, qual é ella?

O Cosmos.

A idéa de que Junqueiro tem um laboratorio, apparece á primeira vista como coisa absurda. Um laboratorio, com os seus instrumentos de analyse, os seus fogareiros, os seus alambiques, as suas retortas, os seus bocaes, os seus reagentes, não tem pés nem cabeça, ou pelo menos não parece tel-os.

D'ahi, uma horrivel confusão no espirito publico.

Dada a existencia d'este laboratorio na vida e nas acções do poeta, o publico fica talvez imaginando que Junqueiro faz poesia lyrica como o sr. Achilles Machado faz chimica e que a *Morte de D. João*, a *Velhice do Padre Eterno*, e os *Simples* não são poemas, mas preparações.

A idéa do laboratorio pode induzil-o em equivoco até ao ponto d'elle acreditar que a obra de Junqueiro toda ella, está em frascos.

Certo, o publico muito bem sabe que Junqueiro tem um vasto poder cerebral e que não

é apenas uma imaginação fecunda, mas uma razão activa e forte. O publico conhece os seus trabalhos sobre os males das vinhas e sabe quanto elle se interessa pelos enygmas da sciencia.

Não importa! Essa mesma sciencia, pelo facto de concorrer na pessoa de um tão alto poeta, lhe ha de apparecer como não tendo cabimento algum nos laboratorios.

Quando um poeta faz sciencia, elle faz sempre poesia.

Que importa que a sua sciencia seja perfeita? Que importa mesmo que seja admiravel?

Para o nosso espirito, assim como a sua arte, o seu saber deve estar absolutamente desatrechado e ser o resultado não de collaborações terrenas, mas de inspirações divinas.

Para nós, isto é, para as tocantes superstições que andam associadas no nosso espirito á idéa de Poesia, Junqueiro não estudou, não aprendeu, não observou, não analysou — coisas indispensaveis aos sabios, inuteis aos poetas. Não lhe foram precisos compendios, livros, instrumentos, aparelhos. Não lhe foi sobretudo preciso — um laboratorio.

Bastou que uma voz, voz secreta, voz mysteriosa, voz encorporada na natureza para lhe revelar os seus segredos, lhe dissesse um dia:

— «Junqueiro! Todos os seres reproduzem e

resumem no seu organismo a historia completa da sua evolução».

— «Junqueiro! O atomo primordial como evolutivo em si veio, independentemente dos outros atomos. O atomo A 1 não se tornou no atomo A 2 para não ser já A 1; A 3 para não ser já A 2; A 4 para não ser já A 3, e assim successivamente na marcha da evolução, até o ultimo limite».

Eis aqui o que imaginam as nossas imaginações.

Perfeitamente sabemos que o radio e a radiação universal são questões de um saber positivo, que o poeta assim como o sabio só conheceram mediante uma forçada applicação e um lento exame.

Embora! Para a nossa imaginação acostuada a não ver nos poetas senão interpretes mysteriosos da natureza, os poetas não sabem, não estudam, não aprendem coisa alguma: adivinham como os somnambulos, as videntes e as mulheres que deitam cartas.

A idéa do laboratorio destroe no nosso espirito a idéa da poesia.

Se nos dissessem que Hugo tinha um laboratorio, deixariamos *in-continenti* de ver o velho homem da *Légende des Siècles* na sua eterna função de pensar, com a sua fronte augusta encostada a um dedo gordo, como no retrato



de Bonnat, e passaríamos a ver não um alchimista, mas peor — um boticario!

Os poetas, depomol-os no regaço da Natureza — nos bosques solitarios, junto das claras fontes onde os melros vem beber, nos atalhos onde ha moitas de amoras e onde os namorados vem falar, na graça e na harmonia das manhãs vibrantes, no esplendor das noites estrelladas.

Quando não os vemos na natureza, vemol-os em casa, e então o poeta é para nós uma capa caida no chão, uma velha cadeira de braços onde ficou esquecido um livro, ou uma mesa onde arrastam papeis e onde um moço sonhador que adormeceu sob o *abat-jour* de uma lampada que se apaga, recebe nos seus cabellos soltos o beijo vago de uma mulher que não põe os pés no chão e que é — a Musa. Foi assim que nós vimos Goethe em Weimar, Byron em Ravenna, Schelley em Marlow, Musset em Capri e, quando eramos novos e liamos a *Musa em férias*, era assim que nós viamos Junqueiro.

Agora, diante d'este Junqueiro mettido n'um laboratorio a manipular o radio, todos nós somos surpresa, espanto e confusão, e por muito que nos garantam que elle tem um laboratorio, nós não o queremos acreditar, a não ser com a condição de que esse laboratorio seja — uma sala de bilhar.





*Junho, 10.*

**A**s capitaes são sempre condemnadas desde Babylonia; como focos de corrupção, e justamente Lisboa frequentemente o é.

Lisboa é o cancro.

Em Lisboa, está o mal e estão todos os males: os males publicos e os males privados — a dissolução de cima e a de baixo, os negocios, as aventuras, as fortunas feitas n'um dia, as mulheres conquistadas n'uma hora; os politicos que custam um dinheirão, os restaurantes que levam coiro e cabelo, a banca franceza, a *cocotte*. Aqui se perde o paiz e aqui vem perder-se — os rapazes.

Consideremos no entanto um momento só os factos. O que os factos nos dizem é que Lisboa não está á altura da sua reputação de cancro.

Já é difficil admittir que os rapazes se percam em capital de costumes tão severamente policiados que não é simplesmente permittido, na rua, pedir a uma saloia um beijo. Os espectaculos não podem acabar depois da meia noite, os restaurantes são obrigados a fechar á uma. Depois d'esta hora, o unico excesso permittido á população consiste em poder bater as palmas ao guarda nocturno. Admittindo, porém, que os rapazes se percam em Lisboa, o que não é facil admittir é que o paiz encontre aqui a sua perdição. Ao contrario, nós ousamos affirmar que a perdição do paiz está. . . no paiz, e o paiz não é Lisboa. O paiz, verdadeiramente, é a provincia.

Diz-se commummente que o mal nacional é a politica. A politica é o que nos devora. Seja assim. Mas sendo assim, o mal está onde está a politica. Ora, onde está a politica? Em Lisboa? Não! A politica hospeda-se em Lisboa, mas onde ella está é na provincia. A politica em Lisboa, está nos hoteis, mas na provincia está nos corações.

Em Lisboa ninguem é progressista ou regenerador. Na provincia toda a gente é uma coisa, ou outra. A politica tem em Lisboa dependentes, mas só na provincia tem amigos. Lisboa não conhece facciocismos. Mesmo quando é re-

publicana — é molle. A provincia é feroz. Lisboa, no fundo despreza os politicos. A provincia adora-os. Os progressistas vivem em Lisboa, os regeneradores tambem; mas a sua força está na provincia. Uns dispõem de Traz-os-Montes, do Minho, da Beira; outros do Alemtejo, ou do Algarve. Ali tem os seus partidarios, ricos influentes, dominadores, senhores de terra, senhores feudaes, dando a chuva e o bom tempo; ali tem o seu povo lanzudo e bronco; ali tem as suas philarmonicas, ali tem os seus priores, ali tem os seus regedores, ali tem os seus foguetes.

D'onde vem elles afinal — os politicos?

Da provincia.

Lisboa não contribue para a politica senão com amanuenses. Os grandes homens vem todos da provincia. Só a provincia de Traz-os-Montes tem contribuido para a politica com algumas das suas mais obstruentes personalidades. E' ir simplesmente á camara. Uma representação nacional tão apresuntada só a podem fornecer os ares e as aguas das montanhas.

Agora, vejamos por quanto sae Lisboa e por quanto sae a provincia, que é no fim de contas do que se trata quando se trata de politica; e, por nossa vez, somos forçados a reconhecer que se Lisboa é um cancro, Lisboa é um cancro relativamente barato.

A capital está certamente, como todo o paiz, á meza do orçamento, mas n'essa meza occupa, digamos assim, uma ponta. Assim como não dá, Lisboa não pede coisa alguma. Os partidos não contam com ella. Ella não conta com os partidos. Além d'isso, não precisa. Lisboa tem a magnifica independencia das capitaes. Para ella affluem naturalmente as iniciativas e os empreendimentos, de que os governos não tem o privilegio e que não podem dar ou tirar. Comtante que a varram, a reguem e lhe cuidem dos jardins — está contente e não deseja mais.

A provincia, ao contrario, é excessivamente pedinchona. Como é ali que está a sua força, os partidos não lhe recuzam coisa alguma. O segredo da influencia local consiste em — *servir*. Incessantemente a provincia pede — estradas, ramaes, apeadeiros, pontes, caes, chafarizes, subsidios, doações, transferencias, remissões, caixas de correio, quartéis, regimentos, comarcas, logares, que é forçoso dar-lhe, para que não passe para os progressistas ou... para os regeneradores.

E aqui está — é isto o cancro, essa politica interesseira que só sustenta os partidos na medida dos favores que elles fazem; e este cancro não está, repetimos, em Lisboa, que nada pede aos partidos, mas na provincia que não os larga,

desde que elles sobem ao poder até que fazem testamento.

O cancro é a provincia.

Lisboa e o Porto começaram ultimamente votando contra os partidos. Pois bem! Na impossibilidade de corromper estas duas cidades, isto é, de lhes conceder, a troco do seu voto, comarcas que ellas não pediam, ou chafarizes, de que não pareciam precisar, os partidos fizeram a reforma eleitoral — destruíram a cidade civica. Metteram em Lisboa os saloios e no Porto os carrejões de S. Mamede de Infesta, isto é, — a provincia, as influencias ruraes, as populações ruraes, a ignorancia rural, a corrupção rural, a estupidez rural, sua unica força e — por muito que estas palavras possam parecer toni-troantes e sonoras — nosso unico mal.





*Junho, 12.*

Os jornaes estão vivamente empenhados na questão do monopolio dos tabacos, e nós não podemos ainda verificar quaes são os que se collocam do lado dos tabacos e quaes os que se collocam do lado dos phosphoros: o que vemos é que a questão interessa vivamente os jornaes.

Comtudo, se nos perguntassem a nós qual a nossa opinião sobre o monopolio, nós hesitaríamos antes de a apresentar, porque reflectiríamos que uma opinião n'este caso (e este caso é o de todos os negocios) só poderia interessar o publico se nós fôssemos, por exemplo, accionistas dos Phosphoros, ou dos Tabacos. A nosso vêr, como jornalistas, isto é, como instrumentos impessoaes e generalisadores de factos, a nossa opinião não teria um valor grande, ou pequeno, mas tão sómente um valor — nullo.

Ter uma opinião em todos os conflictos, sem



excepção dos conflictos de interesses, é tomar partido. Tomar partido em negocios é negociar e a nossa acção só se exerce n'um mundo de especulações inegociaveis.

Os jornaes de Lisboa tomam no emtanto partido e os phosphoros parecem obter a maioria dos suffragios. Assevera-se que a proposta dos phosphoros é vantajosa para o Estado. Da discussão, o que deduzimos é que a proposta dos phosphoros é um bom negocio — para os phosphoros.

O que a desajudada mas sempre forte razão na realidade nos diz é que, se o monopolio da fabricação do tabaco é um bom negocio, não ha razão para que os outros o façam, se nós o podemos fazer. Aqui está com effeito um negocio excellente, de um exito certo e de um resultado surprehendente. O que faz o Estado, a quem elle de direito pertence? Dá-o aos outros! Onde é que se viu isto? — Quem tem um bom negocio na mão, guarda-o para si; explora-o e enriquece á sua sombra.

Um monopolio é sempre um antipatico attentado á liberdade, e a liberdade não é apenas o direito de pensar, escrever, reunir, deliberar... Muitas vezes é tambem o direito de fabricar e de vender charutos. Parece no emtanto que esse direito é uma das prerogativas dos estados mo-

dermos, porque um grande numero d'elles o chama systematicamente a si. Diriamos que no plano da revolução que conquistou para o homem tantos direitos, ficou excluido o direito de vender tabaco. Levar para o seu tabaco ainda lhe é permittido. Vendel-o não. Em todo o caso, fabricando e vendendo tabaco n'este regimen de privilegio, o Estado augmenta os seus haveres e promove a sua prosperidade. No regimen da *régie*, os lucros admiraveis do monopolio refluem para a nação. São um sangue precioso que sáe e entra e que, sempre renovado, incessantemente rega e retempera todo o organismo da nação. Comprar um masso de cigarros ou uma caixa de charutos, no regimen da *régie* é pagar ao Estado uma contribuição nova que lá vae apparecer sob a forma de soldados, de espingardas, de navios, de escolas, das mil instituições de utilidade que recompensam o homem dos sacrificios da solidariedade civica — e no fim de contas é grato pensar, soltando uma baforada de fumo, que se está assim fazendo obra patriotica.

O regimen da *régie* é portanto o unico regimen logico e vantajoso: logico porque sendo um bom negocio é um bom negocio que não se perde, e vantajoso porque os seus lucros inteiros reverterem todos para a nação.

Mas o Estado desapossou-se dos tabacos. O Estado não sabe fabricar charutos. O Estado não sabe simplesmente enrolar um cigarro. O Estado não fuma. O Estado não tem vícios. Leilou os tabacos, poz em praça os tabacos. Vem então as empresas arrendatarias e concorrem a este excellente negocio. Nada nos move contra ellas, mas nada nol-as torna particularmente interessantes. Ellas fazem o seu negocio: estão no seu direito, mas não tem o direito de nos commover e apaixonar. Ao contrario, considerando a sua iniciativa, os seus lucros, que hão de vir, os seus dividendos que hão de dar, o sentimento que ellas podem inspirar-nos é o do despeito. Não se vê impassivelmente cair em outras mãos interesses que deviam ser nossos.

N'esta ordem de idéas não ha propostas melhores, ou peiores: todas são más. O Estado perde sempre, porque vae dividir interesses que deviam ser exclusivamente seus. Por muito vantajosas que sejam, essas propostas contem sempre o direito a um lucro que é d'elle e de que elle se priva.

Talvez se objecte no emtanto — porque o espirito das especulações tem replica para tudo — que o regimen do monopolio garante ao Estado um rendimento que elle não saberia tirar se

fizesse a exploração por sua conta; mas se isso é assim, o que isso prova é que o Estado não sabe administrar e nós temos então o direito de perguntar como é que os homens que occupam o poder são capazes de dirigir os negocios do Estado quando elles proprios se reconhecem incompetentes para dirigir simplesmente os de uma fabrica.

Se o monopolio dá dinheiro nas mãos de empresas particulares e não o dá nas mãos do Estado, o que ha a pôr a concurso não é o monopolio dos tabacos! — é o monopolio do Estado.

No fim de contas era uma idéa — pôr em praça o poder. Não está elle já nas mãos dos monopolistas? Tiral-o a esses e dal-o a outros. Governar a patria é um negocio. Quem pede reformadores? O que se pede são caixeiros. Preoccupa porventura o atrazo intellectual, a dissolução dos caracteres? O que preoccupa é o cambio. Um concurso de cambistas. Que concorressem á administração do Estado o Campeão ou o Testa e que entre os dois se escolhesse aquelle que o administrasse não diremos melhor, mas — mais barato.

Seria justo então que a imprensa manifestasse preferencia, sympathias e... palpites.



*Junho, 15.*

DIZEM da Serra da Estrella que é cada vez maior a repugnancia da população de Gouveia em acolher os tuberculosos que passam por ali em direcção aos sanatorios da Serra.

Tal facto—escreve um correspondente—chega a attingir a selvageria. E conta o seguinte:—  
«Ha dias, um doente, já depois de installado n'um quarto de uma hospedaria de Gouveia, quando tratava de descansar e preparar-se para a fastidiosissima jornada, foi intimado a sair, embora a pessoa que o acompanhava protestasse ter tomado o quarto com pleno assentimento do dono da tal estalagem, a quem fez sciente do estado do enfermo, obrigando-se a pagar no dia seguinte todas as desinfeccções que o delegado exigisse. A deshumanidade persistiu até ao ponto



de negarem agua ao doente. A auctoridade administrativa interveio, dando razão ao doente, mas, triste coherencia, obrigando-o a sair ás 11 e meia da noite, para a esquadra de policia, por não haver casa alguma que o quizesse receber.»

Depois que a philantropia e a hygiene começaram a occupar-se dos tuberculosos, os tuberculosos são uns desgraçados.

Emquanto não se reparou n'elles, viveram e foram quasi felizes. Ainda a tuberculose não se chamava assim. Chamava-se — *tysica*, ou *phthisica*, e inspirava uma tão grande sympathia que estar tysico era, para o effeito da solidariedade entre os homens, estar na bemaventurança. A *tysica* era uma enfermidade poetica. A poesia procurava n'ella as suas melhores inspirações. A litteratura, por sua vez, collocava se sob o seu patronato. Simplesmente tossindo, Margarida Gauthier fez o exito da *Dama das Camélias*, e quem pensaria então em *isolar* este caso romantico de amor? Ao contrario, nunca a *tysica* foi tão contagiosa como sob a forma de paixão redemptora. Durante largos annos, sob o imperio de Dumas filho, toda a gente, mais ou menos, tossiu, depoz em segredo no lenço um pouco de saliva. Escarrar sangue, hoje, é um stygma. N'esses tempos era um privilegio lyrico.

Sobrevem, no emtanto, a philantropia, a *tysica*



deixa a poesia, cáe nas mãos dos hygienistas, e o tysico conhece a adversidade. A tysica entra, como as religiões, na phase da perseguição. A sociedade organisa-se contra a tysica. Procuram-se os tysicos, como outr'ora se procuravam os huguenotes, á luz de um archote, com uma espada na mão, e, onde está o tysico, está o inimigo. O tysico é sequestrado ao convívio social. Não o mandam para a cadeia, porque a cadeia é ainda a sociedade e é preciso proteger, mesmo os malfeitores, do contacto dos tysicos. Mandam-n'os para os hospitaes especiaes, mandam-n'os para os sanatorios, mandam-n'os para as montanhas inaccessiveis, separam-n'os da familia, affastam-n'os das creanças, quebram os pratos de que elles se serviram. Quem aluga casa a um tysico? Se um tysico consegue introduzir-se subrepticamente n'um hotel, n'um casino, ou simplesmente n'um restaurante, é o panico. Reclama-se a expulsão do tysico e meio mundo debanda espavorido. Um pouco mais e queimavam n'os como herejes.

Assim como os antigos fanaticos dissimulavam a sua fé, o tysico dissimula então a sua tysica. Esconde a sua pallidez e, sobretudo, suffoca a sua tosse. Ah! tossir é o maior dos perigos contemporaneos! Tossir uma vez ou duas, pode ser um pigarro, mas tossir com frequencia é uma

coisa infinitamente suspeita. Quando o tysico sente a irremissivel necessidade de tossir, pre-texta incommodos passageiros, affasta-se, ausenta-se e vae tossir para algum logar solitario em que ninguem o ouça. O seu pensamento é esconder a sua enfermidade, porque mostral-a é peor do que tel-a. Elle o sabe e antes quer tel-a reconditamente e morrer d'ella, do que correr os riscos sociaes de a dar a cohecer. A sociedade organisada para se defender do tysico tambem o sabe, e, para que o tysico não lhe escape, determina a pesquisa do tysico. Na sua ultima sessão, a camara municipal de Lisboa assim o deliberou ordenando a pesquisa dos tysi-cos — *insipientes*. Esconder um tysico, é peor do que esconder um criminoso.

Os tysicos ficaram assim sendo infinitamente desgraçados, e ha uma coisa peor do que morrer, hoje em dia — é viver na consciencia d'esse terrivel mal.



*Junho, 23.*

COMO se faz o politico profissional ?

Ha os politicos de carreira e os politicos de circumstancia. O politico de carreira é aquelle que orienta a vida no sentido da politica, ou recebe dos seus autores, como uma herança, a indicação de que deve entrar n'ella. Algumas vezes são as suas familias que lhes marcam o seu destino. Ainda elles não fizeram a primeira communhão, já seus paes dizem affagando-lhes o melão com carinho: «Este ha de entrar na politica». Como hão de entrar na politica, vão para Direito, E' o curso mais facil e é o que está na tradição das carreiras politicas. Um politico medico, um politico engenheiro tem o ar de um homem que falhou na medicina e nas pontes e calçadas. O diploma do bacharel em

direito, ao contrario, não é uma profissão: é um titulo honorifico. E' uma especie de viscondado.

Feito o curso dos lyceus, o futuro politico de carreira entra *in-continenti* na Universidade, onde, enquanto faz os cinco annos de Direito, se prepara para as luctas parlamentares, fala nas reuniões do Club Academico, esboça as suas primeiras noções de ordem, afina a voz para os primeiros apoiados. Ao mesmo tempo revela as suas opiniões. Antigamente, em Coimbra, o politico de carreira era republicano. Assignava manifestos, promovia tumultos, dava vivas á Republica, á noite, ao recolher da batota. Mas a bonhomia com que antigamente se considerava estas manifestações chamadas de «sangue na guelra», cedeu o lugar á intolerancia. Pediu-se responsabilidades á juventude. Assim, ao entrar na Universidade, o politico de carreira senta logo praça, e, para todos os effeitos, declara-se regenerador, ou progressista, segundo o partido onde já tem marcado o seu lugar. Conhece os homens do partido, assigna os jornaes do partido. Tem um chefe. No partido contam com elle. Em Lisboa, mesmo, pelas ferias, apparece no Centro. Já um circulo espera que elle «faça acto» para o mandar á camara.

O politico de circumstancia entra na politica sem premeditação, por acasos da vida, protec-

ções, um casamento rico. Já não é novo. Antes de entrar na politica, andou ás apalpadellas por outras profissões, foi medico sem clinica, advogado sem clientes, funcionario obscuro na provincia, ou no sedentarismo do Terreiro do Paço, esteve no commercio, jogou na Bolsa, jogou na Loteria, furou por aqui e por ali em busca de uma fortuna que nunca veio. Mas um dia encontrou no poder um antigo condiscipulo, um velho companheiro de casa d'hospedes que lhe deu a mão, o empurrou para dentro de um circulo vago; ou então, casou bem, teve propriedades, influencia local, votos. Subsidiou um jornal de provincia, guerreou os progressistas, ou os regeneradores, capitaneou galopins, e o governo, no primeiro ensejo, deu-lhe uma cadeira em S. Bento.

Outras vezes o politico de circumstancia é o resultado de uma longa fidelidade, senão aos principios, aos homens, e o seu circulo representa uma forma de pagamento de serviços pessoaes. E' aquelle sujeito que acompanha sempre tal ministro, ou tal homem politico, que o espera no corredor da camara ao sair das sessões, para o acolytar caminhando a seu lado, com deferencia e sympathia; que na rua o faz desviar dos carros segurando-o docemente em um braço, e que em casa corre zelosamente a



fechar as janellas abertas por onde passam correntes d'ar. Um dia, o politico de circumstancia, tendo largamente servido senão um partido, um homem, vê o premio dos seus serviços: é levado á camara e é então aquelle deputado da maioria que a gente vê das galerias correr para um sujeito emproado que o chama com um dedo e lhe dá uma ordem breve.

O politico profissional, seja de carreira, seja de circumstancia, constitue no nosso meio social uma actividade á parte. Não está na sociedade: está na politica. A politica é a sua occupação. Quando a camara está aberta, a sua occupação é ir á camara. Quando a camara fecha, então vae ao Centro. Ainda exerce a sua actividade por outras fórmãs, mas sempre no sentido da politica. Assim vae a S. Carlos, onde á noite, nos corredores, se discute politica, e, se é homem de rua e de passeio, passa um sobretudo, mette um charuto nos dentes e vae depois do jantar um bocado á Havaneza. Nas fériãs vae á provincia, onde se tem uma propriedade, acampa; mas não imagineis que o profissional da politica reentra ahi na sua funcção social. Ahi, na simplicidade da natureza, o profissional da politica, faz politica. Manda que lhe remettam o *Correio da Noite*, ou a *Tarde*, recebe á sobremeza os seus amigos... politicos,



conta, passeiando por entre as vinhas, sob um guarda-sol, os casos da politica.

Por outro lado, se a politica é a sua unica occupação, o seu partido é o seu unico dogma. Fóra do seu partido, que lhe dá o santo e a senha, o politico profissional não tem orthodoxias. Não tem mesmo opiniões. Não é atheu, ou deista, espiritualista, ou materialista, individualista, ou collectivista. E' simplesmente progressista, ou é regenerador.

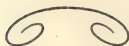
O politico profissional ama o seu partido. Dentro do seu partido não é sómente um sectario: é um devoto. O seu sectarismo é uma fórmula da beatice. O seu chefe é uma especie de padroeira e as suas reuniões são novenas do Mez de Maria. Assim, o politico profissional — phénomeno caracteristico de todas as formas do sectarismo religioso — não abjura. E' duramente, teimosamente, irraciocinadamente progressista, ou regenerador — até á morte... A esta devoção chama disciplina, a esta disciplina sacrifica toda a sua personalidade e que ella o mande andar de gatas: — elle andar.

O politico profissional não tem outras paixões senão aquellas que resultam da politica. Mesmo quando é jovem não tem outras. Raramente celibatario. O celibato é um perigo para o homem politico. Além d'isso, diminue a sua austeridade.

O celibatario não inspira confiança. Só o homem casado dá garantias sociaes. O casamento é uma folha corrida. Quando não é casado, o politico profissional casa. E' sobrio. Não bebe, ou corta o seu vinho com alguma agua mineral. Não fuma, ou só fuma um charuto autoritario e grosso. Não traça com garridice; não arvora nunca um chapéu de palha, ou uma gravata flammante. Na vida politica, a sobrecasaca é de rigor. Se não tem casa sua em Lisboa, hospeda-se no Borges.

Constituindo na vida uma fórma restricta da actividade, o politico profissional vive do mesmo modo no seio de uma sociedade restricta. Os seus amigos são os seus amigos... politicos. Se tem outros, occulta-os cuidadosamente, como diversões condemnaveis. Escolhe as suas relações entre os homens politicos, é affavel com os adversarios, mas só é affectuoso, familiar, intimo com os correligionarios. Para o politico profissional, o correligionario é mais do que um individuo da mesma religião: é um individuo da mesma familia. Na sua companhia, affrouxa a rigidez profissional, dá-lhe o braço, sorri, e á noite mesmo, ao sair de S. Carlos, não hesita em ir com elle, recatadamente, sacrificar a Venus Mercenaria n'algum templo clandestino, apenas conhecido de alguns deputados da maioria.

Fóra da companhia dos seus amigos politicos, dos seus confrades, dos seus correligionarios, o politico profissional é um homem morto. Os interesses que se debatem na sua presença não são da sua alçada, ou da sua competencia. Discute-se philosophia, sciencia, arte, litteratura, mulheres, cavallos, modas. O politico profissional encavaca e amúa. Está exilado.





*Julho, 2.*

**A**s incessantes innovações da therapeutica estão industrializando a medicina no mais alto gráo.

Inauguram-se a cada passo em Lisboa novos institutos clinicos, e, segundo se deprehende das réclames dos jornaes, não são consultorios — são casinos, são hoteis, são os *Avenida Palace* da medicina. Estes novos estabelecimentos possuem vastas instalações, salas de leitura, salas de duche, salas de inhalações, *ateliers* de photographia, casas de machinas, ascensores, cozinhas, campainhas electricas, telephones e um pessoal numeroso.

Como vae longe o tempo em que, para exercer a medicina, bastava ter uma mula e uma seringa! Mas a civilisação cada vez torna a vida

mais complexa. Antigamente os medicos não tinham mesmo consultorio. Iam a casa dos doentes. Por outro lado tambem, antigamente os doentes não andavam a pé. Para estar doente, a condição essencial era — estar deitado. A primeira coisa que o doente fazia, quando se sentia doente, era metter-se na cama, enfiar na cabeça um barrete de algodão e — gemer.

O doente d'hoje anda pelo seu pé, passeia, vae aos theatros, conversa nas esquinas. A certa hora do dia pucha do relógio. E' a hora da consulta. Despede-se dos seus amigos e vae ao consultorio. Outras vezes interrompe-se de conversar e tira com mimo, da algibeira do collete, um tubo de vidro, ou uma caixinha de cartão. E' o remedio.

Comprehendendo este novo aspecto das coisas, a pharmacia, por seu lado, apressou-se a operar uma reforma completa nos seus costumes. Antigamente uma botica era uma loja triste, onde cheirava a basalicão. Hoje, as boticas são perfumarias. O que é remedio esconde-se e mostram-se sabonetes e frasquinhos de *Trèfle Incarnat*.

Cedendo a estas novas necessidades, os medicamentos passaram a ser manipulados e apresentados por outra fórma. Antigamente, um remedio chamava-se — uma *garrafada*, e toma-

va-se d'olhos fechados, fazendo caretas. Quando o remedio chegava a casa, trazido n'uma garrafa preta por uma creada afflicta, havia lagrimas. Passava-se n'uma rua. Ouvia-se gritos. O que era? Era uma senhora que estava a tomar — o remedio. Os remedios de hoje foram submettidos a taes artificios de manipulação que, quando sabem a alguma coisa, sabem a agua de Colonia. Depois de os tomar, apetece deital-os... no lenço. Mas os remedios de hoje, em rigor, não tem gosto: são pastilhas, são bonbons, são granulos, são hostias, obedecendo á necessidade de serem portateis, para que o doente moderno o traga sempre comsigo, na rua, em passeio, no theatro, no baile. Para esse effeito, inventaram-se os mais graciosos involucros. Vê-se ao peçoço de uma senhora uma linda medalha de Lalique e imagina-se que é talvez o retrato do seu noivo. Não é. E' chlo-rato de potassa.

Os mediccs, está claro, não podiam deixar de acompanhar este movimento. Em meio de uma civilisação tão nova e de costumes tão requintados, o Doutor Semana era um anachronismo. A sua medicina mesmo caducara. Nenhuma pharmacia decente lhe aviava as receitas.

O Doutor Semana, resmungando, desapare-



ceu; e, com o doente novo, appareceu o novo medico.

Porque é que antigamente os medicos eram todos velhos? Porque se deixavam envelhecer? — O certo é que antigamente não havia medicos novos. O medico convencional era um sujeito grisalho, de luvas pretas e sobrecasaca preta abotoada até ás amygdalas, que entrava, punha o chapéu alto sobre uma cadeira, caminhava com ferocidade para o doente, pedia-lhe a lingua, tomava-lhe o pulso, consultava o relógio, receitava e saía, deixando após si um rasto de perplexidade e agonia.

Os medicos d'hoje são todos novos — mas que surprehendente mocidade! Ha uma colica em casa, chama-se á pressa um medico; apparece um rapazote elegante e viçoso, vergastando com uma bengalinha fina o vinco da calça. Quem é? — E' o medico.

O novo medico é joven, familiar, alegre, quasi estouvado. Quando se põe sério, percebe-se que é para apparentar mais idade. Nas casas em que entra, inspira uma viva curiosidade, sobretudo ás mulheres. A sua juventude surprehende e perturba, porque a ideia do saber, no espirito das mulheres, anda associada á da decrepitude. Pelo menos para ellas, o homem só tem autoridade scientifica, quando deixa de

as interessar. Emquanto é moço, ellas não comprehendem que elle seja senão — um homem. Para as mulheres em geral, um homem de sciencia sem cabellos brancos, quando é um doutor, é o doutor Fausto. Mas o novo medico receita, cura. Então não é o medico: é o prodigio. O seu saber apparece como um privilegio e o novo medico faz risonha carreira. O medico d'outr'ora longamente mourejava antes de ter simplesmente uma sege. O novo medico que triumphava faz as suas visitas no carro de Apollo.

O medico d'outr'ora não annunciava. Quando, de repente, se quèria saber onde havia um medico, perguntava-se ao gallego, ou ao policia. Os medicos não tinham nome; tinham apenas uma campanha. Tampouco se sabia onde, como e em que circumstancias se tinham feito medicos. Attribuia-se a todos os medicos indistinctamente, um saber egual, porque a fonte era a mesma — a Sapiencia. Os medicos, por sua vez, tendo estudado nas mesmas escolas e pelos mesmos livros, não estabeleciam entre elles distincções, porque eram filhos da mesma mãe e tinham bebido na mesma teta, o mesmo leite — a Sciencia.

Os novos medicos annunciam: annunciam em taboetas e annunciam nos jornaes. Já não se procura, como outr'ora, indifferentemente, um medico. Procuram-se certos medicos, como se procu-

ram certas lojas. Não é licito ignorar as suas moradas, como não é licito ignorar por exemplo, onde é o Ferrari, o Ramiro Leão, ou o Jeronymo Martins & Filhos. Entretanto, afim de manter activas as preferencias do publico, o nosso medico mantem o seu nome bem em evidencia nos jornaes, e a sua taboleta bem em evidencia na sua varanda.

Além d'isso, o novo medico já não entra na vida da clinica por uma porta obscura, como outr'ora. Antes de apparecer faz-se annunciar. O advento de um novo medico é como o advento de uma nova marca de charutos, e, assim, os novos medicos pululam, recommendando-se todos por uma especialidade differente e por uma chancellla nova. O medico novo não se limita a fazer um curso moroso nas escolas do paiz. Quando o acaba, corre a Paris, corre a Berlim, a colher amostras das ultimas modas da sciencia. Volta, e o seu primeiro cuidado é installar-se bem. Monta o consultorio, e então assiste-se a este espectaculo que escandalisaria o doutor Semana: o medico novo, inquieto, nas lojas dos estofadores — a escolher jutas.

Mas eis aqui os institutos clinicos, e o medico moderno assume então responsabilidades terribes: não lhe é preciso possuir apenas um saber activo, mas uma solida e resistente fortuna. Não

installa já um consultorio: installa uma fabrica, com machinas de curar, que provavelmente serão a medicina do futuro.



*Julho, 7.*

N<sup>o</sup> ha certamente no mundo uma cidade que, como Lisboa, opponha mais resistencia em ser feliz.

Conta-se que D. Pedro IV exclamava, diante da resistencia dos portuguezes em acceitar a liberdade que elle lhes trazia na Carta Constitucional — Arre! seus burros! Hão de ser livres!

Em Lisboa não ha melhoramento que não encontre resistencia e que não tenha de ser imposto quasi á força.

Quando Rosa Araujo falou pela primeira vez em deitar abaixo as grades do Passeio, para abrir a Avenida, ía havendo uma revolução. Fez-se um abaixo assignado para que se conservasse o Passeio, e não sabemos se houve comícios e se o commercio fechou as suas portas em signal de protesto; mas não seria de extranhar que assim succedesse. No dia em que as grades do Passeio

desappareceram foi um dia de lucto para Lisboa.

Quando se começou a abrir o tunnel da Avenida, houve panico. A idéa de um tunnel por baixo da cidade, pareceu diabolica. As casas iam cahir. Os senhorios reclamaram. Quem morava por cima do tunnel mudou-se á pressa. Por toda a parte, a imaginação via paredes a cambalear.

Quando sobrevieram os electricos, foi peor. Os jornaes publicaram estatisticas demonstrando que a tracção electrica era uma calamidade publica. Vieram engenheiros depôr. Fizeram-se campanhas. A tracção electrica appareceu como uma origem de infindaveis perigos: as ruas tornavam-se intransitaveis e todos os raios se abatiam sobre Lisboa, em dias de tempestade. Interveio a esthetica e a rede dos fios conductores foi considerada como coisa feissima, que maculava e deshonorava a cidade. A Igreja interveio tambem, reclamando em nome das procissões, que já não podiam passar com os seus pendões e andores. O commercio viu nos electricos uma causa de ruina. Os electricos iam arrebatâr, desviar a freguezia. O Chiado reclamou, não quiz electricos, protestou contra os electricos. Abaixo os electricos!

Finalmente os electricos vieram e quando Lisboa verificou que os electricos não eram perigosos



e eram prestantes, Lisboa adoptou os electricos. Ainda, durante algum tempo, resmungou. Alguns desastres pareceram justificar a sua repugnancia por esse util melhoramento; mas a breve trecho, reconhecendo que afinal só succediam desastres ás pessoas que não andavam nos electricos, toda Lisboa, finalmente reconciliada com o Progresso, desatou a andar nos electricos.

Eis, porém, que se fala em levar os electricos a bairros que elles ainda não servem e onde são immensamente precisos e já novas resistencias se oppõem a que os seus admiraveis serviços se tornem mais completos.

Os moradores dos bairros distantes de Santa Isabel, da Lapa e de Campo d'Ourique não tem electricos. Reclamam — diga-se em sua homenagem — os electricos; mas um embaraço se levanta a que possam gosar com promptidão esse indispensavel melhoramento. Esse embaraço — é o Ascensor, o ascensor que invoca direitos, tradições, cicatrizes, cabellos brancos e que se oppõe aos electricos.

Certamente o ascensor foi util, como foi util a espingarda de pederneira. Prestou serviços que seria ingratidão esquecer. Lisboa é uma cidade de altas, escarpadas collinas, que nossos avós e nossos paes longos annos subiram a pé, suando e gemendo. Nós mesmos conhecemos esses Cal-

varios e trepámos a custo pelos seus tremendos declives ; e quando o ascensor veio todos nós o saudámos como pura maravilha do Progresso e como instrumento utilissimo de commodidade social. Mas o que justamente é proprio do Progresso é o movimento. Se o progresso estivesse parado não seria — o Progresso. Depois do ascensor veio o electrico e o ascensor foi condemnado a desaparecer.

A sua teimosia em viver, em subsistir, em querer ser util, quando já não é preciso, só póde explicar-se por esse espirito de resistencia ao Progresso, que faz com que Lisboa não se despeça nunca do Passado senão no meio de lagrimas e gritos.

Diz-se que o Ascensor quer construir electricos.

É absurdo.

O Ascensor tem um direito unico — o de morrer.

Está na agonia. É vel-o simplesmente trepar a calçada da Estrella. O espectaculo da sua decrepitude é de fazer chorar as pedras. Não anda : vae de gatas. A sua marcha é arquejante e dir-se-hia que se cança tanto de subir, como se fosse a pé. Todo elle é estremecimentos, arranços, indecisões, tremuras.

Quando entra a descer pelo pendor dos Pau-

listas, diríamos que tem vertigens e que vae cair, rolar pela calçada abaixo. Quando se precipita pela valla da rua de S. Bento, abandonado a si mesmo, diríamos que perdeu a razão e vae atirar-se de encontro á rampa da calçada da Estrella, farto de viver, farto de servir, farto de trabalhar. Todo o seu velho organismo se desconjuncta e clama ruina. Os seus ossos estalam.

A sua velhice é tão manifesta e as suas enfermidades tão evidentes que andar no ascensor é uma dôr d'alma e uma deshumanidade. Sofre-se por elle, como se elle fosse um organismo vivo; e vel-o passar nas ruas faz tanta pena, como ver passar, excessivamente carregado, um velho animal fóra de serviço. O Ascensor geme ao peso dos seus passageiros. Basta simplesmente pôr-lhe um pé em cima. O Ascensor cede, oscilla, fica um momento a tremer. A medida que se vae enchendo parece que vae vergando.

Quando se enche, não é um ascensor: é uma mudança, e pela calçada da Estrella acima, cheio de gente, pequeno de mais para o seu ambiente, fraco de mais para o seu tempo, verdadeiramente faz dó.

Tem então paralyrias. Pára. Os seus passageiros apeiam-se contristados, porque já sabem: elle não se move tão cedo. Juntam-se magotes de povo. Pergunta-se — «O que tem o Ascen-

sor?» A policia accorre imaginando que é precisa uma maca. Os *reporters* tomam nota da occorrença. Pobre ascensor!

O Ascensor — eis a verdade — é um sobrevivente. Como tal, se não devemos desejar-lhe a morte, devemos pelo menos promover-lhe o repouso. Trabalhou, foi util. Descance. Vá para um museu, ou vá para um asylo.



*Agosto, 5.*

*Le monde marche!* O *Diario de Noticias* levanta o problema do casamento.

O casamento — diz conceituosamente o nosso presado confrade no jornalismo e na philosophia — é uma loteria, onde os homens jogam a sua liberdade e as mulheres a sua felicidade.

Justo.

O casamento é uma loteria em que, como em todas as loterias, a sorte grande sáe... aos outros.

O casamento, como a loteria, é uma superstição.

No emtanto, d'estas duas superstições, — a loteria e o casamento, o casamento é uma superstição maior, porque se a felicidade pela loteria está nas mãos do accaso, a felicidade pelo casamento nem no accaso está. O marido espera-a da mulher, a mulher espera-a do ma-

rido, mas nenhum d'elles geralmente a traz. Sáem ambos brancos.

Alguma coisa porém, saiu: ao marido saiu a mulher, á mulher o marido, e então o casamento não é uma loteria — é uma ratoeira. Onde parecia haver felicidade, havia apenas — toucinho.

Porque é então que o casamento mantém inalteravelmente os seus creditos?

Pela mesma razão porque a loteria os mantém — o casamento pela isca da felicidade, a loteria pela isca da sorte grande.

O casamento, como a loteria, são jogatinas em que tanto o homem como a mulher trazem sempre debaixo d'olho a perspectiva de um grosso lucro com um pequeno empate de capital. O casamento é a felicidade — barata.

O homem pede ao casamento um milhão de coisas fabulosas. Pede-lhe commodidade, doçura, hygiene, repouso, bom somno, boa meza e roupa lavada a tempo e a horas. O seu egoismo não lhe diz que o casamento é um contracto bi-lateral: o homem vae para o casamento como quem vae para um bode. A sua mocidade deu o que tinha a dar. Passou a idade das paixões. A paixão é um lume muito forte, que não convem á vida matrimonial. O matrimonio aquece-se a banho-maria. Entrou no regimen do



rheumathico e do pigarro matinal. Pede felicidade, mas pede tambem — tratamento. O casamento apparece-lhe com as seducções de um sanatorio — habitos regulares, bons ares e comidas simples.

Casa — e que pede elle á mulher? Tudo. Pede-lhe belleza, graça, virtude, fidelidade, constancia, bondade, paciencia, economia, pericia, bom humor. Pede-lhe que seja formosa, sem ser *coquette*, que seja assidua sem ser pesada, que o ame mas que o não masse, que se vista bem mas que se vista barato, que o alimente bem mas que o alimente em conta, que o espere com resignação, que o acolha com alegria, que não o atormente com ciumes e não lhe peça para ir ao theatro. Além d'isso, pede-lhe que seja rica e que toque piano.

Quer dizer: o homem que busca a felicidade no matrimonio não se habilita a menos de cento e cincoenta contos.

A mulher, por sua vez, o que pede ella ao casamento?

O homem pede ao casamento bem-estar. A mulher pede-lhe, antes de mais nada — poesia.

A mulher é romantica e imagina o casamento segundo moldes litterarios. Não se contenta portanto com um marido: pede-lhe um personagem de romance. Ama? Não o sabe. O ca-

samento lh'o dirá, porque o casamento ha de, além de tudo, decifrar o enygma da sua personalidade. Ella tudo espera do casamento, porque se os desejos do homem são concretos, os seus são abstractos. O casamento vae trazer-lhe tudo: o que ella quer e o que não quer, o que sabe e o que não sabe. Ao casar, a sua imaginação não tem programma e está preparada para todas as surpresas... agradaveis. N'uma palavra, a mulher pede ao casamento — ideal e *ideal* é o que ella não imagina. Ora, o que não imagina uma mulher é muito mais fabuloso do que o que ella póde imaginar.

Casa — e o que pede ella ao marido? Eguamente tudo.

Pede-lhe que a ame com pontualidade e bravura, e que lh'o repita sem cansaço pela sua bocca, porque o que verdadeiramente persuade as mulheres da gloria de ser amadas não é que lh'o provem, mas que lh'o digam. Pede-lhe generosidade e largueza. O marido avaro, o marido resmungão, o marido chicaneiro é o mau destino. O ideal da mulher é o marido mãos-rotas, o marido que paga — e não bufa. Pede-lhe que seja emprehendedor, batalhador, trabalhador, furavidas. Ao mesmo tempo pede-lhe que seja methodico, regular, caseirão e gata-borrallheira. — O ideal da mulher é um marido que recolha a ho-

ras. Pede-lhe bom humor, bom genio, conformidade, boa-bocca. Pede-lhe mocidade, pede-lhe fidelidade, pede-lhe viagens, pede-lhe aguas mineaes, pede-lhe banhos do mar. Pede-lhe — a lua.

A felicidade, já se vê, não vem, porque nem um nem outro a levam comsigo. O marido pede, a mulher pede. Nenhum dá. Cada um suppõe ser a felicidade do outro e nenhum o é, porque cada um espera receber e nenhum procura dar.

Assim o casamento é um terrivel equivoco, porque pertence ao numero d'aquelles que não tem remedio. Perder na loteria é uma desillusão. Perder no casamento é um desastre.

O casamento continúa a ser, no emtanto, uma das mais predilectas superstições do homem e — da mulher. A razão está em que o homem, assim como a mulher, são uma fonte perenne de illusão. Cada um se imagina no casamento, como na loteria, incessantemente destinado ao privilegio de uma felicidade que os outros não tiveram, e cada um infatigavelmente se habilita a conquista-la, embora com o risco de a perder para sempre.

Pobres homens e pobres mulheres !



*Agosto, 7*

O sr. governador civil de Lisboa está animado de um verdadeiro espirito de reforma.

Assim é que, zeloso da moral das ruas, sua ex.<sup>a</sup> acaba de determinar que os soldados do batalhão de Cythera — se nos é licito servir-nos d'este euphemismo — não possam entregar-se ás suas habituaes manobras senão da meia-noite á madrugada, hora a que sua ex.<sup>a</sup> suppõe que os habitantes estejam todos recolhidos.

É justamente o contrario do que se faz em toda a parte. Em toda a parte se legisla para a noite e a noite é considerada inviolavel, por ser a hora coimmum do repouso. Faz-se fechar os restaurantes, para que a sua luz e o seu ruido não perturbem a tranquillidade geral. Prohibe-se os ajuntamentos e os tumultos. Um piano que se demore a tocar uma valsa lenta é mandado calar. Um noctambulo, simplesmente trauteando a

uma esquina a serenata do *Fausto* é mettido na cadeia. A noite não nos pertence, como nos pertence o dia, que podemos dividir e empregar á nossa vontade. A noite é de todos e por ser de todos é um bem colectivo sobre que velam instituições, leis, auctoridade, policia. A noite é o somno, a noite é o silencio, a noite é a paz. A noite é a suspensão de todos os negocios. A noite é a suspensão de todos os conflictos. A noite é um armisticio.

O que faz o sr. governador civil ?

Subverte todas estas noções e faz da noite — dia.

Mas salva a Moral — dirá elle.

Não salva coisa alguma.

Em primeiro logar, esconder um mal não é debella-lo.

Depois, tem o sr. governador civil a certeza de que relegando-o para a noite o esconde melhor?

Ao contrario, põe-n'o muito mais á vista.

Alguns olhos dardejando no meio da multidão sob a larga fachada de alguns theatros espaventosos podem talvez ser um rapido e passageiro escandalo social, posto a sociedade não tenha o direito de se escandalisar com factos que promove; mas um gynecéo é um escandalo maior. Ora, o novo regulamento do sr. governador civil faz de Lisboa um gynecéo, que abre é certo



á meia-noite, mas que nem por isso dá menos nas vistas, porque o escandalo não consiste em se ver o facto, mas em se saber que elle existe.

O sr. governador civil — eis afinal o que foi — encontrou-se em presença de um problema social sobre todos difficil e imaginou resolve-lo como certas *menagères* resolvem o problema da limpeza — atirando-o para um canto.

Sua ex.<sup>a</sup> atirou-o para a noite. — A noite, no ponto de vista de sua ex.<sup>a</sup>, é um barril de lixo.

\*

\* \*

Dois escriptores hespanhoes se encontram entre nós e — são favas contadas: a Hespanha vae mais uma vez saber que possuimos um navio de guerra a que demos o nome de *Terror dos Mares* e bem assim que contamos pelos pés os cavallos dos nossos esquadroes de cavallaria.

D'estas duas noções se alimenta a Hespanha a nosso respeito, ha bons dois seculos, e não ha maneira de a dissuadir: Portugal é, para a Hespanha, o paiz, por excellencia, da hyperbole.

Em vão os iberistas como Pi y Margall, Rafael Labra, Fernando de los Rios, Sinibaldo Más, Fernando Garrido, procuraram convencer-a a conhecer-nos melhor. Em vão lhe falaram das



nossas luctas pela formação da nacionalidade, das nossas descobertas maritimas, do nosso renascimento litterario. Em vão! A Hespanha conhecia o *Terror dos Mares*, a Hespanha conhecia desde o berço a anecdotas dos pés dos nossos cavallos, e era quanto lhe bastava.

Da nossa historia, a Hespanha conhece 1640. Verdadeiramente, para os hespanhoes, é em 1640 que a historia portugueza começa. O resto é mythologia, Camões um Homero hypothetico e a descoberta da India uma especie de expedição dos argonautas. 1640 é ao mesmo tempo a primeira pagina da nossa historia e a nossa primeira fanfarronada. A partir d'então, não é Portugal que se restaura: é a Gasconha que se refaz. Não somos um novo povo, somos um novo almanach.

Para este almanach todas as temporadas de banhos dão a sua contribuição.



*Setembro, 1*

DEPOIS da temporada das thermas, eis aqui a temporada das praias, e, mais uma vez, somos levados para com esta, como para com tantas outras coisas do tempo presente, a lançar uma vista d'olhos retrospectiva ao passado e a reflectir com um mixto de surpresa e saudade, nas consideraveis transformações por que passaram os costumes.

Antigamente, Lisboa não veraneava. O habito de fazer curas, ir para o campo e para as praias, é todo moderno. Os banhos thermaes tomavam-se nas Alcaçarias, ao Terreiro do Trigo. Ás Caldas só iam verdadeiramente os desengannados da sciencia, e então não iam como hoje, em ranchos festivos: iam de maca, já tão tolhidos que era um dó vel-os embarcar em Santa Apolonia, n'uma carruagem de segunda classe, com um bonnet de seda enterrado até ás ore-

lhas e um sacco de retalhos a rebentar de roupa branca.

Os banhos de mar, por sua vez, não distrahiam a população para fóra de Lisboa. Com excepção da côrte e de alguns privilegiados, Lisboa banhava-se em frente do Caes de Sodré — na Barca.

A Barca desapareceu, como desapareceram tantas coisas do passado, mas teve a sua época, foi necessaria, foi benefica. Duas barcas disputavam nos tempos remotos a que nos estamos referindo os suffragios da cidade — a *Deusa dos Mares* e a *Flór do Tejo*. Eram ambas famosas e ambas tinham uma clientella numerosa; mas a *Deusa dos Mares*, não sabemos por que superstição publica, era especialmente preferida pelo publico banhista. Pela manhã, muito cedo, — era este o costume — as pessoas a quem os banhos do mar tinham sido recommendados pelo medico — porque então Lisboa só se banhava quando a medicina lhe receitava banhos, — mettiã um lençol de algodão dentro de um sacco de oleado, que tinha a fórmula cylindrica e se vendia nas lojas da rua Augusta, e atravessavam a cidade ainda deserta, caminho do Terreiro do Paço. A aurora com os seus dedos côr de rosa, como então se dizia, assomava ás portas do Oriente. No Caes das Columnas os barqueiros da *Deusa dos*

*Mares* e da *Flôr do Tejo* enchiam o ar fino e macio com uma gritaria ensurdecedora. Era n'aquelle local e áquella hora que as duas barcas rivaes disputavam a sua clientella. O banhista adventicio, sem freguez ainda, hesitava. Os barqueiros da *Deusa* puchavam-n'o por uma ponta do casaco, os barqueiros da *Flôr*, por outra; mas geralmente Lisboa estava afreguezada — tinha a sua barca. De pé, nas lages molhadas do caes, os barqueiros esperavam já os seus clientes certos de muitos annos; viam-n'os desembocar da rua do Ouro ou da rua Augusta, com o sacco de oleado a tiracolo, e reconheciam n'os de longe, acenavam-lhes largamente com o braço para que se aviassem. Quando as canôas se enchiam, largavam para a barca, e no caminho, sobre o Tejo dourado pelas primeiras, castas claridades do sol, cruzavam-se com as outras que já vinham de volta, cheias tambem a metter agua, com uma carrada de gente encolhida e friorenta.

Na barca esperava-se a vez.

Mas o que era a Barca?

A barca não tinha, como o poderão imaginar aquelles que não contemplaram esses documentos da vida passada, a configuração de um navio. Não tinha uma amurada, não tinha mastros, não tinha um convez, não tinha pôpa ou prôa. Não

era em rigor uma barca, ou um pontão: era um predio. Para a banda de Lisboa mostrava uma fachada de janellinhas pintadas a occa, a verde e a vermilhão; para a banda de Cacilhas mostrava outra. Dentro, havia um largo tanque, onde tomavam banho promiscuamente os que não desejavam, ou não podiam pagar um banho reservado. Era, no regimen da barca — a Geral. Dos dois lados, a bombordo e a estibordo, se assim nos podemos exprimir, abriam innumeraveis portas. Eram os banhos reservados. A cada porta correspondia uma *cabine*; a cada *cabine*, um banho.

Como se tomava este banho?

Ah! as gerações felizes que succederam á Barca conheceram já o alegre banho ao ar livre, na areia fina da praia! Conheceram o banho na natureza! Conheceram o banho no regimen tonico da liberdade!

O banho na barca era o regimen cellular do banho. Tomar um banho na barca, ou tomar um banho na Penitenciaria era absolutamente a mesma coisa.

O banhista que se munia de um bilhete de banho reservado e fechava sobre si a porta do local em que ia banhar-se, ficava privado da luz. Encontrava-se n'um acanhado espaço de taboas, espia-se ás escuras e descia receioso e ás apal-



padellas por uma escada estreita e vacillante, ao fundo da qual uma mancha escura e gordurosa, movendo-se, era a agua do seu banho. Poucas pessoas tomavam pela primeira vez este banho sem experimentar todas as commoções do medo.

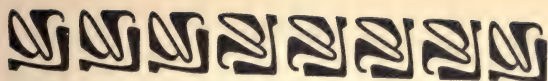
Chegado ao fim da escada, o banhista lançava mão de uma corda que pendia do tecto da barraca e que parecia ter sido posta ali para que elle se enforcasse, e, segurando-se angustiadamente, deixava-se cair na agua negra e mysteriosa. Mas os seus pés tocavam um fundo frio e limoso de taboas, e o banhista ficava com agua pelos sovaços, a escorrer e a repôr-se. Cercava-o uma grade de madeira, que o isolava dos *reservados* contiguos e, ao mesmo tempo, o punha em contacto com o rio. Baixando-se então um pouco, via n'uma cinta de luz o rio a balouçar, todo palhetado de ouro, e uma ou outra véla airosa passando tombada no favor do vento. Impossivel executar outro movimento que não fosse o de mergulhar e voltar acima. Impossivel nadar. Impossivel debater-se, espadanar a agua, brincar com esse elemento tão luminoso e leve. A agua da barca era pesada e escura, como uma agua de poço.

Ao lado, ás vezes, ouviam-se gargalhadas, ou creanças berrando como possesores. Eram os vizi-



nhos de banho. Só, mettido na sua cisterna, com agua pelo peito, o banhista escutava estes ruidos como um prisioneiro na sua cella, trepava pesadamente até ao lençol, vestia-se ás apalpadellas e só respirava quando abria a porta da sua prisão, se encontrava cá em cima no convez da barca, ao ar livre.

Assim se tomava banho antigamente em Lisboa. Quem não tomava banho na barca, tomava-o em Pedrouços, que ficava fóra de portas. Era já um luxo. Para Pedrouços só ia a burguezia rica. Para Cascaes, então, que ficava no fim do mundo— só o rei. Nas outras praias do paiz, na Nazareth, em Espinho, na Figueira, em Ancora, tomavam banho os habitantes da região, vestidos de preto — e em braços.



*Outubro, 1*

O que houve de verdadeiramente interessante na ultima crise ministerial, foi a entrada para o novo governo do conhecido medico, sr. Moreira Junior.

Os medicos não eram novidade na politica. Recentemente, por exemplo, foi ministro da marinha e depois da fazenda, o sr. Teixeira de Sousa, que, como o sr. Moreira Junior, é medico. Mas o sr. Teixeira de Sousa, para não falarmos em outros, cujos nomes não nos occorrem, pertence ao numero d'esses numerosos diplomados que abandonam os seus diplomas e as carreiras a que elles lhes dão direito, para se consagrarem inteiramente á politica. Bachareis em direito, não seguem a advocacia: quando muito, entram na magistratura judicial, carreira eminentemente dependente da politica; engenheiros, procuram quando muito

alguns d'esses postos decorativos, que tendo relação com o seu diploma, não o põem á prova. N'uma palavra, raramente exercem a sua profissão. Finalmente, medicos, abandonam a clinica, se alguma vez a fizeram, ou não chegam a fazel-a, porque a medicina é que não tem relação alguma com a politica, nem encontra meio de tirar d'esta qualquer especie de proveito.

Tal o caso do sr. Teixeira de Sousa, que não sabemos se alguma vez exerceu a medicina, mas que raros conhecem como medico, sendo elle comtudo tão geralmente conhecido como antigo regenerador, como antigo ministro e como actual administrador geral das alfandegas.

Com o sr. Moreira Junior dá-se, porém, um caso inteiramente novo e original e é que sendo sua ex.<sup>a</sup> antigo deputado progressista e actual ministro da marinha, ninguem o conhece como deputado e como ministro e toda a gente o conhece como medico, porque se os medicos não eram coisa nova na politica, como nos prova o exemplo do sr. Teixeira de Sousa, os medicos militantes, como o sr. Moreira Junior, são uma perfeita novidade.

O sr. Moreira Junior foi medico antes de ser membro do partido progressista e seu ornamento. Entrado na politica, nem por isso

deixou de ser medico, e em vão, em vão os jornaes nos falavam de um vago Moreira Junior, deputado da minoria. Para o publico, este Moreira Junior, deputado, era outra coisa, era talvez outra pessoa. O verdadeiro Moreira Junior era — o medico.

O sr. Moreira Junior tinha um partido? Era possivel. O que elle com certeza tinha era um consultorio e ninguem, ninguem o procurava, mesmo na camara, como membro do partido progressista, ou como deputado da minoria. Mesmo na camara o procuravam como medico. Os seus amigos politicos — eram os seus doentes.

Quantas vezes não lhe succedeu receber um cartão de visita em plena discussão das propostas de fazenda?

O sr. Moreira Junior, que é muito amavel, vinha aos corredores da camara.

O que era?

Era simplesmente um doente que vinha participar a sua ex.<sup>a</sup>, como Luiz XVI, — que a purga fizera effeito.

O sr. Moreira Junior, realisava, n'uma palavra, esse typo do medico profissional, cuja função social nunca consiste em tratar doentes e que nada mais podem fazer na vida do que receitar, curar, tomar o pulso, pedir a lingua.

Como medico profissional, sua ex.<sup>a</sup> era além d'isso já, um grande medico. O seu nome andava em todas as boccas. Todas as enfermidades o procuravam e sua ex.<sup>a</sup> não tinha mãos a medir.

Quando uma profissão dá a gloria e a fortuna, não se procura outra.

O publico e mórmente o publico enfermo suppunha ter o seu medico certo — á sua cabeceira. Pensava-se e com razão, que a politica era, afinal, para elle uma distracção de que bem precisava.

A medicina é uma profissão ardua. O dr. Moreira Junior estava no partido progressista para descansar — dos seus doentes.

Depois da lição na Escola Medica, depois da visita ao hospital, depois da consulta, depois da clinica, era justo que espairecesse um pouco. Sua ex.<sup>a</sup> ia então um bocado á camara, dava dois dedos de cavaco aos seus amigos da minoria, pedia o *Diario do Governo* e as illustrações, tomava uma groselha, emittia com desfastio e vagar uma ou outra opinião sobre administração, colonias, pedagogia, hygiene.

Isto fazia-lhe bem, preparava-o melhor para as luctas do dia seguinte.

O publico assim o pensava, considerava com sympathia esse medico excellente que se refazia

na politica para o exercicio da clinica, quando eis que o dr. Moreira Junior apparece ministro — e ministro da marinha.

Immediatamente, se estabeleceu no espirito publico uma verdadeira confusão. Duvidou-se que o novo ministro da marinha, Moreira Junior, fosse o medico d'este nome. Acreditou-se n'uma homonymia. Alguns doentes alarmados correram ao seu consultorio.

Quando, emfim, se verificou que o novo ministro da marinha era realmente elle, essa confusão augmentou. Perguntou-se: — o que vae fazer elle ao ministerio da marinha e porque o chamaram? Aggravaram-se os padecimentos d'algun novo navio de guerra? Está alguma colonia gravemente enferma?

Não é impunemente que se faz uma reputação de medico. Para o publico e para as suas superstições, o dr. Moreira Junior, que não tinha entrado para a politica como politico, não entrou para o ministerio como ministro. Para uma e para outro entrou como medico. Ao vel-o passar na Arcada e entrar pela primeira vez no seu novo ministerio, o publico não pensou que elle fosse iniciar uma existencia nova, mas simplesmente vêr — mais um doente.

Amanhã, o dr. Moreira Junior passará no seu carro, caminho da Arcada, ou do conselho de



ministros, ou da assignatura real, e o publico, ao vê-lo passar, dirá comsigo: — Lá anda elle na faina, a vêr doentes! e póde o dr. Moreira Junior ser ministro o tempo que quizer: este equivoco não cessará. — Elle ficará sendo, a despeito da sua pasta, como já o era, a despeito do seu logar de deputado, unicamente — o medico.

Em vão elle se occupará de marinha e de colonias. Mesmo no exercicio d'esta nova occupação, o publico confundirá o medico que elle foi sempre, com o ministro de Estado que vae ser.

Para a imaginação publica a marinha de guerra e a administração colonial serão, sob a gestão do sr. Moreira Junior, um vasto hospital, e, se n'esse sentido, elle fizer alguma coisa boa, tudo será attribuido não á sua capacidade de administrador, mas ao seu saber medico.

A marinha engrandece-se?

Que grande medico!

As colonias levantam-se?

Admiravel medico!

A canhoneira *Tejo* declara-se absolutamente incapaz de navegar. O que é? É um vicio de construcção? Nada d'isso! É apenas um caso de ataxia locomotora, e lá está o ministro, isto é, lá está o medico omnipotente, que vae a bordo da *Tejo*, a deita ao comprido, a ausculta, a

apalpa, a faz recolher ao estaleiro e lhe prescreve — dieta.

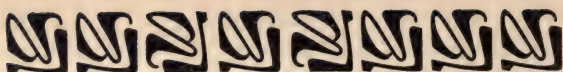
A *Zambeze* chega de uma das suas numerosas campanhas coloniaes, empaludada, anemiada, febril; mas o publico não se inquieta: sabe que lá está o ministro, isto é, o medico a receitar-lhe — quinino.

Os jornaes annunciam que o *S. Gabriel*, ou o *S. Raphael* está a pintar o casco e o que imagina o publico? Imagina que estes vasos de guerra estão a ser pintados — com tintura de iodo.

A administração colonial, por sua vez, será objecto do mesmo irreparavel equivoco. A decadencia, ou os progressos das colonias serão assignalados não como o resultado da impericia da administração, mas como o effeito de desordens organicas. Dir-se-ha: «Aggravaram-se os padecimentos de Moçambique»; ou: «Angola está em via de restabelecimento», e não será de estranhar que, n'esta ordem de idéas, um dia mesmo se diga: «A India já hontem se levantou», ou: «Macau deu hontem o seu primeiro passeio».

O actual ministro da marinha, este é o facto, não foi feito pelo seu partido. Foi feito pelos seus doentes.

Está no poder em commissão, mas não está a fazer administração. — Está a fazer clinica.



*Outubro, 10*

A Hespanha é talvez a nação mais contradictoria de toda a Europa e onde não só os homens, mas os factos mais brigam.

A Hespanha é, com effeito, o Estado mais tradicionalista da Europa e é, ao mesmo tempo, o mais tumultuoso centro de idéas de progresso. É monarchico como sob Filippe II, e é, ao mesmo tempo, republicano, socialista, anarchista. É catholico, como no tempo de Fernando e Isabel, e é livre pensador e atheu. É conservador e é radical. É ultramontano e é liberal. É reaccionario e é revolucionario. Tem duas cabeças: uma que pensa pelo passado, outra que pensa pelo futuro. Tem duas faces: uma que olha para diante, outra que olha para traz.

A Hespanha é o Estado mais archaico da Europa, e é, ao mesmo tempo, o que mais desconcerta, surprehende e assusta pelas suas im-

pacientes aspirações de progresso. A sua monarchia liberal é, em toda a Europa, a que mantem com mais rigor historico as tradições exteriores do velho regimen. Se Velasquez reapparecesse, encontraria a côrte de Hespanha tal como a deixou a sua ultima pincelada. Mas, de vez em quando, a Europa estremece. O que é? — É o sub-solo da Hespanha minado pela dinamite dos progressistas.

A Hespanha é um feudo da Egreja catholica. Deus é hespanhol. Ali se acolhem ainda o fanatismo catholico, a intolerancia, o monachismo, o mysticismo, conventos, frades, freiras, beatos, beatas. Mas ali, ao mesmo tempo, se acoitam e rugem todos os odios e todas as furias hereticas do atheismo. A Hespanha catholica é hoje talvez o unico paiz do mundo onde se lapidam imagens religiosas. Em toda a parte o espirito religioso se torna cada vez mais abstracto e cada vez mais recúa para o dominio interior das consciencias. Em Hespanha esse espirito chama-se ainda espirito de seita, bate-se, derrama sangue. Em toda a parte tambem o espirito livre cada vez é menos combativo e cada vez é mais discursivo. Mesmo os Estados progressivos que, como a França, se emancipam resolutamente da tutella official da religião, cessaram de combater. A separação da Egreja

do Estado não foi um conflicto. Em Hespanha, o livre pensamento é uma causa social de discordia e anda armado com um revolver. Quando os catholicos hespanhoes saem para a rua, os não-catholicos saem tambem e proclama-se — o estado de sitio.

D'esta contradicção de idéas e factos, o mais recente exemplo é o comicio de propaganda do amor-livre, effectuado segunda-feira ultima, em Madrid.

O amor-livre é uma vaga aspiração dos homens e não sabemos se das mulheres, excessivamente tutelados pelas servidões da instituição do matrimonio. Está ella definida, essa aspiração? Ai de nós! Nenhuma das nossas aspirações o está. O amor livre está ainda — para que assim o digamos — no estado de chimera, como outras tantas fôrmas da liberdade humana. Mas esta aspiração, mesmo chimerica, não existe no estado de problema e de controversia, senão no seio das sociedades muito vivazes, como a sociedade franceza, por exemplo, onde o amor-livre está já em parte nas leis, pelo divorcio, e onde está nos costumes.

Na sociedade hespanhola, esta aspiração, trazida já para a praça publica, profundamente espanta.

Com effeito, a Hespanha sacerdotal e catho-

lica não poderia ter admittido, como não o admittiu ainda, o divorcio, e por outro lado os seus costumes são pautados pelo mesmo severo dogmatismo que inspira as suas leis. Amor-livre em Hespanha não é sequer uma aspiração : é uma expressão heretica.

Pois lá a temos.

A Hespanha é ao mesmo tempo o dogma e o schisma.

Não ha, como esta, outra nação na Europa. A Hespanha é uma noite cheia de clarões.

---





*Novembro, 1.*

E<sup>IS</sup> aqui a abertura de S. Carlos e eis aqui o — Tenor.

Já se pensou alguma vez até que ponto o tenor é uma das maiores superstições dos nossos tempos?

É costume incluir os tenores na cathegoria aristocratica e intellectual dos artistas; mas nós perguntamos o que tem de commum um tenor com um artista?

O artista é a natureza artistica. Cultivar uma arte não é ser um artista. Ser artista é nascer artista. Frascuelo o toureiro, parece ter dito um dia: *El torero no se hace: nace*, e Brillat Savarin dizia por sua vez: *On nait rôtisseur*, o que Rammalho Ortigão traduziu maravilhosamente: «Toda a gente sabe cosinhar, mas o segredo do assado é um dote da natureza.»

A aptidão da arte, como a do assado, é um dote da natureza.

Qual é a aptidão nativa do tenor?

A voz?

Mas a voz não é uma aptidão. A voz é um predicado organico, commum a todos, excepto aos mudos, que são casos omissos da natureza. A voz existe com o homem.

A voz do tenor é apenas a *voz humana* transportada dos usos normaes da vida para o theatro.

Ha, porem, tenores com um maior ou menor volume e extensão de voz.

Ainda n'este caso a voz dos tenores não é um privilegio, como não é um privilegio a musculatura dos athletas. A sua voz adquire volume e adquire extensão pela gymnastica a que a submettem, como pela gymnastica adquire desenvolvimento o tecido muscular dos individuos que fazem exercicios de força. Ninguem ignora que a funcção faz o orgão.

Secundam os tenores a funcção mechanica da voz por algum laborioso esforço da intelligencia, e podem ser por este motivo incluídos na cathedra superior dos artistas?

Nós sustentamos que não.

O tenor complica-se de um actor, e não ha peiores actores do que os tenores.

E como seriam elles bons actores?

Representar é dar a illusão da vida.

É porventura a vida uma opera?

Ao contrario, o canto é a mais desconchavada convenção scenica.

Ainda podemos tomar a serio arvores de lona, eus de papel e trovoadas de lata. Este scenario absurdo póde muitas vezes acompanhar successos verosimeis e logicos. Na varanda pintada de Julieta não deixa de estar uma mulher falando d'amor.

Que verosimilhança, que logica existem na illusão scenica do canto lyrico?

Como theatro, o theatro lyrico é tudo o que ha de mais sophismado.

Representar não é cantar. Cantar não é representar.

Representar é imitar a vida com independencia e variedade. Cantar é fazer musica. O actor é autonomo. O cantor é escravo. O actor é um individuo. O cantor é um instrumento. Um tenor não tem mais individualidade do que um cornetim. Por muito que procure representar, não representa nunca. Póde cantar bem, mas em circumstancia alguma representará bem. O compasso não lh'o permite.

O que fica ao tenor, que lhe permita condecorar-se com o titulo de nobreza da arte? — A technica?

Nem mesmo a technica.

Com effeito, está averiguado que a maior parte dos tenores não sabe musica.

Quantos longos annos de applicação reclama a

posse absoluta de um instrumento? Liszt, já velho, ainda não suppunha conhecer absolutamente o piano. O violino de Paganini não lhe desvendou por certo todos os seus segredos. O tenor possui a voz, simplesmente com o emittil-a. O que para todos os artistas é predisposição, gosto, applicação, tirocinio, cultura, n'elle é apenas esta coisa organica, mechanica, material, passiva — voz. O mais celebre tenor dos ultimos tempos, Tamagno, nada mais tinha.

No entanto, este artista que não o é nem por temperamento, nem por educação, que sendo um actor não é um actor, e que sendo um musico não é um musico, é a mais despotica soberania artistica da actualidade.

O artista de theatro, mais do que qualquer outro, é de um custeio dispendioso. O tenor é uma ruina. Depois do tenor só se conhece uma magestade contemporanea tão dispendiosa — a *cocotte*. O tenor é uma contribuição de guerra. Pagar o tenor é uma das mais predilectas funcções da sociedade moderna. Como o personagem do *Mandarin* ao entrar na vida fabulosa, ao entrar na scena o tenor vem enchumaçado de cheques sobre Rothschild.

A outra funcção moderna consiste em aplaudil-o.

A curiosidade artistica não é propria senão de

um certo numero de individuos. Quantos se removem para assistir a um concerto? A musica é de uma *élite*. Para ouvir o tenor remove-se toda a gente. Paga-se para simplesmente ouvir o *Spirito gentil* o que não se daria por uma obra d'arte. Por sua causa, os homens vestem uma casaca e arvoram uma flôr na botoeira; as mulheres decotam-se. Dão-se encontrões. Desencadeiam-se paixões. Não vae longe o tempo em que os tenores dividiam mais profundamente a sociedade de Lisboa do que os partidos politicos. Por causa de um — Fancelli, que cantava aconchegando com vehemencia o umbigo, S. Carlos trocou bengaladas.

Até que ponto elles justificam um tão longo poderio e uma tão vasta influencia, já o vimos.

O tenor é uma telha social. Não se comprehende um tão exaggerado favor a beneficio de personalidade tão pouco fecunda e tão pouco util, senão em virtude de um preconceito.

Diz-se que o seculo dezenove foi o seculo das luzes. O seculo dezenove foi o seculo dos tenores. Nós recebemos d'elle, alem da revolução por fazer e de tantos problemas gaguejados e por exprimir, esta superstição — o tenor, com a sua voz inhumana, o seu livro de cheques e o seu casaco de pelles.





*Novembro, 15.*

EM um dos dias da semana passada deu-se o seguinte incidente na egreja parochial de uma das freguezias de Lisboa.

Comparecendo na referida egreja o feretro de uma pobre mulher que morrera na maior miseria e cujo marido ficara vivendo em uma miseria igual, foi sollicitado o respectivo prior para fazer a encommendação gratuitamente. Que não tinha dinheiro, allegava o misero viuvo.

— Mas teve dinheiro para o caixão ! objectou irritado o prior.

— Como queria vossa reverendissima que o caixão fosse para a cova ? tornou lacrimoso o viuvo. Para esse bocado de madeira ainda se arranjou, mas para o resto não sei o que hei de fazer á minha vida.

— Nem eu ! volveu o reverendo. O bilhete de



enterramento e as encommendações são 2<sup>7</sup>400 réis. E' o preço, e não lh'o faço por menos.

Todos se entreolharam — escreve um jornal. Mas de repente estalam protestos, vozes exaltadas pedem o auxilio da policia, o mulherio do bairro invade a egreja e o reverendo vê o caso mal-parado.

Não importa !

O reverendo não cede. São dois mil e quatrocentos. E' o preço.

Dá-se parte á policia e já uma esquadra caminha sobre a séde parochial, que é theatro d'estes acontecimentos, prompta talvez a fazer cessar pela força este conflicto entre a Egreja e o Seculo, quando providencialmente uma parochiana que passa e se inteira do occorrido, offerece 1<sup>7</sup>800 réis, que a tanto monta a sua fortuna, para que o cadaver em litigio entre no descanso eterno pelas vias legaes.

Esta offerta generosa não é coberta por outra maior, e, como o conflicto continue de pé, o reverendo prior transige emfim perante a tabella dos emolumentos e decide-se a acceitar os mil e oitocentos.

Venham os mil e oitocentos !

Os mil e oitocentos passaram para a sua mão, o cadaver foi encommendado e lá seguiu para o cemiterio, acompanhado do competente bilhete

de enterramento, isto é, do competente passaporte, que lhe permittiu emprehender com regularidade a viagem de que se não volta mais.

Este incidente da vida parochial surprehendeu muita gente e indignou outra. D'esta indignação alguns jornaes se tornaram echo, verberando o procedimento do prior da parochia, tão pouco consentaneo com a sua missão christã.

A nosso vêr, tal surpresa e tal indignação não tem a menor razão de ser, e só resultam de uma errada comprehensão não diremos já da missão da Egreja, mas das funcções ecclesiasticas.

Segundo um errado pensar, o padre é um apostolo, um pastor, um philantropo, um amigo gratuito e desinteressado dos homens, o que não é exacto, porque, na realidade, o sacerdocio não é uma missão, mas uma profissão.

O que é por exemplo, o prior da freguezia em que occorreram os successos a que nos referimos?

São Pedro? São Paulo? São João? São Marcos? São Lucas? São Matheus?

Nada d'isso.

Esse prior não é nênhum d'estes santos apostolos e é apenas um funcionario publico.

Não estudou para santo: estudou para padre, e quando o fez, não o fez com a intenção de prestar serviços gratuitos á Egreja, mas, na realida-

de, com o fim de ganhar a sua vida, dizendo missas, encommendando defuntos, lançando benções nupciaes e baptismaes, segundo os ritos da Egreja é certo, mas tambem segundo a sua tabella de preços.

Estudou para padre, como outros estudam para medicos, advogados, engenheiros, veterinarios. A sua familia fez sacrificios para o ordenar, e elle proprio os fez. Frequentou os lyceus, frequentou os seminarios, cursou talvez theologia, em Coimbra. Queimou as pestanas, adormeceu muitas vezes sobre os doutores da Egreja. Penetrou-se de Deus, como os advogados se penetram de Direito Romano. Estudou o fastidioso latim. O latim é a lingua em que se fala ao céu. Se nós lhe falarmos por exemplo em portuguez, ou em francez, o céu não entende. O sacerdote a quem nos estamos referindo, ficou habilitado a entender-se com o céu e d'essa habilitação tirou carta. Tomou ordens. Tudo isto lhe custou trabalho e dinheiro. Logo que as auctoridades ecclesiasticas o auctorisaram a exercer não a sua missão, mas a sua profissão, e o seu pensamento foi naturalmente tirar d'ella não gloria, não santidade, não bemaventurança, não martyrio, mas proveito — o que fez.

Para que estudara elle para padre?

Para ter um modo de vida.

Ness amodo de vida se lança.

Procurou naturalmente, e naturalmente obteve, uma parochia. Parochiou.

O exercicio do sacerdocio não gosa das liberdades das profissões chamadas liberaes. O padre não póde por exemplo, como o medico, ou o advogado, abrir consultorio, pôr uma taboleta e dar consultas em nome de Deus, como aquelles em nome da Sciencia. Assim como é servo de Deus e do Dogma, assim é servo da Egreja, que o reconhece, o nomeia, o promove.

O padre é um burocrata. Acolhe-se á parochia. A parochia é a sua repartição. O clero é a burocracia de Deus.

O funcionario civil tem os seus vencimentos, as suas ajudas de custo, as suas gratificações. O padre tem os seus emolumentos. D'elles vae viver. Elles vão ser a origem do seu bem-estar, da sua fortuna. Por elles o padre vae exercer a sua profissão e tirar d'ella proveito e lucro.

N'estes termos, um cadaver que se quer fazer encommendar de graça, como aquelle a que nos referimos no principio d'este artigo, o que é no fim de contas? — Um borlista, e todas as profissões, nós o sabemos, destestam a borla.

N'esse modo de vida se lança.

D'este sentimento de aversão justicadamente partilhou o prior da freguezia por onde o cada-ver em questão transitou, antes de penetrar na sua final jazida.

Elle não falseou a sua missão, como o pretenderam alguns, porque a sua missão não é enter-  
rar de graça. Ao contrario zelou-a, fazendo  
respeitar com rigor as suas prerogativas, uma  
das quaes é — cobrar a tabella.

A allegação de que o ministerio sacerdotal é,  
na sua origem, eminentemente desinteressado,  
não colhe, como diz o sr. Hintze Ribeiro.

Na sua origem, os sacerdotes das religiões são  
precursores, evangelistas, doutrinarios, sectarios,  
idealistas, sonhadores, telhudos-

O que foram por exemplo os primeiros apos-  
tolos do liberalismo?

Soldados.

O que são hoje?

Directores geraes.

O christianismo passou pela mesma transfor-  
mação — Teve soldados: hoje — tem amanuenses.

Todos os principios evolucionam assim de um  
periodo de sonho para uma phase de realidade  
bem jantada. E' quando se diz que elles estão  
maduros. Na realidade, estão podres.





*Novembro, 20.*

ENTREVISTADO por um dos nossos jornalistas, actualmente em Londres, lord Selborne, paraphraseando a palavra de um vago imperador da Russia, o qual asseverou em remotos tempos, que o Montenegro era o unico Estado europeu verdadeiramente da França, affiançou, por sua vez, que o mesmo se póde dizer de Portugal com relação á Inglaterra.

Não sabemos que effeito de persuasão produziu entre nós a asseveração d'este magnate do Reino Unido.

Nós, por nossa parte, não ficamos persuadidos.

Que Portugal seja o unico Estado europeu verdadeiramente inglez, no ponto de vista politico, é talvez certo. Que elle o seja no ponto de vista nacional, eis o que negamos em absoluto.



Portugal não é inglez senão em virtude de tratados.

Em virtude de sympathias, é francez.

Certo, ha portuguezes anglophilos, para os quaes a Inglaterra é o mais bello typo da civilização, e que tudo admiram n'ella apaixonadamente. O geral dos portuguezes, no emtanto, limitam a sua admiração pela Inglaterra a um certo numero de pequenas circumstancias episodicas de engrandecimento, taes como as libras esterlinas, os casacos impermeaveis, as botas de duas solas, o *roast-beef* e as galochas. Sem odiarem a Inglaterra (pelo menos até ao ponto onde chegam as nossas averiguações superficiaes), os portuguezes não estabeleceram ainda com esse poderoso imperio, no decurso de tantos seculos de approximação, senão aridas relações de character politico e commercial.

Os portuguezes não estudam o inglez, e se o estudam, depressa o esquecem. Não visitam a Inglaterra senão muito de fugida, n'uma rapida viagem a Londres para se inteirarem de que Londres existe. Desinteressam-se da sua expansão politica e do seu movimento litterario e artistico. Ignoram a sua historia. Ignoram os seus partidos e as suas crises ministeriaes. Não lêem os seus livros, as suas revistas e os seus jornaes. Não sabem os nomes dos seus artis-

tas. Da sua litteratura conhecem — o *Hamlet*. Não nos referimos, já se vê, ás classes populares.

Para essas, a Inglaterra só existe nos seus marinheiros borrachões e brigões, fortes bebedores de cerveja e jogadores de murro, e nos seus *touristes* de caricatura, magros e pernaltas. Para essas, o inglez não é um estrangeiro: é o *bife*, e a mesma lingua ingleza — uma lingua de trapos.

Para o espirito das classes medias, a Inglaterra é uma força barbara, com a qual se trata, se negocia, se trafica, mas com a qual não se entra em relações pessoaes familiares, de intelligencia ou de affecto. Feito o negocio, fechado o contracto, portuguezes e inglezes separam-se friamente com duas palavras breves: *Good bye!* *All right!*

Só nas classes aristocraticas e na alta burguezia a Inglaterra tem verdadeiramente entrada. Mas como entra ella? — Entra na pessoa magra e loura das suas professoras e das suas *bonnes*, para ensinarem a preceito um inglez que, depois de aprendido, nunca mais se fala.

Assim, Portugal é o menos possivel inglez.

Vejamos agora até que ponto elle é francez.

Ninguem ignora que a Inglaterra entrou em Portugal, por assim dizer, com a monarchia. Já

D. Fernando teve a ajuda dos inglezes. A casa d'Aviz teve-os por alliados. A casa de Bragança por socios. Portugal é politicamente inglez desde que se conhece.

A França, ao contrario, só muito tarde entrou na intimidade dos portuguezes. Póde dizer-se que foi a Revolução que a trouxe, com Napoleão. Mas — singular prestigio o d'essa nação attractante! — a França invadindo-nos como inimigo, ficou vinculada a nós pelos mais fundos laços da amisade. Não conquistou Portugal, mas conquistou os portuguezes. Diz o historiador inglez Stephens e dizem-n'o outros auctores, que não citamos para não sobrecarregar esta ligeira chronica com depoimentos eruditos, que Portugal foi politicamente, em mais de uma conjunctura da sua historia, uma provincia ingleza. Depois da invasão, moralmente, ficamos sendo uma provincia da França. Ah! ella ignora-o e não nol-o agradece, a ingrata França! Não importa! no ponto de vista de solidariedade moral e intellectual, no ponto de vista das idéas, no ponto de vista dos costumes, no ponto de vista dos mesmos caprichos, nós somos um departamento da França — um accrescento á Gironde, um *post-scriptum* á Provença.

Dizer que o conhecimento da lingua franceza é o nosso forte, não é absolutamente exacto. —

Esse conhecimento é o nosso fraco. Se de alguma coisa os portuguezes se orgulham é de possuirem esse idioma elegante.

Pelo conhecimento da lingua entramos no conhecimento da civilisação, e não se conhece historia de uma paixão mais fulminante: a França entrou como um raio, no character, na educação, nos costumes, na linguagem, nos habitos, na *toilette*, no gosto, no itinerario e no destino dos portuguezes.

Sustenta lord Selborne que Portugal é o unico Estado europeu verdadeiramente inglez. Até que ponto Portugal é um Estado europeu verdadeiramente francez, tudo o diz, desde as nossas idéas até aos nossos *menus*.

Nós pensamos á franceza, falamos á franceza, escrevemos á franceza. A nossa syntaxe é franceza. Graças á França, a lingua portugueza usa espartilho. Uma parte do nosso vocabulario é francez. Francez o vocabulario abstracto, francez o vocabulario concreto: nós andamos de *robe de chambre*, vamos a *soirées*, damos *rendez-vous*.

As nossas instituições liberaes são como em toda a parte, inglezas, mas as nossas idéas são francezas. O mais monarchico dos portuguezes resignar-se-hia sem dôr a uma republica de chapéo alto, do typo francez, meio opera, meio *vaude-*

*ville*, onde houvesse etiqueta como no Elyseu, e um jantar diplomatico todas as semanas. Somos conservadores, mas fazemos todos os esforços para não parecer reaccionarios e, mesmo grandes do reino, ministros, senadores, desembargadores, conselheiros, temos um arsinho revolucionario, por capricho francez. Vamos á missa, ouvimos o sermão, jejuamos, commun-gamos, mas somos voltairianos. Quando ha dias se falou em que a França ia separar a Egreja do Estado, mandamos logo vir amostras.

Ignoramos a historia de Inglaterra, mas conhecemos, como se fôra a nossa, a historia dos francezes. Qual de nós ouviu falar na *Magna Carta*, ou no *Bill dos Direitos*? Mas todos nós declamamos os *Direitos do Homem*. Qual de nós ouviu falar em Locke? Mas todos nós conhecemos, pelo menos d'ouvido — Montesquieu.

Da litteratura ingleza chega até nós pelo theatro — Shakespeare, com a sua collecção de feras. Mas é tudo. Só os eruditos conhecem o resto. E a arte, quem a conhece? Qual de nós ouviu falar em Lawrence, Reynold's, Gainsborough, qual? Da litteratura franceza, ao contrario, estamos penetrados até á medulla dos ossos. Apaixonamo-nos successivamente pelo romantismo, o naturalismo, o satanismo, o parnasianismo, o symbolismo e, finalmente, o collectivismo litte-



rario. Quando as seitas politicas começaram a pôr em contribuição a litteratura franceza, immediatamente a arte socialista, vinda pelo Sud Express, entrou pela estação do Rocio, e, acto continuo, appareceram nas estantes dos livreiros novellas portuguezas em que marceneiros lyricos annunciavam o apocalypse social.

Não podendo importar a obra dos artistas, arruinamo-nos em illustrações, e assim, dia a dia, vamos conferindo o ultimo monumento, a ultima estatua, o ultimo quadro, a ultima pay-sagem.

Lemos porventura os jornaes inglezes? Do *Times* crêmos que vem um unico exemplar para o *London and Brazilian Bak*. Mas, em troca, assignamos toda a imprensa de Paris, desde o archeologico *Journal des Débats* até aos mais desaforados semanarios de caricaturas, e, pela imprensa de Paris, estamos n'um contacto de todas as horas com a civilisação franceza. Vamos aos seus theatros, assistimos ás suas primeiras representações, obtemos um logar na galleria da camara e gosamos os seus debates e os seus conflictos, ouvimos concertos e conferencias, tomamos parte em manifestações de praça publica, acompanhamos os regimentos que saem para manobras, seguimos através das ruas a carruagem do presidente da Republica, mettemos o



nariz nos conselhos de ministros, apostamos nas corridas de cavallos, verificamos a temperatura, a neve se neva, a chuva se chove e o annuncio certo da primavera nos castanheiros das Tulherias, commentamos o ultimo crime, deploramos o ultimo desastre, presenciamos com curiosidade o ultimo duello e com anciedade o ultimo julgamento, interessamo-nos, commovemo-nos, apaixonamo-nos por esse espectaculo que está a centenas de leguas, como se elle estivesse ao pé da nossa porta e fosse o nosso ambiente. A influencia franceza em Portugal é por tal fórma profunda e despotica que, pode dizer-se, quando arde uma casa em Paris, saém as bombas em Lisboa.

Affirmar depois d'isto, que Portugal é o unico Estado europeu verdadeiramente tributario da Inglaterra é, pelo menos, desnaturar factos.

No consorcio anglo-portuguez, como nos casamentos de conveniencia, a Inglaterra terá talvez o corpo, mas a alma pertence á França.



*Novembro, 25.*

Nós não entendemos nada de negocios, porque está estabelecido que a intelligencia commun, capaz no emtanto de todas as ousadias, é incompetente para comprehender simplesmente o que seja uma loja de bebidas. Não importa! — O negocio dos tabacos não nos parece tão bom como o descrevem os homens e os acontecimentos, no numero dos quaes figura já uma crise ministerial.

A proposta da Companhia dos Phosphoros, por exemplo, que veio decidir da sorte do governo, por ser — coisa curiosa! — excellente, consiste n'isto: a Companhia em questão obriga-se a pagar pela concessão do exclusivo do fabrico

dos tabacos, no reino, durante sessenta annos, a seguinte renda fixa annual :

De 1907-1911.....	6:000 contos	
De 1911-1916.....	6:250	»
De 1916-1921.....	6:500	»
De 1921-1926.....	6:750	»
De 1926-1936.....	7:000	»
De 1936-1946.....	7:250	»
De 1946-1956.....	7:500	»
De 1956-1966.....	7:750	»

Esta pesada renda é tirada, durante sessenta annos, do producto da venda do tabaco.

Ora, nós perguntamos : estão os monopolistas d'este negocio bem certos de que se venda tabaco d'aqui a sessenta annos ?

Sessenta annos é, em primeiro logar, um longo cyclo.

Quantas coisas se passam em sessenta annos ! Quantas transformações, quantas revoluções, quantos successos novos !

Em sessenta annos, tudo muda — os Estados mudam de governo, as consciencias mudam de ideal, a sociedade muda de costumes.

Do mundo de ha sessenta annos, o que resta ?

Algumas monarchias constitucionaes — decrepitas

Tudo o mais é novo.

D'aqui a sessenta annos, talvez se fume ainda, mas quem nos diz a nós que a organização do Estado, novas conquistas politicas, outras estruturas sociaes sejam ainda compativeis com o regimen dos monopolios?

Tudo póde ter mudado, tudo póde ter caído, tudo póde ter caducado.

Mas é bem certo que d'aqui a sessenta annos se fume ainda?

Fumar é um habito e nada ha mais instavel do que os habitos humanos, principalmente quando são considerados — maus habitos.

Ora, fumar é um pessimo habito.

Por outro lado, a sciencia cuida cada vez mais do homem e, por sua vez, o homem cada vez cuida mais de si. Nunca como hoje se pensou com mais afan em cultivar a vida, em prolongar a vida. Desde que se reconheceu, por exemplo, que a intemperança era uma causa de desperdicio vital, o genero humano começou a comer menos.

Compare-se um *menu* de 1840 com um *menu* d'hoje. A alimentação antiga obedecia toda ella a idéas de gula. A alimentação moderna é toda regrada n'um pensamento de hygiene. Os *menus* são assignados pelos medicos, porque já não são *menus* : — são receitas.

Entretanto, a sciencia não descansava e punha o homem de sobreaviso contra mil causas de deperecimento e de morte. O vinho, o vinho patriarchal, o vinho biblico, o vinho que corria desde o alvorecer da humanidade em todas as amphoras e em todos os vasos; o vinho que já não parecia ser um liquido obtido por processos humanos, mas uma agua roxa brotando já perfumada e quente, das proprias rochas do Creador, — o vinho foi declarado pernicioso, venenoso, mortal. O alcool appareceu como uma causa de degeneração. A maldade dos filhos, a perversidade da descendencia, a epilepsia, o crime, o que eram afinal? Um copo a mais bebido pelo Antepassado. Depressa! O homem declarou a guerra ao alcool, os institutos scientificos encheram o mundo de prospectos declarando o alcool nocivo, os philantropos organisaram-se em sociedades de recreio para combater o alcool, o Estado fez affixar nos logares publicos advertencias paternaes ennumerando os perigos do alcool.

O que succedeu? Succedeu que a venda das bebidas alcoolicas em toda a parte diminuiu. Por sobre as mezas onde outr' ora pompeiavam os vinhos e as aguas-ardentes, arrastam hoje em chusma as garrafinhas de agua mineral. Em Paris, meio mundo bebe agua, dizia-nos ha dias

um recémchegado d'essa capital que em tudo pesa nos destinos do mundo. Para beber agua, organisaram-se associações, como outr' ora para beber morphina.

Ha pouco tempo, a imprensa de Paris fez um inquerito sobre — a porção de vinho que o homem poderia beber sem inconveniente; e os resultados foram fulminantes. — Nenhum vinho! Alguns medicos, no entanto, menos severos, declararam que meio litro ás duas comidas e com agua de Vichy para enxaguar a bocca, podia ser permittido ás naturezas enraizadamente alcoolicas, a titulo de regimen.

O consummo do vinho baixou.

Mas beber é um habito que tem raizes seculares. Já Noé, o patriarcha, antes do diluvio, bebia. O vinho tornou-se, por assim dizer, pela sua longa tradição, indispensavel á vida, a que traz calor, alegria, fecundidade. O vinho é o irmão do prazer. Já nas bodas de Caná corria o vinho de Astrub. Não ha festim sem vinho. O vinho é o licôr da felicidade.

O tabaco, porém, se é um habito, é um habito muito moderno. O tabaco veio com a descoberta da America e entrou na Europa e nos costumes europeus, como alguns seculos antes tinham entrado, com a descoberta da India, a pimenta e a canella.



Não tem historia. Sabe-se vagamente que foi trazido da America por um individuo chamado Nicot. Não tem tradição. Noé não fumava. Em vão buscaremos Salomão construindo o templo, enriquecendo o commercio, cultivando as lettras, de charuto no labio.

O tabaco é um recémchegado. Entrou nos costumes, mas quem nos diz que não desaparecerá?

Por outro lado, se o alcool está sendo combatido em nome dos interesses vitaes do homem, o tabaco não o está sendo menos. Contra o tabaco pronunciou-se já a sciencia vigilante, e o homem, por sua vez, começou já a reparar que, entre todos os seus habitos e actos, o de deitar fumo pelo nariz é porventura o mais inexplicavel, absurdo e estúpido.

Quem recrimina um bom copo de Johanneberg?— O vinho, a despeito de todas as fulminações dos sabios, permanece sempre tentador. O habito do tabaco, ao contrario, é aquelle de que nós nos ufanamos menos. As creanças, quando o tem, escondem-n'o. Os homens deploram-n'o. Raros o cultivam com enthusiasmo. Todos o procuram perder. Não o perdem, mas perdel o-hão talvez os seus filhos, os seus netos.

Quem torna hoje rapé? — O rapé no entanto, foi um habito colectivo.

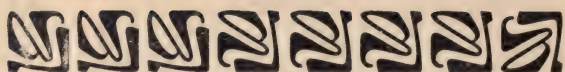
Quem fuma o cáchimbo? — O cachimbo caiu em desuso.

Já é de máo gosto fumar em certos logares. O tabaco, que parece necessario a toda a gente, incommoda meio mundo. Em toda a parte os fumistas são isolados, como individuos attaccados de doenças contagiosas. Nos caminhos de ferro e a bordo dos paquetes, tem compartimentos reservados; nas salas, recintos proprios onde praticarem o seu vicio. Fumar é um acto de desinvoltura, algumas vezes de máo gosto, outras vezes grosseiro, — e o que pensar do futuro de um habito que, após um seculo de exercicio, não obteve ainda a sancção geral, é mal visto e finalmente, reputado nocivo?

Esse habito, segundo todas as apparencias, está destinado a passar — e então perguntamos nós que garantias dá um negocio que exclusivamente se funda n'elle?

A nosso ver — poucas.

Se o Estado ainda póde ganhar, descontando sobre o futuro, a Companhia dos Phosphoros arrisca-se a perder, contando unicamente com elle, porque nada ha mais instavel, incerto e traiçoeiro do que o dia d'ámanhã, se é como n'este caso, apenas um pouco de fumo que se adelgaça e esvae...



*Dezembro, 1.*

As *Novidades*, commentando o programma de economias do novo governo, escreve as seguintes ponderosas palavras: «Alguma coisa é preciso fazer, ou fingir que se faz, para calar o jacobinismo, que é intolerante e intratavel. Mas que isso seja o menos possivel.»

Porque falam assim as *Novidades*?

As *Novidades* falam assim porque é preciso, segundo ellas, que os partidos politicos não criem uma situação de guerra aberta, sob tantos aspectos perigosa, aggravando-se mutuamente sob o pretexto de administrar o paiz com economia.

As *Novidades* receiam pelos partidos.

Nós, porém, vamos mais longe. — Nós receiamos pelo paiz.

Um programma severo de economias, a nosso vêr, não discontentava apenas este ou aquelle partido, lesado nos interesses feridos dos seus amigos ou afilhados. Descontentava o paiz inteiro.

Nós sabemos, perfeitamente sabemos que não é isto o que se diz, mas é isto o que se passa, e entre as palavras e os factos vae uma desolada e infinita distancia.

O paiz pede economias, mas que appareça o primeiro governo que verdadeiramente as faça, e — é a guerra civil. A mim, disse o sr. José Luciano de Castro, uma vez, na camara, ninguem me pede economias e toda a gente me pede — empregos.

Ora aqui está.

O sr. José Luciano de Castro resumiu com bonhomia, mas com admiravel clareza, a situação. O paiz não pede economias. Pede empregos.

Quem é que pede economias?

Os jornaes da opposição — por politica e o jacobinismo a que se referem as *Novidades* — por caturrice.

Que ámanhã se deixe de dar empregos, e essa gente toda que os pedia ao sr. José Luciano, levantar-se-ha em peso contra o governo que estiver.

E quem é essa gente toda? — Essa gente toda é — o paiz.

Ha no entanto — diz-se — uma parte do paiz que não pede empregos.

Perdão! Não ha.

Aquelles que não pedem empregos para si, pedem-n'os para os outros, reconciliando-se com a sua consciencia sob o pretexto de que — *não pediram nada para si*. Os outros pedem para si.

Ha algumas naturezas solitarias e grandiosas que não tenham pedido nem para si, nem para os outros?

Cremos que ha, mas nós não temos o gosto de as conhecer.

Certamente o paiz não allegaria com descaro, ao sublevar-se, que o fazia porque o governo deixava de dar empregos. Nós não veriamos na rua uma revolução, precedida de bandeiras de revolta onde se lêsse: — *Abaixo o governo! Abaixo as economias! O povo quer empregos!*

Não veriamos essa, mas veriamos outra, que aproveitaria o ensejo para liquidar velhos rancores e velhos descontentamentos. E eis o que haveria a temer se os governos, em Portugal, se decidissem formalmente — a não dar mais empregos.

Semilhante programma iria affectar não algumas classes parasitarias e de facil remoção, como se suppõe, mas o proprio organismo social, que é todo elle um parasita do Estado.

Allegar-se-ha talvez que o numero dos empregados do Estado e dos que o pretendem ser é relativamente limitado, em relação á grossa massa da população do paiz.

Novo erro !

Esses individuos são realmente em numero limitado, mas os interesses que andam ligados a elles não teem limite.

Um funcionario do Estado, tirando todos os seus recursos do Estado, não é um individuo só.

São muitos. E' a sua familia, muitas vezes numerosa, são os seus parentes, proximos e remotos, são os seus amigos e conhecidos que tem com elle uma solidariedade estreita. Aquelle, por sua vez, que não é ainda um funcionario do Estado, mas que o pretende ser, associa ás suas pretensões e ás suas esperanças um grande numero de pessoas, como elle interessadas em que o Estado não lhe recuse os seus favores.

Toda esta gente junta constitue já população ; mas um grande numero de individuos exercendo empregos ou pedindo empregos não são ainda maioria.

Onde está a maioria ?

Está nos costumes.

O regimen liberal deu ao Estado uma orga-



nisação paternal, que introduziu nos costumes a doutrina de que elle deve zelar não já pela nação, mas pelos individuos.

N'uma palavra, o Estado liberal, tal como elle se fez e tal como a nação o comprehende — é Paé.

N'esta persuasão, os individuos esqueceram-se completamente de se educar, de se darem uma profissão, de seguir uma carreira, de procurar em resumo o que toda a gente procura na vida, que é um *modo de vida*, pensando e muito bem que o Estado paterno e protector lá estava para cuidar d'elles na idade propria, chamando-os a si e provendo ás suas necessidades.

Esta doutrina introduzindo-se nos costumes, adaptou a sociedade a este destino commum — o Emprego. Os paes descuram a educação dos filhos, pensando em lhes arranjar mais tarde — um emprego. Os filhos estudiosos fazem cursos para obter — um emprego. Os que não o são, abandonam os estudos, pedem sem perda de tempo — o emprego.

A mesma fundação da familia está na contingencia do emprego. Como o maior numero dos individuos não tem uma profissão, o lar não se organisa, a mulher não vem, não vem os filhos sem — o emprego. Para casar espera-se — o emprego. Constantemente deparamos com corações

sequiosos de amar, procurando para realizar o mais ardente voto da sua vida — um emprego.

A idéa do Estado-Pae entrou nos espiritos sob formas tão despoticas que todas as profissões que não sejam as inherentes ao emprego inspiram desconfiança. Não ter um emprego e viver com independencia e commodidade, é tornar-se suspeito. D'aquelle que não tem um emprego, pergunta-se — de que vive? e quando verificadamente se reconhece que não vive do emprego, torce-se o nariz, pisca-se o olho, faz-se caretas maliciosas e significativas. Os individuos só assentam na consideração social e na confiança publica quando obtem — o emprego.

Sempre os costumes fizeram a lingua. A lingua portugueza é a lingua do emprego. Desde que a nação entrou no regimen do emprego, a lingua enriqueceu-se, mercê de locuções e vocabulos novos, ou adaptados aos novos usos, e assim se fez esse estylo de secretaria, estylo amanuense, estylo manga-de-alpaca, que anda um pouco em todas as boccas. As locuções — *ir para a repartição*, *vir do emprgo* pertencem ao lar domestico. Quando os vicios de uma sociedade se reflectem na lingua que ella fala, elles são profundos.

N'esta ordem de idéas, fazer economias, isto

é, não dar mais empregos, corresponde a fazer cessar a acção paternal do Estado.

O Estado deixa de ser Pae e passa a ser padraсто.

Se elle não dá empregos, o que fica a fazer?

Economico, poupado, regateador, sovina, o Estado appareceria aos olhos de toda a gente — insupportavelmente tyrannico. Manifestar-se-hia immediatamente uma inquietação geral, que tomaria muitas designações, mas cuja causa seria unicamente essa. A ordem, que os governos constituídos tão especialmente procuram manter, deixaria de ser um facto. O paiz entraria em crise revolucionaria.

E' a dissolução? dir-se-ha.

E'.

Mas os povos, como a historia nos ensina, vivem perfeitamente na dissolução. — Vivem na dissolução, como os bichos vivem no queijo.



*Dezembro, 10.*

UM dos nossos compatriotas actualmente em viagem pelo estrangeiro consigna que é cada vez maior o numero de portuguezes que viajam. Na Suissa — diz elle — ouve-se a cada passo a nossa lingua. E accrescenta que d'estes novos habitos o paiz não tem a tirar senão vantagens.

Nós não somos da mesma opinião. Que os viajantes ganhem em viajar, se instruaem e se divertam, é talvez certo. Que esses beneficios pessoas se reflectam no paiz, é duvidoso.

A patria é feita de solidariedade. Ora, nós sustentamos que as viagens que os nossos novos habitos nos fazem emprehender, são funestas áquelle sentimento. Emquanto não viajamos, a

nossa patria é bella, e tudo, ou quasi tudo n'ella nos parece excellente. Depois que viajamos, deixamos de a vêr com os mesmos olhos, em mais de um ponto a encontramos feia e omissa, a cada passo lhe pomos objecções, reparos, reticencias, defeitos.

O sentimento da patria raramente é civico. O facto de ter nascido e vivido na mesma terra não faz o patriota. O que faz o patriota é o orgulho. Ha nações que se orgulham de ter sido. A este numero pertencem por exemplo Portugal e a Grecia. Ha outras que se orgulham de ser. O orgulho da França é a sua supremacia intellectual, o triumpho da sua democracia — e Paris. O orgulho da Allemanha é o seu poder militar. O orgulho da Inglaterra, a expansão do seu imperio e a sua força industrial. Pequenas nações se orgulham de pequenos factos. A Belgica tem o orgulho das suas leis, a Hollanda da sua administração, a Suissa do seu regimen patriarchal — e dos seus queijos.

Mas se um passado illustre ennobrece os povos e se uma alta funcção contemporanea os eleva a seus proprios olhos, o que verdadeiramente os envaidece é a sua civilisação, os seus progressos, os seus adiantamentos materiaes, a sua sociedade e os seus costumes, as suas cidades e os seus monumentos, os seus theatros, os

seus hotéis, os seus restaurantes, os seus attractivos, os seus encantos, as suas commodidades.

A França é justamente orgulhosa do seu velho e nunca derrotado prestigio, da maravilhosa chronica dos seus reis e das suas côrtes, da prodigiosa historia das suas revoluções e dos seus paladinos, das suas conquistas, das suas reformas, da sua acção moral, da sua immensa influencia intellectual, da soberania do seu espirito, da graça do seu genio e da superioridade do seu gosto, mas na realidade o que a envaidece não é isto. O que envaidece a França não é a França: é Paris, não o Paris da tradição, da historia e da lenda, mas o Paris dos guias de viajante, catalogado como um museu de curiosidades.

Se perguntarmos a um francez o que é o que o torna mais orgulhoso da patria, elle dirá talvez que é a tomada da Bastilha, mas não nos illudamos! — O que verdadeiramente o envaidece é o *boulevard* dos Italianos.

A noção de patria funda-se muita vez n'uma bella rua.

N'estes termos reconhecer a inferioridade da patria perante a civilisação e o progresso é diminuir a idéa de patria. Tal o resultado immediato das nossas viagens ao estrangeiro. Nós não viajamos senão para encontrar motivos de aça-



brunhamento patriótico. A cada civilisação que encontramos, superior á nossa, a cada novo progresso que reconhecemos não possuir, sentimos fundir nos nossos corações o sentimento de patria. Viajar é perder illusões. Nós tínhamos a illusão da nossa civilisação. Vamos perdê-la. A nossa sociedade parece-nos mesquinha, os nossos costumes mediocres, os nossos monumentos rachiticos, as nossas mulheres feias, as nossas ruas estreitas, os nossos theatros tristes, os nossos cafés desertos, os nossos passeios solitarios e monotonos. Se alguma vez o nosso orgulho patriótico se fundou em alguma d'essas frivolas razões, elle teve de capitular, humilhado e vencido. Nenhum dos aspectos da nossa civilisação, nenhum dos nossos progressos resistiu aos nossos fulminantes confrontos, e nós encontramos lamentavelmente inferiores no ponto de vista que mais offende o sentimento patriótico dos nossos dias.

Um veneno fatal inacula-se-nos na alma — o veneno da decepção, do desconsolo, da desesperança. A patria apparece-nos mais do que nunca infortunada, mais do que nunca condemnada a uma existencia precaria. Já não inspira orgulho, mas uma vaga piedade.

Os portuguezes que viajam, por via de regra, voltam muito menos portuguezes do que foram.

A sua patria é ainda a sua casa, o seu lar, o seu emprego, os seus habitos, — mas não é mais nada.

O que lhes fica afinal da patria, se ella não é um lugar de prazer e commodidade? A politica não tem interesse. A administração é um horror. Um forte exercito? Nem isso! Uma forte marinha? Muito menos. Que motivos lhe restam para a amar?

Desde logo passam a viver infinitamente distanciados do sentimento patriotico, que é feito da candida illusão da patria em toda a sua extensão moral e material. O seu sentimento, quando não é o do desdem, é o da resignação. Ou acceitam a patria como um mal necessario, ou a recriminam como uma calamidade. Tendo conhecido outras civilisações, não vem encontrar na sua senão surpresas desagradaveis, desde as ruas estreitas até aos colchões duros, e a partir de então, se lhes é forçoso viver na patria, o seu unico pensamento é, a cada passo, expatriarem-se. Amealham, economisam para viajar, desertar a patria. Quem lhes apanha um vintem? Reduzem tanto quanto possivel a sua contribuição á economia publica. Bebem copos d'agua reservando-se para, em Paris, se saturarem de *bocks*. Se tem roupa a fazer, guardam-se para a fazer lá fóra, onde é melhor e mais barata do que

tudo — na patria. Bocejam no theatro, arrastam-se com tristeza nas ruas e só são felizes quando encontram alguém que tambem tenha viajado e com quem desabafem, matando saudades, maldizendo a patria, deplorando a patria.

E aqui está. — Viajar é terrivel para o sentimento do patriotismo, e o habito de viajar, se por um lado é propicio aos homens, por outro é funesto á collectividade. Os homens engrandecem-se. A patria decahe.

O patriotismo é um sentimento quasi barbaro e tanto mais activo quanto mais cego. Viajar é abrir os olhos. O patriota é aquelle que não vê senão a sua patria, e, para que elle não veja senão essa, é mister não lhe mostrar outra, sobretudo quando ess'outra é melhor, mais bella, mais attrahente, mais convidativa, mais comoda.



*Dezembro, 20.*

O marquez de Priola parece ter razão.

O *Times* acaba de declarar a *bancarota do casamento*.

E' curioso que seja o *Times* o porta-voz d'esta declaração, mais a proposito na *Revista dos Dois Mundos*, onde já foi declarada a *bancarota da sciencia*.

Em geral, esta ordem de fallencias nunca é aberta em jornaes, que para tanto não se julgam auctorisados. Mas a auctoridade do *Times* não tem limites. O *Times* é uma força social: tanto deixa abaixo uma companhia de minas, como uma religião, ou um systema de philosophia.

Não se supponha, porem, que, como o marquez de Priola, o *Times* se proponha destruir o princi-

pio da familia. O *Times* é uma força, mas força conservadora. A sua declaração tão sómente significa que o casamento na familia ingleza caminha para a ruina.

Porquê?

Segundo parece, porque as senhoras matrimoniaes da burguezia ingleza cada vez se tornam mais dispendiosas.

Ah! não se imagine que o *Times* agita turbulentos problemas da alma! No seu ponto de vista utilitario e pratico, o *Times* só vê o casamento em perigo, não pelo facto d'elle ser cada vez mais escravizador, mas pelo facto de ser cada vez — mais caro.

O *Times* não se equivoca. Tem diante de si a questão do casamento, como tem tido a do algodão. O algodão baixa. A seu vêr, o casamento tambem.

Até que ponto tem elle razão, podemos nós verificall-o tambem, porque se é certo que o algodão, ou antes, o casamento baixa em Inglaterra, é incontroversamente certo que em toda a parte baixa.

Ha duas classes que não põem entraves ao casamento: as classes ricas e as classes pobres, precisamente porque sendo o casamento, antes de mais nada, um problema economico, por muito sentimental que pareça ser, só a mulher

rica e a mulher pobre o resolvem: a mulher rica com o dinheiro, a mulher pobre com o trabalho.

Sem dinheiro e sem trabalho, as mulheres difficultam por tal fôrma a resolução do problema matrimonial que os homens começam a renunciar a elle — em Inglaterra e um pouco em toda a parte, não para seguirem os conselhos de Priola, que era um cynico litterario, mas para se refugiarem n'um prudente celibato.

Por muito que os sentimentos affectuosos o ceguem, o homem viu já que a felicidade conjugal tem uma base economica.

Por outro lado, a mulher moderna das classes medias — assusta.

O *Times* considera-a dispendiosa.

O *Times* tem consideravelmente razão.

A mulher das classes medias espera o casamento para ser feliz, e a felicidade, segundo ella, se consiste em ter um marido que recolha a horas, consiste tambem em ter um marido que lhe faça alegre companhia, que a leve á sociedade, ao passeio, ao theatro, que a installe com commodidade e phantasia, a vista com variedade e gosto, a mantenha com decôro e abundancia.

A mulher d'essas classes, casa para se emancipar — da sovinice paterna. (Os paes pobres sempre regateiam e resmungam). O que ella



procura encontrar no casamento, muito mais do que amor, é — liberalidade. A ventura conjugal no casamento burguez averigua-se pelo que o marido dá — para prato. Estão as coisas por tal maneira organisadas que essa communhão d'almas é, até certo porto, uma associação de meza redonda. Depois, averigua-se no guarda roupa. A primeira coisa que a mulher burgueza recém-casada mostra ás suas amigas, são as suas joias e os seus vestidos.

No decurso do casamento, a felicidade conjugal vae sendo apreciada e avaliada pelo numero de vezes que se vae ao theatro, pelo numero de vezes que se sáe a passeio, pelo numero de viagens que se fazem e de villegiaturas que se gosam.

Os filhos não modificam esta situação dispendiosa, porque a mulher burgueza só é feliz com a maternidade, quando póde mostrar o filho, não como o mostrava Maria Immaculada, nú em pello, no seu bercinho de palhas e n'um curral de vaccas, mas, ao contrario, envolto nas pompas de um culto materno levado até á pieguice e ao arrebique.

O filho não embaratece as condições economicas da vida conjugal. — O filho burguez é uma ruína.

Certamente é grato ao homem amante prestar

a sua mulher todas as homenagens, desde as que vão do coração até as que vem da modista. O homem é feliz em fazer viver a mulher n'um paraizo de luxo e de ociosidade. Mas quantos podem realisar este orgulhoso *desideratum*?

Poucos.

Milhares restam então, que hesitam, reflectem, intimidam-se — renunciam.

Não amam! dir-se-ha.

E' melhor dizer — renunciam a amar.

O amor só é cego na mythologia. Na vida tem os olhos abertos — e como não os ter?

Amar é uma palavra, casar é um acto social, e o primeiro acto que o homem pratica ao pensar em casar, é — metter a mão na algibeira. Se a encontrar vazia não casa.

Só se casava sem dinheiro nos romances de Bernardin de Saint-Pierre, que era quem fazia todas as despesas. Na vida, quem faz as despesas é o marido, e é considerando com inquietação essas despesas que elle leva a mão á orelha, n'esse gesto atavico de reconsiderar, que lhe vem desde Adão e das primeiras antenupcias.

Que felicidade vae elle buscar, se é elle proprio que tem de a construir e não possui nenhum dos seus materiaes?

O seu orgulho sente-se de ante-mão abatido. Nada mais vexa o homem, perante a mulher, do

que uma bolsa vazia. Não ousa casar. O casamento apparece-lhe como um compromisso inquietador. Vê já sua mulher reclamando o culto de um lar custoso, de um rito caro, de um ceremonial de levar coiro e cabello, muita scenographia, muita indumentaria, muita *mise-en-scène*, e foge atterrado á idéa de que póde não resistir — e casar.

E não casa.

E' a *bancarota do casamento* — diz o *Times*.

E' sobretudo a bancarota dos costumes burguezes, que em toda a parte falliram — pela sua falta de moral, pela sua falta de ideal.

Procura-se uma mulher na burguezia e não se encontram senão — artigos de luxo.

Esse artigo — diz o mercantilissimo *Times*, não tem extracção.

E' justo que não tenha.

O casamento está ao alcance de todos os corações, mas não está ao alcance de todas as bolsas.





BINDING SECT.

MAR 2 1973

PLEASE DO NOT REMOVE  
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

---

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

---

AC  
75  
C475

Chagas, Joao Pinheiro  
Bom-humor



